

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Novembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1145 • Director: Carlos Brito

Qual o papel de Portugal na UE

• Carlos Luís Figueira

Pág. 18

VENCER A DIREITA LUTAR PELA MUDANÇA



• Jerónimo de Sousa apresentou declaração de candidatura

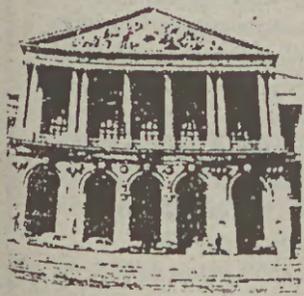
PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

• Começou a batalha de esclarecimento

Págs. 4 e 5



As contradições entre os propósitos sociais e os estrangimentos da UE

Programa do Governo na AR

Pág. 32

ODE TRÁGICO-MARÍTIMA

ou a destruição da frota

■ Henrique Custódio Centrais

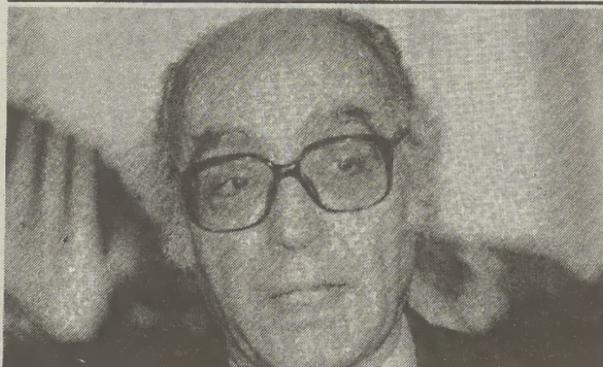
Orçamento comunitário ameaça

■ Anabela Fino

Fundos Estruturais

Págs. 24 e 25

• Conversa com os eurodeputados do PCP



José Saramago é contemplado com o Prémio Camões

RESUMO

31
Terça-feira

O Ministério da Educação anuncia que a lei das propinas será suspensa e os alunos que já as pagaram serão reembolsados ■ António Guterres tem a primeira reunião oficial com o Presidente da República ■ Mário Soares faz pela primeira vez uma visita de Estado a Israel ■ Jorge Sampaio inaugura a sua sede de candidatura em Setúbal ■ Os federalistas canadianos ganham o referendo no Quebec por uma margem de 50 mil votos ■ O ex-primeiro-ministro holandês, Ruud Lubbers, apresenta a sua candidatura a secretário-geral da NATO e conta já com o apoio de Portugal ■ O governo sueco expulsa o argelino Abdelkrim Deneche, acusado pela França de estar envolvido num atentado bombista ocorrido no passado mês de Julho, em Paris.

1
Quarta-feira

Realizam-se em África do Sul as primeiras eleições autárquicas multi-raciais, desmantelando em definitivo o sistema de «apartheid» ■ Um grupo de licenciados em Biologia Marinha e Pescas da Universidade do Algarve enviam uma carta ao Ministério da Educação para exigirem que a sua licenciatura tenha habilitações próprias para a docência ■ Tem início a cimeira que reúne os principais protagonistas do conflito da ex-Jugoslávia ■ O presidente russo tem a sua primeira reunião de trabalho desde que foi hospitalizado há uma semana ■ Parizeau, primeiro-ministro de Quebec, demite-se do governo após a derrota do sim à independência no referendo.

2
Quinta-feira

A Juventude Comunista Portuguesa defende que a suspensão da lei das propinas não chega, é preciso terminar de vez com a seu pagamento e criar também «acção social escolar que permita de facto o acesso de todos ao ensino» ■ Jorge Saramago apresenta o seu último livro, «Ensaio sobre a cegueira», no Hotel Altis, em Lisboa ■ Um inquérito da «Pro-Teste» revela que 70% das pessoas que utilizam automóvel deixariam de o fazer se os transportes públicos fossem mais rápidos e práticos ■ As eleições autárquicas multi-raciais em África do Sul dão a vitória, com maioria absoluta, ao ANC ■ Pelo quarto ano consecutivo a Assembleia Geral das Nações Unidas vota contra o embargo económico norte-americano a Cuba com 117 votos contra, 3 a favor e de 38 abstenções ■ A polícia francesa consegue evitar os atentados bombistas que se preparavam para mercados ao ar livre de Lille, Paris e Lyon.

3
Sexta-feira

Efectua-se a apresentação pública do candidato presidencial do PCP, Jerónimo de Sousa, no Centro de Trabalho Vitória ■ Último dia do seminário «Violência Urbana - até quando?», em Lisboa ■ Uma série de explosões numa fábrica de munições devasta a cidade de Tercero na Argentina, provocando três

mortes e cerca de 200 feridos ■ Britânicos e membros da ala política do IRA recomeçam as negociações de paz para a Irlanda do Norte.

4
Sábado

Carlos Carvalhas participa num almoço-convívio de apoiantes da CDU, em Braga ■ Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, é assassinado em Telavive, numa gigantesca manifestação pela paz, por um judeu membro de extrema-direita ■ A Associação de Consumidores de Portugal entrega ao Tribunal de Coimbra, uma acção colectiva contra a empresa Portugal Telecom; em causa está a dupla facturação a que esta procedeu entre Outubro e Dezembro de 1994 ■ A Associação de Defesa dos timorenses apresenta em Lisboa uma lista de 26 nomes de jovens timorenses desaparecidos antes do massacre de Santa Cruz ■ Um relatório confidencial, elaborado a pedido da União Europeia, considera Marrocos «o rei do haxe» e revela ainda as complicitades entre o poder marroquino e as redes de traficantes.

5
Domingo

A Quercus exige um estudo da água da Serra de Aire por terem sido detectados hidratos de carbono na rede pública de água de Mira de Aire ■ Termina o Encontro Nacional de Direcções Associativas na Covilhã, onde se passou dois dias em volta do tema «Acções a desenvolver» ■ Eleições presidenciais na Geórgia ■ Shimon Peres ocupa o lugar de Yitzhak Rabin como primeiro-ministro de Israel ■ Carlos Carvalhas visita o 6º Festival Internacional de Banda Desenhada Amadora 95.

6
Segunda-feira

Realiza-se uma homenagem a Lenine na Praça Vermelha, em Moscovo, no quadro das comemorações do aniversário da Revolução de Outubro ■ Última homenagem a Yitzhak Rabin no Cemitério militar do monte Herzl, em Jerusalém ■ Uma delegação da União Europeia está em Havana com o objectivo de dialogar sobre um possível acordo económico com Cuba ■ Eduard Chevardnadze obtem 70% dos votos nas eleições da Geórgia.

7
Terça-feira

O Prémio Camões 95, o maior dos prémios literários para a língua portuguesa, é atribuído a José Saramago, por escolha unânime do júri ■ António Guterres apresenta o programa do Governo na Assembleia da República ■ Oito timorenses pedem asilo político na Embaixada da Holanda em Jacarta ■ Jerónimo de Sousa rejeita «exigências» de Cavaco, como um «inadmissível acto de arrogância antidemocrática» ■ Dezenas de milhar de manifestantes desfilam em Sampetersburgo, nas comemorações do 78º aniversário da Revolução de Outubro; também em Kiev e Moscovo decorrem manifestações com várias dezenas de milhar de pessoas ■ CGTP e UGT rejeitam as previsões do governo em relação à inflação.

As palavras e as opções

e tão insistentemente reclamado pelo grande patronato.

A primeira medida adiantada, a propósito, fala mesmo de uma «perspectiva sistemática» para o «levantamento prévio das necessidades de alteração de dispositivos legais e regulamentares» invocando-se para o efeito «a competitividade das empresas» e «a abertura de novos espaços de adaptabilidade interna na gestão das empresas».

A prometida redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas continuará dependente dos «esforços em sede de concertação social».

Em matéria de salários, a vacuidade do Programa dá realce às recentes declarações do Ministro das Finanças, Sousa Franco, que já achou um número mágico de 3%

O Programa do Governo e o discurso do Primeiro-Ministro António Guterres configuram uma daquelas situações em que nobres palavras e generosas proclamações se misturam, encobrem e servem até para veicular opções políticas de fundo que lhes são frontalmente adversas.

para a inflação prevista, para com ele advogar como que um fecho para a contenção salarial que preconiza.

Nada no discurso do Primeiro-Ministro contradita estas linhas.

O conflito entre as palavras e as opções deste Programa do Governo revela-se especialmente agudo no confronto da anunciada vontade de mais solidariedade com a prioridade conferida ao «objectivo de Portugal estar desde o início na terceira fase da UEM», cumprindo com todo o zelo os critérios da convergência nominal.

O «líder» parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, centrou nesta «grande contradição» a contestação da estratégia apresentada por Guterres. Este acusou naturalmente o toque.

O próprio Programa do Governo dá-se conta do antagonismo daqueles propósitos e por isso apela ao «empenhamento» de toda a gente. O Primeiro-Ministro também, e por isso, pede compreensão para os «sacrifícios» que vão ser necessários.

Soam a meros votos piedosos frases do Programa, como esta: «A presença na União Europeia não poderá, deste modo, cingir-se apenas ao cumprimento dos critérios de convergência nominal estipulados para a adesão à moeda única.»

Pois claro que não!

Mas onde é que em todo o Programa e no discurso do Primeiro-Ministro há qualquer ideia ou propósito de resistência e de firme vontade de fazer valer os nossos interesses e a nossa especificidade?

O Governo do PS, com as suas constantes declarações de obediência a Maastricht, está adoptar a mesma postura de aluno bem comportado que foi seguida pelos governos de Cavaco Silva, com os desgraçados resultados que estão à vista. Ora a mesma postura não vai dar resultados diferentes.

Mas isto não acontece apenas no domínio da política da integração europeia.

Muito embora inicie o seu Programa a salientar que «as portuguesas e os portugueses» «afirmaram querer uma mudança de rumo da política nacional», há várias áreas onde o novo Governo aponta para um rumo muito parecido com o que foi seguido pelo anterior.

Já referimos atrás vários aspectos da política de trabalho, podíamos dizer o mesmo em relação à de saúde, a certos aspectos da política de educação e da segurança social e às privatizações «para o reforço e reestruturação do tecido produtivo nacional», segundo o Programa, o que envolve toda uma estratégia cara ao caquismo.

Noutras áreas, tem que se ver com preocupação o proclamado «continuo empenhamento na plena aplicação do Acordo de Schenghen» ou a revisão da legislação eleitoral e sobre os partidos.

Não se podem ignorar também aspectos positivos que o Programa comporta, alguns dos quais resultam em grande medida ou vêm mesmo coroar movimentos mais ou menos significativos da opinião pública. Conta-se entre estes a orientação explicitada pelo Primeiro-Ministro para as gravuras do vale do Côa.

O debate do Programa do Governo que só hoje verdadeiramente se inicia pode ser muito importante para esclarecer algumas pistas que aqui se assinalam e revelar muitas outras.

Entretanto, não deve haver dúvidas de que há certas promessas e políticas do Governo que só serão esclarecidas no seu verdadeiro alcance quando for apresentado o Orçamento de Estado.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sacoire Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sacoire Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Ljmb — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Benski Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O Papa e a Santíssima Trindade

Na entrevista à SIC, da passada semana, Cavaco Silva voltou a cultivar a imagem da brandura, da conciliação e da concórdia que inaugurou no lançamento da sua candidatura à Presidência da República.

Diga-se que não é nada fácil e que é muito pouco credível o exercício desta metamorfose para quem durante mais de uma década se distinguiu pelo autoritarismo, a arrogância, a confrontação e o desprezo pelos direitos dos opositores.

Foi assim que, apertado pelos jornalistas em relação a este insanável conflito de imagens, Cavaco atirou, em certa altura da entrevista: «Também o Santo Padre é hoje muito diferente do que quando era bispo de Cracóvia.»

Quer dizer que o único termo de comparação que Cavaco encontrou à sua medida foi o Papa, o que, trazendo a superfície a recalçada arrogância, deve constituir pecado, ao menos venial, para um católico.

Mas o pior é quando Cavaco parece querer tecer à sua volta um como que novo mistério da Santíssima Trindade.

Ao ser-lhe assinalado que é o único candidato à Presidência que defende a redução dos poderes presidenciais, o ex-primeiro-ministro desmentiu

dizendo que como candidato não tem posição nessa matéria, que realmente defendeu a redução de poderes do Presidente da República, mas que isso foi na qualidade de presidente do PSD.

Ao serem-lhe recordados os ataques que dirigiu a Guterres, o que originaria graves dificuldades de relacionamento com o actual Governo no caso de ser eleito, Cavaco desculpou-se dizendo que esses ataques foram uma réplica aos que recebera e que o fez na qualidade de primeiro-ministro e não de candidato presidencial.

Quer dizer, o candidato da direita a Belém apresenta-se, conforme as conveniências, como três pessoas distintas: ora o Cavaco candidato; ora o Cavaco ex-primeiro ministro, ora o Cavaco ex-presidente do PSD. O mais inquietante é que não se sabe se há algum Cavaco verdadeiro.

O homem de Boliqeime forneceu, no entanto, na mesma entrevista, aquilo que pode ser uma chave para o enigma, quando se vangloriou de ser muito adaptável: «Eu acho que me adapto aos diferentes lugares.»

É caso para dizer: e de que maneira! Até é capaz de dizer que não tem nada a ver com o PSD, de que foi até há pouco oficialmente o chefe incontestado e que continua a sê-lo de facto, em

grande medida. Mas di-lo para tentar desfazer a ideia de que a sua candidatura visa a desforra da grande derrota que o seu partido sofreu nas legislativas.

Lembre-se que, no passado, Cavaco também proclamou solenemente que não tinha nada a ver com os grandes senhores do dinheiro, a quem afinal serviu com uma fidelidade constante durante os dez anos em que foi primeiro-ministro.

Agora também é capaz de dizer, para mostrar que a sua eleição não prejudicaria a estabilidade governativa, «que o Presidente só deve dissolver a Assembleia se esta não for capaz de gerar um governo», mas logo acrescenta, sibilino: «minimamente coerente».

É claro que seria ele a julgar da coerência. Cavaquices...

O mandatário de Coimbra do ex-presidente do PSD lá tem as suas razões quando anuncia a grande tarefa dos apoiantes da candidatura.

Diz ele: «Temos dois meses e meio para convencer os portugueses» de que Cavaco Silva «é o mais honesto, o mais sincero e o mais fiel aos princípios».

Depois de dez anos de primeiro-ministro, é obra...

■ Carlos Brito

A luta continua

Dois ideias importantes emergem, de entre outras igualmente relevante, das declarações proferidas pelo novo Ministro das Finanças, Sousa Franco, na sessão de encerramento do «Seminário para banqueiros estrangeiros», realizado no Funchal: a necessidade, vivamente sentida pelo Ministro, de intensificar e acelerar o processo de privatizações e a inevitabilidade, de igual modo sublinhada por Sousa Franco, de moderação no que respeita aos aumentos de salários que devem processar-se em harmoniosa correspondência com a inflação (para a qual o mesmo Ministro aponta uma meta de... 3%). Todos os presentes aplaudiram. A directora do FMI aplaudiu. Alberto João Jardim também. E acrescentou mesmo: «é um discurso que eu subscivia completamente em termos de orientação de política financeira nacional e de opção europeia».

Temos, então, e entre outras «mudanças», mais e mais céleres privatizações e uma perspectiva de aumentos salariais da ordem dos 3%.

É evidente que tais medidas anunciadas por este Ministro do Governo PS poderiam provir de qualquer seu congénere do PSD o que confirma que nem com forte lupa é possível descobrir diferenças essenciais entre as políticas defendidas por esses dois partidos. Isto, mesmo tendo em conta a forte demonstração de «eficácia» e de «cumprimento de promessas» levada a cabo pelo Governo de Guterres e generosamente divulgada e supervalorizada pela comunicação social dominante... assim como quem atira uma espessa nuvem de poeira aos olhos dos cidadãos de forma a ocultar-lhes o que não convém ser visto.

Prosseguem então, e aceleradamente, as privatizações. A bem da «modernidade», dirá o primeiro-ministro; «modernidade» que, como a realidade nos tem mostrado, é inimigo fidalgo dos interesses do povo e do país.

O processo de privatizações tem sido, como temos visto, uma autêntica operação de saque de bens do Estado. Empresas altamente rentáveis passaram, por tuta e meia, para as mãos de grandes capitalistas e na sequência disto milhares e milhares de trabalhadores foram atirados para o desempre-

go. Todos estamos lembrados - estaremos? - do «argumento» fundamental que suportou o lançamento do processo de privatizações: diziam os defensores desta «modernidade» (patrioticamente preocupados com os superiores interesses da Nação como sempre acontece nestas situações e com tais personagens) que o Estado não podia continuar a suportar os resultados negativos do conjunto das empresas nacionalizadas. E avançavam números fabulosos e protestos exacerbados e exigências urgentes: milhões e milhões de contos de prejuízos, coisa inadmissível e inaceitável e a que era preciso pôr termo imediato. E privatizaram: as empresas rentáveis, obviamente; as que davam lucros, obviamente. Porque as outras, as que davam e possivelmente sempre darão prejuízo, essas... não entraram no processo de privatizações.

Quanto aos aumentos de salários, o Ministro Sousa Franco projectou-nos um filme que estamos fartos de ver: estabeleceu a meta da inflação necessária para decidir os aumentos salariais que melhor satisfaçam os interesses do patronato. Porque, como múltiplas vezes nos tem sido dito e assim feito, os tempos vão maus, é preciso fazer sacrifícios e, se assim é, quem melhor vocacionado para fazer sacrifícios do que os trabalhadores? Como é que pode haver «modernidade» sem custos para os trabalhadores? Aliás, a «modernidade» não é isso mesmo: sacrifícios para os que trabalham e benefícios para os que vivem à custa de quem trabalha?

É claro que os sindicatos da Administração Pública ligados à CGTP não estão dispostos a embarcar no conto do vigário: reivindicam, justamente, aumentos salariais de 8,5% e sublinham, justamente, as semelhanças de procedimentos do governo de Guterres com o de Cavaco.

E é curioso verificar como, mesmo e já neste tempo de estado de graça e de benefício da dúvida com que as boas maneiras usam brindar todos os recém-chegados governos, se impõe - actual, necessária e urgente - a velha palavra de ordem das massas trabalhadoras: a luta continua.

■ José Casanova

O milagre da rosa

Em rigor, não pode causar admiração que a marcha forçada para a moeda única e o férreo empenho em cumprir escrupulosamente os critérios e os prazos da chamada convergência nominal constituam a verdadeira estrela polar do Programa do Governo do PS.

Mas o que, se também não causa admiração, não pode entretanto deixar de impressionar é a visão cor-de-rosa que o programa do novo Governo perfilha a respeito dos efeitos, consequências e condicionamentos resultantes de tais opções decisivas e nucleares.

Não adianta que estudos e documentos das próprias instâncias comunitárias, opiniões de economistas os mais diversos incluindo as confissões de economistas do PS na fase de pré-campanha e sobretudo a experiência amargamente vivida à escala europeia associem a convergência nominal e o cumprimento dos recentemente agravados critérios de Maastricht a maior desem-

prego, contenção ou redução dos salários reais, cortes nas despesas sociais, graves lacerações do tecido produtivo dos países menos desenvolvidos e estagnação ou retrocesso nos processos de convergência real.

Porque o Programa do Governo PS consegue o autêntico milagre de vincular-se totalmente àqueles objectivos estratégicos e não só furtar-se às suas conhecidas consequências como perspectivar consequências de ostensivo e radioso sinal contrário.

Foi este «milagre» que nos fez recordar um interessante texto de Rogério Martins (personalidade hoje da área do PS), dado à estampa na revista do «Público» de 29/10, onde informava detalhadamente sobre os esclarecimentos e avisos a que «os alemães se dedicam agora a todo o pano» a propósito da moeda única.

Nesse artigo, podíamos ler que o Presidente do Bundesbank tinha

esclarecido que «os países que quiserem fazer parte da União Monetária devem entender que, ao fazê-lo, estarão perdendo não só a sua soberania nacional em sede de política monetária, mas também de política financeira e de política de rendimentos. De facto, estarão entrando numa "Comunidade de Riscos", julgados em permanência e em conjunto pelos mercados financeiros internacionais». Mais explicava o sr. Tietmeyer que «a união monetária empurra forçosamente para a união política» e que «os Estados membros devem por isso entender também que perderão a soberania em sede política fiscal: esta inevitavelmente terá de ser a mesma». E advertia também de aqui decorrem, entre outras consequências, que «os critérios de convergência são mesmo para cumprir, não só na altura da entrada, mas em permanência», que «é preciso prever sanções [automáticas], e não simples «admoestações»]

no caso de fuga ao cumprimento do Tratado» e que «será preciso além disso subscrever um adicional ao Tratado que o torne imutável para todo o sempre».

Rogério Martins enquadrava todas estas informações com uma observação, de recorte filosófico, sobre os ritos e os ritmos de iniciação à verdade em que como esta «assusta, porque desestabiliza o confortável quadro mental habitual; para que o neófito lhe não fuja, para que perca o medo, tem de lhe ser revelada a contagotas».

Longe destas preocupações, o Programa do Governo PS, em matéria tão fundamental, não teve nem a honestidade nem a coragem de passar à revelação da verdade ainda que a conta-gotas e preferiu apostar na venda de ilusões e nas artes de dissimulação.

■ Vítor Dias

ANGOLA

20.º Aniversário da Independência

Quando nos preparamos para entrar no novo milénio, é inevitável olhar para trás e ver a obra que se ergueu. E por entre obras maiores que marcarão este século no grande futuro, são de assinalar as primeiras tentativas conseguidas de erguer sociedades socialistas, com o seu esplendor e agonia de muitas delas. A libertação dos povos oprimidos das colónias projectar-se-ão também pelo futuro, como grandioso passo na obra libertadora da Humanidade.

Esta reflexão vem a propósito do 20.º Aniversário da Independência de Angola que se comemorará no próximo sábado, dia 11 de Novembro. Se o encarmos apenas pelo que se passa no mundo nestes dias, não compreenderemos o processo histórico e igualmente o futuro. Há vinte anos vivia-se em África uma das batalhas mais renhidas e duras contra o colonialismo e o sistema do «apartheid». Mas Angola e o seu povo, com o MPLA à cabeça, ao cabo de 500 anos de domínio colonial, proclamaram, rodeados de inimigos dentro e fora do país, a independência de um dos países potencialmente mais ricos do mundo.

A invasão sul-africana de Angola a partir da Namíbia, a utilização da UNITA como instrumento da política norte-americana e sul-africana, conduziram depois Angola a uma das guerras mais terríveis e devastadoras de África. Só que a aposta nessa guerra não resolveu as contradições dentro do sistema do apartheid e não impediu Angola de prosseguir o caminho traçado, em boa parte devido à ajuda dos seus amigos.

A pouco e pouco o braço de ferro foi pendendo para o lado dos povos da África Austral. A África do Sul viu-se obrigada a efectuar o referendo na Namíbia e nasceu um novo Estado dirigido pela SWAPO. Militarmente, Angola bateu-se com a África do Sul e um novo processo negocial se abriu até Bicesse. Apesar dos revezes do processo, com um novo ciclo de guerra conduzido pela UNITA, apoiado por círculos sul-africanos, Zaire e EUA, contra o processo eleitoral que legitimara de novo o MPLA no governo de Luanda, dentro da própria África do Sul nasceu um novo processo com a transição para a democracia e a consequente histórica vitória do ANC. Ao longo dos últimos vinte anos, muitos não acreditaram no processo de emancipação dos povos, mas o processo avançou e os povos venceram essa etapa. Os povos da África Austral devem muito à coragem e à luta do povo angolano. Entretanto abriu-se um novo ciclo de contradições e um novo processo para o futuro do povo angolano. Seja ele qual for, a realidade angolana marcou nos 20 anos a realidade da África Austral, contribuindo para a sua libertação nacional.

Em Portugal, é também tempo de o novo governo dar uma guinada e levar a cabo uma política de verdadeira cooperação, sem ambiguidades, com o governo de Angola. Ao fim e ao cabo com o governo saído de eleições reconhecidas como justas por toda a comunidade internacional. Para Portugal as relações com Angola e os outros Estados de língua oficial portuguesa são um elemento de importância decisiva na defesa da independência nacional e de uma política externa independente. As relações do Estado Português com o governo legítimo de Angola não se pode colocar ao mesmo nível das relações com a UNITA, que é apenas uma força política, aliás derrotada no quadro eleitoral angolano. Os vinte anos de independência de Angola fazem suscitar a ideia que no tempo futuro os povos de Angola e Portugal, sejam quais forem as contingências que vivam, só têm a ganhar com uma política de cooperação entre os Estados respectivos.

Os comunistas portugueses lutarão por este objectivo, como no passado lutaram solidariamente com o MPLA e o povo angolano pela independência de Angola. O futuro das relações de Portugal e Angola faz-se agora. Construindo-o com coerência, sem ingerências, no respeito mútuo, na procura de vantagens recíprocas. Reclamam-no o passado de todos quantos em Portugal e Angola se bateram contra o colonialismo e o fascismo, pela liberdade e a democracia, a paz e o progresso social.

■ Domingos Lopes

Vencer a Direita Lutar pela mudança



Jerónimo de Sousa

Apresentada declaração de candidatura de Jerónimo de Sousa às eleições presidenciais de 14 de Janeiro

Na passada sexta-feira, teve lugar em Lisboa, no centro de trabalho Vitória, o primeiro acto público da candidatura do camarada Jerónimo de Sousa, que marca o arranque da pré-campanha dos comunistas para as eleições presidenciais. Num salão cheio, tanto de apoiantes (nomeadamente dirigentes e destacados militantes do PCP, com intervenção em diversas áreas da política, da cultura e do sindicalismo) como de entusiastas (à chegada e no final da sua intervenção, o candidato comunista foi aplaudido prolongadamente e de pé), Jerónimo de Sousa apresentou as grandes linhas de intervenção na batalha para eleição do Presidente da República e respondeu, depois, a perguntas dos jornalistas. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Edgar Correia e José Casanova, membros da Comissão Política, José Ernesto Cartaxo e Rosa Rabiais, membros do Comité Central, e Bernardino Soares, dirigente da JCP, acompanharam na mesa da cerimónia o candidato e membro da Comissão Política do Partido. Aqui publicamos na íntegra o texto da declaração de candidatura de Jerónimo de Sousa.

Portugal - presente e futuro

O presente e o futuro de Portugal constituiu a motivação básica para a candidatura que assumo às eleições presidenciais do dia 14 de Janeiro próximo.

Ponto de partida é o reconhecimento do estado em que se encontra a nação, a consciência do carácter estrutural dos principais problemas e a compreensão da complexidade dos desafios com que o país está confrontado. E, sobretudo, a aguda sensibilidade em relação às dificuldades que pesam no quotidiano de muitos portugueses e as inquietações que a simples palavra futuro evoca no espírito de tantos dos nossos compatriotas.

Mas nem a gravidade dos problemas nacionais nem as incertezas que pesam sobre a evolução do país nos fazem perder a esperança e a confiança no futuro de Portugal.

Assumimos a afirmação consciente das possibilidades e das potencialidades nacionais para alcançar a modernização e o desenvolvimento do país, um desenvolvimento que se quer integrado e compreendido em todas as suas dimensões - económica, social, cultural, política e ecológica.

Proclamamos a liberdade como valor básico, a concretização de uma reforma democrática do Estado e o aprofundamento da democracia, como grandes eixos da resposta nacional às presentes dificuldades.

Não nos conformamos perante as desigualdades cada vez mais gritantes que se observam no nosso país, as crescentes assimetrias e a violação ou o incumprimento de direitos alcançados com o 25 de Abril e que a Constituição consagrou.

Não nos resignamos perante a degradação da situação social e a desvalorização do trabalho resultantes de uma agravada exploração do homem pelo homem, do aprofundamento do fosso existente na distribuição da riqueza, de políticas neoliberais conducentes à desregulamentação laboral e à crescente desresponsabilização do Estado na área das suas principais funções sociais - saúde, educação e segurança social.

Não baixamos os braços, como se não existisse alternativa, perante uma política que tem sacrificado o desenvolvimento do país e os interesses e aspirações da imensa maioria da população no altar do lucro dos grandes senhores do dinheiro e da sua subserviente ligação ao capital transnacional. E que é ao mesmo tempo a grande responsável pelo aumento das vulnerabilidades e dos atrasos estruturais do país, nomeadamente no que respeita à débil especialização produtiva que continua a caracterizar a nossa economia e ao baixo nível das qualificações e das remunerações dos trabalhadores.

Assumimos a necessidade e a possibilidade de um novo rumo para Portugal, com uma orientação nacional e de esquerda, que enfrente de forma integrada os problemas e as tarefas do desenvolvimento económico e social, aproveite os recursos e potencialidades, fomenta o emprego e o crescimento económico, e garanta efectivamente os direitos dos portugueses.

Levantamos bem alto o valor essencial da soberania da nação - o que é particularmente importante de salientar no contexto da definição do Presidente da República como garante da independência na-

cional - de modo a reforçar a capacidade de decisão estratégica residente no país e a afirmação própria dos interesses de Portugal e dos portugueses num quadro de crescentes interdependências à escala internacional e de profundas mudanças.

Atribuímos a esta questão uma importância tanto mais decisiva quanto são hoje ineludíveis as graves consequências para o aparelho produtivo nacional das orientações prevaletentes no processo da integração europeia e se aproxima o momento de revisão do Tratado de União Europeia e com ele uma oportunidade, que Portugal não pode perder, para dar combate aos aspectos mais negativos do Tratado de Maastricht, designadamente no âmbito da União Económica e Monetária e das políticas externa, de defesa e de segurança interna.

Razões da candidatura do PCP

No plano dos valores e dos grandes objectivos, a minha candidatura, a candidatura do PCP às eleições presidenciais, sustenta o grande desígnio que temos para Portugal: a construção de uma democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural.



Mas como espaço de intervenção política, ela surge naturalmente inserida no presente debate das ideias, das propostas e das opções concretas, para o qual a eleição do futuro Presidente da República está a convocar todos os portugueses.

Os velhos projectos da direita de se apropriar do controlo do órgão de soberania Presidente da República, não constituem uma ameaça ultrapassada, e uma vez mais marcam a sua presença na actualidade política nacional.

A profunda alteração da situação nacional decorrente dos resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro - com destaque para a grande derrota infligida ao PSD, ao seu Governo e a Cavaco Silva e para a colocação dos partidos da direita (PSD e CDS/PP) em minoria na Assembleia da República - não diminuíram em nada a importância das próximas eleições presidenciais.

E é nossa convicção que essa importância se viu mesmo reforçada, em face da postura hipócrita, arrogante e de revanche política da direita, expressa na apresentação da candidatura às presidenciais do anterior primeiro-ministro que acabou de ser derrotado nas legislativas pela vontade maioritária do povo português, e cujo propósito de recuperação do poder político é evidente.

A candidatura de Cavaco Silva é a candidatura da mesma personagem que, ao longo de uma década, personificou o autoritarismo, o



desrespeito de valores e princípios básicos do regime democrático, a flagrante violação dos direitos sociais e dos trabalhadores, o restabelecimento do poder do grande capital, o agravamento das desigualdades, a subserviência nacional, o continuado incumprimento da Lei Fundamental do país.

É também a candidatura de quem agora afivela a máscara dialogante e de candidato a "presidente de todos os portugueses", quando anos a fio à frente do governo a sua postura foi sempre a de um verdadeiro autocrata, que instrumentalizou permanentemente o Estado ao serviço do seu próprio poder e das clientelas partidárias que constituíram a sua base fundamental de apoio.

Não é aliás revelador das concepções de Cavaco Silva que, no decurso de uma entrevista televisiva que foi para o ar há poucos dias, ele tenha pretendido justificar a sua postura sectária e clientelar como chefe do executivo com a insólita e despidorada afirmação de que "um governo está um pouco mais ligado a uma parte e não a todos: aqueles que votaram nesse governo"?

Num quadro que se encontrava confinado a duas candidaturas - a candidatura da direita de Cavaco Silva e a candidatura do democrata Jorge Sampaio, que o PS pretendeu partidarizar e cujos pontos de vista são como se sabe distintos dos do PCP em importantes questões - a minha candidatura, com toda a legitimidade, vem preencher um espaço à esquerda que não se encontrava ocupado. Vem afirmar o projecto de esquerda para Portugal de que o PCP é portador e assumir diferenças políticas que representam um factor de natural enriquecimento da vida democrática. E vem também exprimir a recusa de uma apressada e redutora limitação do debate dos problemas, das ideias e das opções que se colocam perante o povo português.

A minha candidatura apresenta-se com o propósito de intervir no debate sobre o exercício pleno das funções e competências do órgão de soberania Presidente da República, e pretende sublinhar de um modo muito particular as suas responsabilidades de *defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição*.

A minha candidatura intervirá também para chamar a atenção dos portugueses para importantes questões que se prendem com o futuro do próprio regime democrático, nomeadamente para as ameaças presentes em projectos e propósitos de alteração do sistema político, de novas leis eleitorais, de revisão da Constituição, de aceleração das privatizações, de desregulamentação do trabalho, de desrespeito pelos direitos sociais e culturais dos portugueses.

Mas o que determina acima de tudo a minha candidatura e que constitui o seu objectivo político fundamental, é o de dar uma activa contribuição para a derrota do candidato da direita Cavaco Silva - de modo a confirmar nas presidenciais a derrota da direita e da sua política alcançada nas legislativas - e de dar também uma contribuição para que a Presidência da República desempenhe um efectivo papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático constitucionalmente consagrado.

O órgão de soberania Presidente da República

O regime democrático-constitucional português baseia-se num complexo sistema de interdependência entre órgãos de soberania e de controlos recíprocos no exercício dos seus poderes.

Não compete ao Presidente da República o exercício do governo, como se sabe. Mas a Constituição confere-lhe vastos poderes e competências. E o "sistema misto parlamentar-presidencial", sendo susceptível de desempenhos diferenciados e de acentos diversos, confere particulares responsabilidades ao Presidente da República no sentido de manter o equilíbrio das competências entre os órgãos de soberania, impedir usurpações de poderes, arbitrar conflitos e assegurar e promover a estabilidade do sistema.

Começou a batalha do esclarecimento



Jerónimo de Sousa

Depois de ler a sua declaração de candidatura, Jerónimo de Sousa disponibilizou-se para responder a perguntas dos jornalistas que acompanharam o acontecimento. Teve assim oportunidade de esclarecer melhor algumas interrogações levantadas, dando o pontapé de saída para a batalha a travar até 14 de Janeiro, juntamente com o Partido e muitos simpatizantes e aliados dos comunistas.

É uma candidatura para ir até ao fim?

«Esta candidatura tem a legitimidade, tem os seus direitos e as prerrogativas legais e constitucionais, de que faremos uso pleno. Por outro lado, não era bom para a democracia portuguesa ver as eleições afuniladas simplesmente no seu resultado. O debate das ideias, a voz própria, autónoma, do PCP nesta matéria só vai enriquecer a democracia. Por isso nós respondemos que vamos exercer toda a plenitude dos direitos constitucionais e legais que nos assistem.»

Não irá dividir o eleitorado de Esquerda e ajudar o candidato da Direita?

«O enriquecimento da democracia e o debate das ideias vão permitir que o voto dos comunistas não seja um voto calado, silencioso, mas um voto que fala, que se manifesta e se manifestará

através desta candidatura. Não vai dividir.

A minha candidatura será norteada, fundamentalmente, pela derrota do candidato da Direita. E podemos garantir aos senhores jornalistas e à opinião pública portuguesa que o voto dos comunistas procurará sempre garantir que essa derrota se confirme no dia 14 de Janeiro.»

Falou largamente de Cavaco Silva e pouco de Jorge Sampaio...

«É evidente que não fazemos uma equivalência. Para nós existem diferenças entre as duas candidaturas: Cavaco Silva, embora agora tente fazer o seu branqueamento e separar-se desse passado, foi o rosto, foi o protagonista e o mentor de uma política e de um Governo cujas características eram marcadas pelo autoritarismo, pelo ataque aos direitos dos trabalhadores e dos sectores mais desfavorecidos da sociedade

portuguesa - e foi o primeiro-ministro derrotado a 1 de Outubro.

Logicamente, e naturalmente, a nossa acentuação vai ser denunciar este comportamento da candidatura de Cavaco Silva mas, simultaneamente, marcar as diferenças que existem entre nós e a candidatura de Jorge Sampaio.

A pré-campanha vai iniciar-se agora, existe ainda pouca nitidez em relação a algumas áreas e questões. Mas podemos desde já afirmar que, em relação à candidatura de Jorge Sampaio, há diferenças substanciais, designadamente em relação aos rumos da União Europeia, mesmo em relação ao próprio regime democrático (particularmente, quanto às leis eleitorais), em relação à própria concepção da dimensão social dessa Europa e mesmo aqui no nosso país...

Cremos nós que estas diferenças, que vão surgir no debate de ideias que nós, comunistas, e a minha candidatura, valorizamos muito.»

Está perto um entendimento com Jorge Sampaio para um apoio final?

«Os únicos compromissos desta candidatura têm a ver com o partido que apoia e com o objectivo central, que é derrotar o candidato da Direita. Não há nenhuns outros compromissos nem

somos bengala de ninguém. É uma voz autónoma, uma voz própria e que marca a diferença. A campanha vem aí, iremos participar nela com tenacidade, com combatividade, com determinação, e não vamos fazer o frete a ninguém. Vamos, sim, participar num debate político, independentemente de depois considerarmos este objectivo central e avaliarmos qual é a melhor forma de derrotarmos o candidato da Direita, no caso concreto Cavaco Silva.»

Foi consensual, a escolha do candidato do PCP?

«Na direcção e no meu Partido houve um amplo debate. Ao contrário do que muita gente pensa, no PCP discute-se muito. E creio que foi o resultado dessa discussão, a ponderação das candidaturas em presença, que levou a direcção do meu Partido a propor uma candidatura e a propor o meu nome concreto. É evidente que elogio em boca própria pode ser vitupério, mas quero dizer-vos que a votação no Comité Central, pela sua amplitude e convergência de opiniões, animou-me para levar com determinação esta batalha. Não houve divisões, antes pelo contrário, e posso afirmar, com algum risco de inconfidência, que o Comité Central do PCP está nesta batalha comigo.»

A experiência de Portugal durante a última década, com os governos de Cavaco Silva, mostrou bem como a consagração constitucional da separação e da interdependência dos vários órgãos de soberania pôde ser contrariada pela tentativa de concentração do poder no primeiro-ministro e no governo, pelo esvaziamento relativo da actividade e intervenção da Assembleia da República e pela contestação da actividade dos órgãos de fiscalização e controlo do poder executivo.

Do mesmo modo a experiência do cavaquismo durante a última década mostrou também como uma ampla consagração constitucional dos direitos, liberdades e garantias não foi suficiente para impedir uma prática política que animou discriminações e a repressão nas empresas e na sociedade, promoveu o favoritismo e o fomento de clientelas do PSD, e foi responsável pelo alastramento de fenómenos de corrupção.

Importa que tais experiências, e a degradação da democracia que o cavaquismo efectivamente representou, não sejam mais esquecidas.

Nesta perspectiva entendemos que se reveste de uma particular importância a efectiva capacidade do Presidente da República, no quadro do "sistema misto parlamentar-presidencial", intervir activamente no sentido do respeito da interdependência entre órgãos de soberania e do efectivo funcionamento dos controlos democráticos recíprocos no exercício dos seus poderes.

Enquanto garante da independência nacional, do regular funcionamento das instituições democráticas e do rigoroso respeito pela Constituição da República, o exercício pleno das atribuições constitucionais do Presidente da República constitui sem dúvida uma condição decisiva para o reforço e o aperfeiçoamento do regime democrático e concomitantemente para a construção de um futuro melhor para todos os portugueses.

Um projecto para uma mudança efectiva

No quadro das características e finalidades das eleições presidenciais, a reflexão sobre o estado e a função do Presidente da República é inseparável da consideração mais global da situação política nacional e da sua inserção no quadro da situação europeia e mundial e das perspectivas e possibilidades do seu desenvolvimento.

Importa por isso assegurar, em primeiro lugar, que a grande vontade nacional de mudança que se exprimiu em 1 de Outubro não seja efectivamente defraudada. E que, pelo contrário, ela represente o

ponto de partida para uma viragem democrática, que os velhos e os novos problemas e os desafios globais com que o país está confrontado, imperativamente reclamam.

A minha candidatura e a sua intervenção no debate eleitoral inserem-se numa causa muito mais vasta que atravessa a sociedade portuguesa: a luta por uma nova política, por uma política nacional e de esquerda.

Política nacional significa, no quadro objectivo de crescentes interdependências, uma política que não deixa cair os braços perante os constrangimentos desfavoráveis com que Portugal está confrontado, antes procura activamente alargar as margens de manobra do nosso país.

Política de esquerda quer dizer uma política que, nomeadamente, assuma de forma clara um processo de desenvolvimento em que os interesses dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas são colocados à cabeça, seja pela inteira justeza desse objectivo, seja pelo facto dele representar uma incontornável condição para o dinamismo e para a mobilização social e política da sociedade portuguesa.

Propomos grandes objectivos que são conhecidos: desenvolver a economia, travar os processos destrutivos e promover o emprego; melhorar as condições sociais e o ambiente como objectivos e factores de desenvolvimento; promover a educação; a ciência e a cultura; assegurar a liberdade, concretizar uma reforma

democrática do Estado e aprofundar a democracia; e lutar por um Portugal de progresso e justiça, aberto ao Mundo, e por um novo rumo na integração europeia.

Do que se trata, efectivamente, é de uma política que dê a todos os valores e direitos consagrados na Constituição, e que recolheram o impulso transformador do 25 de Abril, um conteúdo concreto na vida quotidiana das pessoas. O que como sabemos, tem estado muito longe de acontecer em aspectos muito importantes.

Cabendo ao Presidente da República uma particular responsabilidade na defesa e cumprimento da Lei Fundamental, justifica-se inteiramente - como compreenderéis - que a minha candidatura preste à Constituição e ao seu respeito uma atenção muito especial.

Destacarei hoje, nesta Declaração que marca o início da pré-campanha de esclarecimento, e em versão abreviada, alguns dos direitos constitucionais aos quais a minha candidatura - por razões que me dispense de sublinhar - é particularmente sensível:

- o direito de todos os cidadãos tomarem parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos, bem como o direito de serem esclarecidos objectivamente sobre os actos do Estado e demais entidades públicas e de serem informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos (artº 48º);

- o direito de todos ao trabalho e a incumbência que é determinada ao Estado da execução de políticas de pleno emprego e que assegurem a formação cultural, técnica e profissional dos trabalhadores (artº 58º);

- a garantia aos trabalhadores da segurança no emprego, com proibição dos despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos (artº 53º), bem como do exercício dos seus direitos individuais e colectivos (artºs 54º, 55º, 56º e 57º);

- a retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna (artº 59º);

- e o direito de todos à segurança social (artº 63º), à protecção da saúde (artº 64º), a uma habitação condigna (artº 65º), à educação e à cultura (artº 73º) e ao ensino com garantia do direito de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar (artº 74º), à cultura física e ao desporto (artº 79º) bem como as precisas e extensas incumbências do Estado em todos estes domínios.

A minha candidatura, constituindo a forma de expressão natural, em termos de eleições presidenciais, de uma grande e responsável força política, é por isso portadora da sua visão própria e das suas propostas e orientações. Mas também por isso é igualmente portadora da abertura ao diálogo e à cooperação entre democratas, que o PCP assume na sociedade portuguesa com o supremo objectivo e critério de defender os interesses dos trabalhadores e do povo, reforçar e aprofundar a democracia, construir um futuro melhor para Portugal.

As portuguesas e os portugueses podem confiar que não regatearemos esforços, no combate político que hoje aqui iniciamos, para vencer a direita e lutar pela mudança.



Conselho Regional do PCP reuniu Beja deve ser declarada zona de calamidade pública

O Conselho Regional de Beja do PCP exige que o Governo divulgue rapidamente o conteúdo do plano de emergência para o Alentejo prometido várias vezes por Guterres durante a campanha eleitoral

O distrito de Beja deve ser proclamado pelo novo Governo «zona de calamidade pública, por forma a facilitar a tomada de medidas que se impõem, designadamente ao nível da gestão dos recursos hídricos disponíveis, bem como assegurar a canalização de meios financeiros e outros no sen-

É neste sentido que o PCP vê como «fundamental que o Governo dê a conhecer com carácter de urgência o conteúdo do plano de emergência para o Alentejo», anunciado repetidamente por António Guterres no decorrer da campanha eleitoral.

Entretanto, os comunistas

Alqueva não voltarão a parar como de que tomará as medidas necessárias para que as mesmas sejam aceleradas».

Por último, os comunistas pronunciam-se pela realização de uma nova reforma agrária que liquide o latifúndio, permitindo o desenvolvimento da agricultura e a saída da grave crise para onde o distrito foi conduzido pela política de direita.

Regionalização tem de avançar

Atribuindo grande importância à Regionalização e tendo em conta a proposta de calendarização já apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, o Conselho recomendou à DORBE «que promova rapidamente reuniões com as diversas entidades distritais - associações empresariais, sindicatos, autarquias e outros agentes económicos, sociais e culturais - com o objectivo de dar a conhecer a posição do Partido sobre a matéria e proceder a uma ampla auscultação por forma a encontrarem-se os caminhos necessários para garantir o máximo de consensos sobre esta importante aspiração do povo alentejano».

Durante a reunião foram ainda analisados os resultados das eleições legislativas no distrito, salientando-se que «apesar de não se

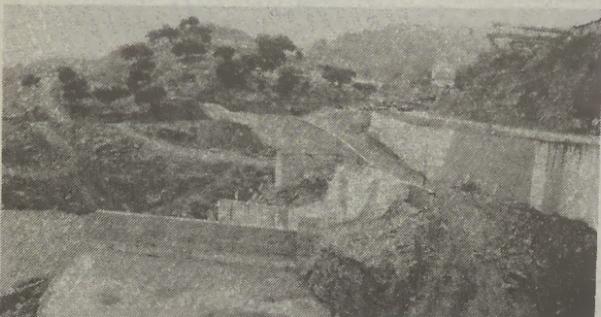
terem alcançado os objectivos eleitorais apontados (subir o número de votos e eleger dois dos quatro deputados), o povo de Beja deu um «notável contributo para a derrota do PSD e da direita no seu conjunto».

O Conselho Regional saudou a decisão do Comité Central de apresentar um candidato às presidenciais, exortando desde já à mobilização em torno da candidatura de Jerónimo de Sousa, no sentido de «garantir a derrota do candidato da direita, Cavaco Silva, principal responsável pela política de direita praticada nos últimos dez anos».



Divulgar as posições do Partido e vender o «Avante!»

Quatro camaradas da organização do Partido na Amadora participaram, na passada semana, numa iniciativa de promoção do «Avante!» e de «O Militante» na estação local da CP. Para além da divulgação e venda de destas publicações, a acção teve igualmente como objectivo transmitir de uma forma directa as conclusões do Comité Central de 28 de Outubro passado, que decidiu apresentar a candidatura de Jerónimo de Sousa à Presidência da República.



PCP quer que as obras do Alqueva sejam aceleradas

tido de minimizar os prejuízos e outros impactos negativos» resultantes da grave situação económica e social existente.

A esta conclusão chegou, no passado dia 1, o Conselho Regional de Beja do PCP que considerou «o prosseguimento da seca pelo quinto ano consecutivo, a má qualidade e pouca quantidade da azeitona e a fraca produção de uva prevista» como o prenúncio de um agravamento ainda maior da crise na região.

exigem o prolongamento «por pelo menos mais seis meses dos actuais programas ocupacionais», cujo prazo termina no final do corrente mês, e reafirmam a sua total solidariedade com os trabalhadores das pirites alentejanas, defendendo a tomada de medidas necessárias à retoma imediata da laboração das minas de Aljustrel.

O Conselho Regional quer ainda que o Governo «não só dê garantias de que as obras do

Declaração de Edgar Correia Pacote educativo é reduzido

Comentando a comunicação apresentada, no passado dia 31 de Outubro, pela portavoz do Ministro da Educação, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, fez uma declaração em que destaca os seguintes aspectos:

«1. Assumida a iniciativa do novo responsável pelo Ministério da Educação como resposta a compromissos assumidos pelo PS antes do acto eleitoral, sem prejuízo da avaliação de cada uma das orientações anunciadas e sem pretensão, também, de tudo reclamar de imediato, não pode deixar de suscitar reparo a reduzida dimensão do «pacote» das medidas tomadas públicas.

Quer a gravidade da situação existente na área educativa, quer os compromissos eleitorais que o PS apresentou antes das legislativas, justificariam certamente um conjunto de medidas imediatas muito mais vasto e profundo que o ora apresentado.

«2. Sobre a educação pré-escolar compreende-se mal que o Ministério da Educação se proponha tão-só «reequacionar o programa herdado do governo anterior, quando a revogação do Decreto-Lei nº 173/93 constituiu uma generalizada exigência nomeadamente por parte dos professores e educadores, das autarquias locais e de muitas associações de pais.

Mas o que é seguramente mais grave é que o novo Ministério da Educação pretenda, como o seu antecessor, equacionar o problema da generalização da educação pré-escolar na óptica de uma Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, sem assumir clara e explicitamente a concretização do «sistema público de educação pré-escolar» tal como está constitucionalmente previsto.

«3. Em relação às propinas do ensino superior, embora a repriminção (a manutenção em vigor) do Decreto-Lei nº 418/73 represente um óbvio recuo do Ministério da Educação em relação à falada imposição de um sistema de taxas que estaria nos seus projectos iniciais, e uma clara vitória da luta contra as propinas, não pode deixar de ser observada de forma negativa a obstinação do Ministério na posição de apenas suspender a aplicação e não, como se impunha, de revogar as leis nº 20/92 e 5/94, quando afinal afirma expressamente que elas não voltarão a ser aplicadas.

Se com esta posição o Ministério da Educação apenas pretende deixar suspensa sobre a cabeça dos estudantes do ensino superior e sobre as universidades a ameaça de voltar à aplicação das tristemente célebres leis das propinas do PSD, mal irá certamente o diálogo e o processo negocial que pretende promover».

Notícia da Renault não chegou a Portugal

A ocupação das instalações da Administração da Renault em Paris-Clignancourt por operários da empresa foi uma notícia que Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, relatou em Setúbal mas que a generalidade da comunicação social francesa e portuguesa não divulgou.

O eurodeputado, que falava num debate recentemente promovido pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP sobre a «Impunidade das Multinacionais - o caso Renault», referiu que soube do acontecimento apenas pelo jornal «Liberation», enquanto todos os outros optaram pelo silêncio. «É significativo que tal tenha sucedido, pois sabemos quanto as lutas num determinado país incentivam outros trabalhadores sujeitos à lógica implacável de uma mesma multinacional», disse Sérgio Ribeiro tomando a defesa dos postos de trabalho e da empresa de Setúbal.

Na iniciativa, que teve lugar no Edifício Arrábida, em Setúbal, participaram dirigentes e activistas sindicais e membros dos órgãos representativos dos trabalhadores do concelho, sendo

salientada a contribuição da luta da Renault para a denúncia da política do governo de Cavaco Silva a nível nacional e para a sua derrota em 1 de Outubro.

Sérgio Ribeiro valorizou a exemplar articulação entre a Comissão de Trabalhadores da fábrica de Setúbal e deputados comunistas, quer no Parlamento Europeu quer na Assembleia da República. Contudo, venceu que o determinante é a própria iniciativa dos trabalhadores ao nível local (a qual acaba sempre por ter repercussões na chamada aldeia global onde vivemos), a par da coordenação que se procure obter entre estruturas sindicais dos vários sectores envolvidos em dois ou mais países.

Outro assunto a merecer atenção foi a noção de «transnacionais», que hoje caracteriza melhor a natureza e estratégia do capitalismo. «Saltando de país para país, conforme se esgotam as melhores condições da exploração da mão-de-obra e obtenção de facilidades por parte dos governos nacionais, naquilo que podemos chamar um investimento beduíno, o capitalismo dos dias de hoje levanta a tenda à

velocidade com que os meios informáticos facilitam as mais audazes especulações financeiras», disse o eurodeputado comunista.

CAMARADAS FALECIDOS

António Jubita Guerreiro

Faleceu, com 45 anos, António Jubita Guerreiro, trabalhador da Câmara Municipal de Setúbal e militante da organização local das Pontes.

Diamantino Cruz Carvalho

Faleceu, no passado dia 30 de Outubro, Diamantino Franklim Cruz de Carvalho. Tinha 47 anos de idade e foi funcionário da União de Sindicatos do Porto, pertencendo à organização de Freguesia de S. Mamede do PCP. Este camarada era irmão de Branca Carvalho, do Comité Central e responsável da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo.

Etelvino Peça de Oliveira

Faleceu, com 65 anos, Etelvino Peça de Oliveira, reformado da IMA organizado na Freguesia de São Julião, em Setúbal.

Eugénio de Melo

Faleceu, com 75 anos de idade, Eugénio de Melo, membro do partido desde 1936, actualmente organizado na Freguesia de Carnaxide, onde era muito conhecido.

Hermínia Matias

Faleceu, com 83 anos de idade, Hermínia Matias, militante da organização de Freguesia de S. Salvador, no concelho de Ílhavo.

José Francisco Sota

Faleceu, no passado 1, José Francisco Sota, serralheiro mecânico reformado, que contava 73 anos de idade. Natural da Freguesia de São Salvador, no Concelho de Serpa, militava no PCP desde 1979, estando organizado na Freguesia do Estoril.

Manuel Lopes Marcelino

Faleceu, com 79 anos de idade, Manuel Lopes Marcelino, natural de Tomar, onde residia e estava organizado.

Manuel Maria Salgado

Faleceu, após prolongada doença, Manuel Maria Salgado, de 75 anos de idade. Comerciante de peixe muito conhecido em Setúbal, apoiou o Partido antes do 25 de Abril.

Vítor Ferreira Nunes

Faleceu, no passado dia 17 de Outubro, Vítor Manuel Ferreira Nunes, organizado na Freguesia da Baixa da Banheira. Desenvolveu actividade no movimento associativo e popular, fazendo parte da direcção do Ginásio Atlético Clube.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Almoço em Barcelos Mobilizar esforços para as presidenciais

O grande objectivo do PCP nas próximas eleições presidenciais é confirmar a grande derrota da direita nas legislativas, sublinhou Carlos Carvalhas, no passado sábado em Barcelos, alertando para o perigo de Cavaco poder «entrar pela janela depois de ter sido corrido pela porta do Poder».

A iniciativa, que juntou cerca de duas centenas e meia pessoas num restaurante de Barcelos, teve como objectivo analisar a batalha eleitoral de Outubro e lançar as orientações para o trabalho imediato, onde se destacam as eleições presidenciais.

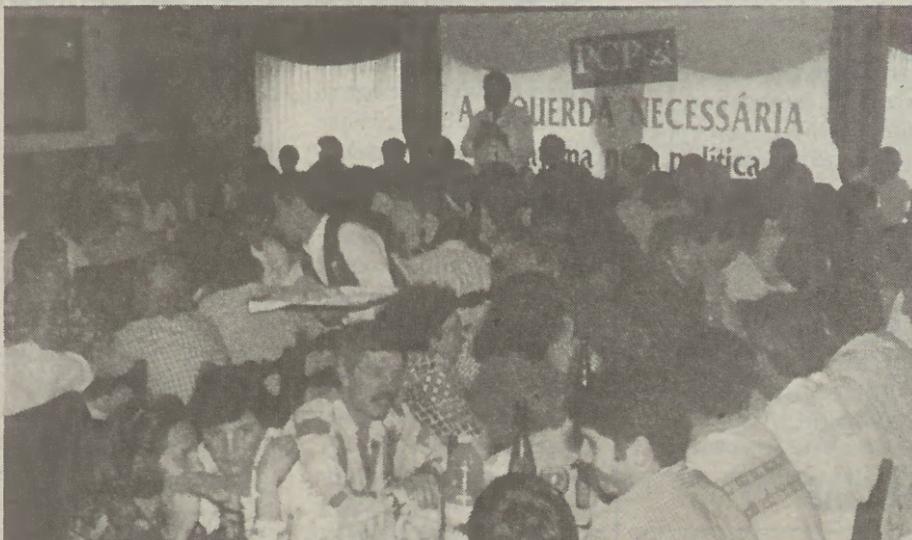
Foi isto mesmo que afirmou o coordenador da DORBraga, José Antunes, que fez a intervenção inicial, a que se seguiram, o independente Carlos Silva, a jovem Carla Barbosa, António Lopes, da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que encerrou as intervenções (ver excertos nesta página).

Carlos Silva fez questão em referir que os resultados alcan-

çados em Outubro pela CDU «não retiraram a confiança», uma vez que embora não fossem atingidos todos os objectivos, nomeadamente a eleição de um deputado, «a Coligação contribuiu para a derrota da direita».

Como independente, reafirmou ainda a certeza de que «muitos outros democratas poderão aproximar-se das posições e juntar-se no combate e nas fileiras da CDU e do PCP». Por isso, apelou aos dirigentes do PCP para darem seguimento, se possível, aos debates com o País.

O entusiasmo e empenhamento da juventude durante a campanha eleitoral foi depois justamente recordado por Carla Barbosa,



também ela candidata na lista da CDU pelo distrito de Braga.

António Lopes falou de seguida para afirmar que «a resistência do PCP e da CDU, em 1 de Outubro, é um facto que preocupa a direita». Este dirigente considerou que «se é certo que não subimos como queríamos e esperávamos,

que não elegemos o deputado pelo distrito, mesmo assim, num clima de enorme bipolarização e diferença de meios e com a forte aposta dos grandes meios de informação em levar a CDU ao desaparecimento, aumentámos a votação». Sublinhando que «valeu a pena a grande campanha

que fizemos no distrito», António Lopes disse que «na Assembleia da República já estamos a trabalhar para a cumprir os compromissos assumidos», referindo entre outros o novo projecto de leis das 40 horas semanais de trabalho e da redução da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

Excertos da intervenção de Carlos Carvalhas

«Sinais de um novo Governo»

Da intervenção de Carlos Carvalhas, no almoço realizado no passado sábado em Barcelos, publicamos de seguida os excertos mais significativos

O País manifestou, nas últimas eleições uma grande vontade de mudança que não deve ser defraudada. Uma mudança cuja tónica seja no essencial formal, uma mudança de caras, sem mudança efectiva de política, conduzirá a uma grande frustração.

E há sinais que não deixam de ser preocupantes.

É verdade que houve o anúncio, num pacote muito limitado, de algumas medidas positivas na área da educação, se não forem apenas rebufados ou a cenoura inicial, mas também não é menos verdade, nem menos sintomático que no mesmo dia em que o PS anunciou formalmente ao País o elenco governativo, o secretário-geral do PS se tenha apressado a reunir com a CIP, onde Ferraz da Costa defendeu, preto no branco, a alteração das leis laborais e mais flexibilidade no mercado de trabalho, ou seja, mais facilidade para despedir. Do mesmo modo se poderia referir o encontro entre o Eng^o Guterres e a Associação Industrial Portuguesa ou as declarações de que vai subordinar a política aos critérios de Maastricht e da Moeda Única, ou ainda as afirmações do Ministro das Finanças na Madeira, na primeira intervenção pública depois da tomada de posse, de que as privatizações serão «intensas e rápidas» e que os aumentos salariais «devem ser correspondentes com a inflação». Esta intervenção do Ministro das Finanças, significativamente teve até as felicitações da directora do FMI e o elogio do Presidente Regional da Madeira, que disse ser um discurso que «subsceria completamente em termos de orientação de política financeira nacional e de opção europeia»...

Não se vai lá com o prosseguimento, no essencial, da política que acaba de ser derrotada nas urnas.

É preciso dar resposta aos problemas e muitos necessitam de resposta urgente.

E para isso, é necessário ir além da anulação de algumas medidas do anterior governo e afrontar os grandes senhores do dinheiro quando necessário. E aqui estão as questões dos salários reais, dos direitos dos trabalhadores, da segurança social e da redução do horário de trabalho para as 40 horas, medida que o PS não poderá remeter para o Conselho de Concertação Social, lavando as mãos como Pilatos.

O Governo não pode fechar os olhos ao facto de que o rendimento disponível dos portugueses está muito aquém da média europeia, que a distribuição do Rendimento Nacional se tem agravado em desfavor dos trabalhadores e que os salários reais diminuíram nos últimos anos. Por isso, não deixa de ser preocupante e significativo que também na tomada de posse do governo PS, o Primeiro-Ministro tenha salientado que os mercados, essa entidade mítica, exigem estruturas flexíveis e um esforço permanente de aumento da produtividade para logo acrescentar que está certo, que os trabalhadores portugueses saberão compreender! É a concepção dos sacrifícios sempre para os mesmos, é a política de dois pesos e duas medidas, é a concepção de que a produtividade e a competitividade se alcança com mais pressão sobre os salários e sobre os direitos e regalias dos trabalhadores.

Uma política que não rompa com os dogmas de Maastricht, com a marcha forçada para a moeda única, que não dinamize e modernize o aparelho produtivo e não defenda a produção nacional, não resolverá os graves problemas com que estamos confrontados.

Se a política de Portugal continuar a ser feita à medida do figurino do Bundesbank e da Bolsa de Frankfurt, não

haverá diálogo que disfarce a liquidação da produção nacional, o aumento do desemprego e do trabalho precário, a deterioração dos salários e pensões, a falta de perspectivas para a juventude. E se o diálogo é muito importante, mais importante é a concretização prática de uma política quer a nível interno, quer a nível da União Europeia.

E é preciso que se diga sem tibiezas, por exemplo, que as propostas da Comissão Europeia quer em relação à organização comum do mercado das frutas e legumes, quer em relação às contrapartidas do Acordo de Pescas com Marrocos são inaceitáveis.

E é necessário agir em conformidade. Nós, no Parlamento Europeu, já o fizemos criando espaço para aumentar o poder negocial português.(...)

Uma posição clara

Ao longo da campanha eleitoral não deixámos lugar para dúvidas que o nosso objectivo era não só derrotar a direita como a sua política. Por isso o PCP intervirá no novo quadro político em coerência com as propostas, medidas e compromissos que assumiu perante o eleitorado, considerando que são objectivos essenciais de uma política democrática:

1º O respeito pelo sistema político Constitucional vigente;

2º A travagem dos processos destrutivos e a recuperação e modernização do aparelho produtivo nacional e a defesa de um sector empresarial do Estado;

3º Uma nova política social que combata o desemprego e concretize a melhoria do poder de compra e o nível de vida das populações e assuma as suas responsabilidades no domínio da saúde, ensino, habitação e segurança social;

4º A firme defesa dos interesses nacionais e da soberania nacional.

E nesta linha, o Grupo Parlamentar do PCP tomou a iniciativa política e avançou com propostas em diversas áreas que correspondem a compromissos tomados com os eleitores e que integram alterações substanciais, medidas e políticas durante largos anos prosseguidas pelo PSD.

São de sublinhar os projectos de lei da redução semanal do trabalho máximo para as 40 horas; da revogação e alteração das normas mais gravosas do «Pacote Laboral»; o que fixa um rendimento mínimo de subsistência a entrar em vigor no próximo ano e não em 1999; o Projecto de Lei que repõe a idade de reforma das mulheres aos 62 anos de idade e os que adaptam um conjunto de medidas imediatas em relação à segurança dos cidadãos.

São medidas e propostas constitutivas que vão ao encontro de justas reivindicações e aspirações e ao profundo desejo de mudança.

Temos pela frente uma situação política exigente, mas também cheia de potencialidades e perspectivas quer para o avanço do movimento popular, quer para o reforço do nosso Partido, o que será bom para as populações e para o nosso país.

O PS tem afirmado que a principal causa da derrota do PSD se deve ao autoritarismo e à arrogância com que este partido exerceu o poder. Sem dúvida que essa postura foi uma das causas.

Mas a principal razão da sua derrota deve-se à política de direita, à política de concentração da riqueza, à política de destruição do nosso aparelho produtivo e de delapidação do riquíssimo património público que constitui o Sector Empresarial do Estado, principal fonte de clientelismo de mão baixa sobre bens pertencentes à colectividade e de arrogância no exercício do Poder.

Pela nossa parte, tudo faremos para que seja dada resposta aos graves problemas com que o País está confrontado.(...)

Debates televisivos

Jerónimo de Sousa responde a Cavaco Silva

A propósito das recentes declarações de Cavaco Silva, no sentido de que só participaria num debate com Jerónimo de Sousa caso este se comprometesse por escrito a ir às urnas, o candidato Jerónimo de Sousa divulgou a seguinte posição:

1. As «exigências» ou «condições» dirigidas por Cavaco Silva à minha candidatura em relação à realização de debates televisivos são um inadmissível acto de arrogância antidemocrática que só pode ter como resposta uma frontal rejeição e denúncia.

2. Cavaco Silva comporta-se como se fosse uma espécie de tabelião da democracia e como se estivesse investido do especial privilégio de, sendo candidato, poder ditar condições a outro candidato, ao arripio das regras e princípios democráticos do processo eleitoral a que, em rigor, deve ele próprio respeitar.

3. As insolentes declarações de Cavaco Silva são uma útil e esclarecedora demonstração de que, ainda mal arrancou a pré-campanha, e já está a estalar o verniz da postura fingidamente cordata e dialogante de um «novo» Cavaco Silva fabricado à medida das suas conveniências eleitorais e na proporção do medo da derrota que o persegue.

4. As «exigências» de Cavaco Silva apenas comprovam que o político que durante dez anos se recusou a participar em quaisquer debates televisivos procura agora pretextos que lhe permitam continuar a escapar a debates onde a sua demagogia e hipocrisia sejam desmascaradas e em que seja firmemente confrontado com as suas ineludíveis responsabilidades e as suas verdadeiras concepções.

5. Reafirmo que a minha candidatura desfruta de todos os direitos e prerrogativas que a legislação em vigor atribui de forma igual a todos os candidatos e que nenhuma condição lhe poderão ser ditadas pela ridícula megalomania e pelo visceral autoritarismo de Cavaco Silva.

CARTEIROS SUSPENDEM LUTA NO BARREIRO

Uma semana sem correio foi o resultado de uma greve dos carteiros do Centro de Distribuição Postal do Barreiro. Na origem da luta esteve o protesto contra o despedimento de diversos carteiros contratados, contra as más condições de trabalho e mau serviço prestado às populações. A determinação dos trabalhadores e das suas ORT's levou a que a administração dos CTT aceitasse as reivindicações apresentadas, nomeadamente a admissão como efectivos de pelo menos 12 contratados; o estabelecimento de um calendário para a mudança dos carteiros para instalações com melhores condições de trabalho; e a elaboração imediata de medidas no sentido de resolver as sobrecargas de serviço. Todavia, os carteiros continuam mobilizados e avisam que se não se verificar o cumprimento do acordado retomarão a luta.

FB MARQUES EM GREVE

Exigindo o pagamento do salário do mês de Outubro, e do remanescente do subsídio de férias deste ano, a maioria dos trabalhadores da FB Marques, fábrica de confecção têxtil, iniciaram uma greve, na passada segunda-feira. A Fábrica está sediada na cidade de Guimarães e conta com cerca de 40 trabalhadores.

HOTELARIA FAZ EXIGÊNCIAS A GUTERRES

Numa carta ao primeiro-ministro, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte sublinha que o resultado eleitoral de 1 de Outubro «fez nascer uma esperança numa vida melhor», expondo de seguida as principais reivindicações do sector. Designadamente, aquela associação sindical, que representa mais de 20 mil trabalhadores da região norte, exige a redução do IVA sobre restauração de 17 para 7 por cento; a redução do IRS sobre o jogo de 35 para 25 por cento; a suspensão imediata do regulamento de trabalho do INATEL; o fim das tributações sobre as gratificações; a viabilização da Casa de Saúde da Avenida; a redução do horário máximo de trabalho para o máximo de 40 horas; aumentos salariais de 8 por cento; e o aumento do salário mínimo em 5 mil escudos.

SINDICATOS DEBATEM EXCLUSÃO SOCIAL

Terminou, terça-feira da passada semana, em Lisboa, a primeira reunião nacional da Rede da Confederação Europeia de Sindicatos de Luta contra a Exclusão Social. A iniciativa decorreu num hotel da capital e contou com intervenções do coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, do secretário-geral da UGT, João Proença, e de Cristina Louro, representante da Direcção Geral V da União Europeia. No segundo dia dos trabalhos, estiveram em debate aspectos fundamentais da inserção social, como o emprego e o alojamento, tema em que intervieram Arianne Meunier, da CES, Barreiros Mateus, da FENACHE, António Tavares, da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Rosa Maria Sampaio, directora da Acção Social da CM de Lisboa, Ulisses Garrido, representante da CGTP-IN na Rede da CES, e Júlio Fernandes, da UGT.

SOLUÇÃO NA VALFRIO

A «solução correcta» para os problemas da Valfrío poderá passar pela sua aquisição por um grupo espanhol, afirma uma nota dos órgãos representativos dos trabalhadores. O comunicado revela que o líder do grupo espanhol terá manifestado à CT o seu interesse na compra da Valfrío, declarando que garantiria os postos de trabalho, bem como iria proceder a profundas alterações tecnológicas, disponibilizando para isso uma verba até dois milhões de contos. A Valfrío encontra-se há cerca de três anos num processo especial de recuperação, não tendo sido encontrados até ao momento os meios financeiros necessários. A compra da empresa poderá ser a luz ao fundo do túnel, uma vez que resolveria o enorme passivo e traria novos investimentos, garantindo, ao mesmo tempo, os postos de trabalho.

NARES NÃO CUMPRE NORMAS DE SEGURANÇA

O recente incêndio na fábrica de resinas Nares veio mais uma vez sobressaltar a população da Freguesia de Santo Varão, que, desde 1990, exige das entidades competentes o cumprimento das normas mínimas de segurança contra incêndios naquela unidade fabril. De facto logo nesse ano, em que se verificou um acidente semelhante, os populares, através dos seus eleitos na Assembleia de Municipal de Montemor-o-Velho, desenvolveram esforços para que a Fábrica garantisse condições de segurança aos trabalhadores e à população. Conseguiram mesmo que Governador Civil de Coimbra e o Gabinete do Secretário de Estado da Indústria reconhecessem a falta de meios de extinção de incêndios na fábrica, e que fosse fixado um prazo de 90 dias para corrigir a situação. Decorridos mais de cinco anos, «tudo se encontra na mesma», afirma a comissão concelhia do PCP que face ao novo incêndio não hesita em responsabilizar as «entidades competentes» pelos acontecimentos de 17 de Outubro quando o novo incêndio deflagrou. No mínimo, a fábrica deverá ter «um tanque de espumíferos e trabalhadores com formação adequada» para reagirem em caso de necessidade.

FENPROF comenta medidas do ME

«É preciso aprofundar os sinais de mudança»

A Federação Nacional de Professores espera que a postura do Ministério da Educação que transpareceu na nota informativa tornada pública dia 31 de Outubro conduza a negociações sérias com os sindicatos e que os sinais de mudança que se registam, como é o caso da suspensão da lei das propinas, sejam aprofundados.

Aceitando as responsabilidades que lhe cabem no processo educacional, a FENPROF exige dos outros parceiros, nomeadamente do ME, o respeito pela sua intervenção na defesa da qualidade de ensino, dos direitos dos professores e da dignificação da carreira docente.

Em nota de imprensa, a federação considera que «a generalização da Educação Pré-Escolar deve subordinar-se aos princípios de controlo da qualidade pedagógica das instituições e pela garantia dos direitos profissionais e de carreira de todos os educadores». Por outro lado, defende que a revisão das habilitações para a docência e os problemas conexos da reestruturação dos quadros e mobilidade devem envolver os sindicatos e as instituições escolares.

Uma vez que o Ministério considera «não defensável» a existência de exame de acesso dos docentes ao oitavo escalão, a FENPROF, numa posição também tomada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, defende a necessidade de medidas imediatas que garantam essa passagem a todos os professores que tenham concluído o tempo de permanência no sétimo escalão, pelo que deve ser suspensa a actividade dos júris nacionais e regionais de análise das candidaturas.

A revogação do despacho que prevê o fim da requisição dos educadores em exercício nas IPSSs a partir de 1996 é também reivindicada pelas organizações sindicais.

Salários ameaçados no Ensino Superior

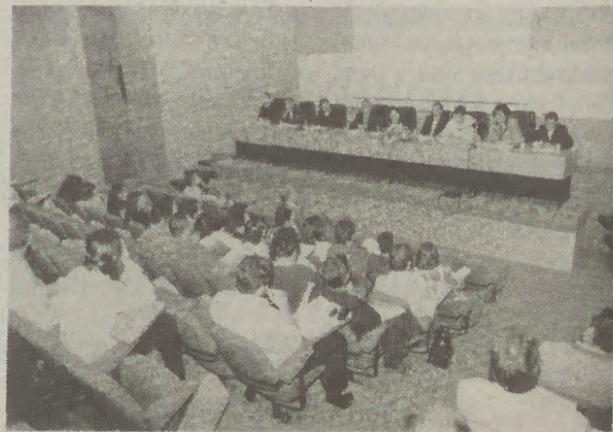
Quanto ao estrangulamento financeiro no Ensino Superior, a Federação Nacional de Professores sustenta que esta situação é fruto da não transferência para as instituições do valor relativo aos aumentos salariais que tiveram lugar desde Janeiro deste

ano. A atestar a gravidade da situação, a FENPROF aponta o caso de algumas escolas que, neste momento, já não têm meios financeiros para pagar os vencimentos de Dezembro.

O Estado deve ainda quantias avultadas a numerosas universidades e institutos politécnicos, relativas a contratos para prestação de serviços e a projectos co-financiados pelo Fundo Social Europeu.

A FENPROF espera que as negociações com o Governo, que deseja iniciar tão cedo quanto

possível, conduzam à solução de outras questões fundamentais, como é o caso da integração nos escalões de acordo com o tempo de serviço prestado pelos docentes e educadores, a vinculação dos professores contratados e a calendarização da revisão dos estatutos da carreira docente e a da sua revalorização salarial, bem como a entrega de meios financeiros ao Ensino Superior, não só para a sua sobrevivência, mas também para a expansão das suas actividades de docência e investigação.



A Plataforma Reivindicativa Comum do Ensino Superior (que integra a FENPROF, os seus sindicatos e ainda o Sindep e o SNESup) e cerca de meia centena de associações de estudantes divulgaram publicamente o caderno reivindicativo comum, no passado dia 31 de Outubro, em Coimbra

Trem Médio da Siderurgia votado ao abandono

Uma das mais importantes instalações siderúrgicas nacionais, o Trem Médio, está a ser «votada ao abandono, impedida de proceder a qualquer processo de modernização, constantemente preterida quando se trata de proceder a reparações ou beneficiações e tem dificuldades na aquisição de peças de reserva», afirma a Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional - Empresa de Produtos Longos. «A exclusão a que o TM está sujeito é de tal forma grave que se chegou ao ponto de se terem desviado custos do Trem Contínuo (cedido a siderurgias estrangeiras no último Conselho de Ministros do Governo PSD) para as suas contas.»

O processo de privatização da Siderurgia Nacional e a entrega do mercado português de aço aos grandes grupos siderúrgicos estrangeiros são, segundo a estrutura representativa dos trabalhadores, as causas da situação actual da SN/TM. A nota de imprensa sustenta que não existem razões para um eventual encerramento da empresa a curto prazo, pois os mercados interno e externo absorvem toda a sua produção: «a Siderurgia está a exportar, a abastecer armazémistas e a fornecer directamente produtos do TM para as grandes obras da actualidade, nomeadamente a nova Ponte do Montijo. No caso da empresa fechar, haveria compromissos comerciais que não poderiam ser cumpridos e o País ficaria totalmente dependente da importação para abastecer as suas necessidades em barras e perfis, com claros efeitos negativos na balança comercial.»

Defendendo que as organizações sindicais têm o direito de poder discutir com as administrações e os responsáveis governamentais esta questão, os sindicalistas exigem que os cerca de 200 trabalhadores não sejam ignorados pelo Conselho de Administração e que as promoções às categorias que estão de facto a desempenhar sejam desbloqueadas.

E questionam: «É mais dispendioso suportar 150 mil contos de prejuízos ou pagar indemnizações e subsídios de desemprego a 200 trabalhadores? Será preferível manter o emprego, dinamizar a produção de riqueza ou apostar na inactividade e na exclusão social?»

Metalúrgicos comemoram 100 anos pela informação

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal assinou na passada sexta-feira o centésimo aniversário da cria-

ção do «Eco metalúrgico», o primeiro jornal sindical dos «trabalhadores em metal», órgão «da Confederação das Associações de Classe Meta-

lúrgicas de Lisboa e do povo operário em geral».

A sessão, realizada cem anos depois da saída do primeiro número e no edifício onde funcionaram a redacção e administração do «Eco» (onde está instalada há 110 anos a Associação Musical 24 de Agosto), reuniu alguns dirigentes sindicais do sector. Aberta à comunicação social, contou com intervenções de João Paulo (coordenador da federação), Orlando César (jornalista, que durante anos colaborou na imprensa sindical metalúrgica) e Manuel Lopes (responsável pelo pelouro da informação na Comissão Executiva da CGTP-IN).



Inflação de três por cento à custa de quem?

Executiva da CGTP critica previsões de Sousa Franco e reafirma exigência de aumento real dos salários

Número sem fundamentação e afastado da realidade, tentando limitar os aumentos salariais em 1996, é como a Comissão Executiva da CGTP-IN encara as recentes previsões do ministro das Finanças apontando uma inflação de três por cento para o próximo ano. Em declarações após a reunião da Executiva que teve lugar na segunda-feira, Manuel Lopes citou mesmo uma projecção, da responsabilidade das instituições comunitárias, que indica os 4,5 por cento como

valor mais provável do índice oficial do aumento dos preços no consumidor em Portugal.

Daí, a direcção da Intersindical manifestar a sua preocupação acerca do caminho que Sousa Franco e o Governo tomarão para chegar aos tais três por cento, uma vez que, na actual situação, tal só seria possível à custa da contenção dos salários.

A Executiva reafirmou a exigência de aumento dos salários reais, reclamando um crescimento médio de 8 por cento

(ajustado no concreto à realidade dos diferentes sectores e empresas). Este valor é obtido admitindo uma taxa de inflação de pouco menos que 4,5 por cento, a que se somam 2,5 por cento de ganhos de produtividade; os restantes pouco mais que um por cento têm por objectivo recuperar perdas salariais de anos anteriores e aproximar da média comunitária os salários dos portugueses.

Depois de uma consulta ao sindicatos e associações de

reformados, o Governo deve aumentar as pensões, com efeitos a 1 de Dezembro e com aumentos maiores nas que têm um valor mais baixo, reclama ainda a CGTP. Mas a central ressalva que a discussão com o Governo não deve limitar-se à questão dos salários, devendo abranger ainda matérias como o combate ao desemprego e a criação de emprego, a redução do horário de trabalho, a garantia dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações, a análise da situação económica.

«Para trocarmos pontos de

vista sobre a situação político-social, designadamente sobre aspectos relativos à política de rendimentos para 1996» - como informou o departamento de informação da Inter -, encontraram-se anteontem à tarde delegações da UGT e da CGTP, na sede desta. Também na terça-feira, uma delegação da CGTP foi recebida pelo ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Ferro Rodrigues, para analisar a garantia de um rendimento mínimo.

Para a CGTP-IN, o rendimento mínimo garantido deve ser criado como função social do

Estado, e não como uma espécie de *caridadezinha*. A Intersindical Nacional, segundo um seu responsável afirmou à Lusa, preconiza o estabelecimento de regras que levem a evitar o oportunismo na distribuição do dinheiro do rendimento mínimo. Neste sentido, por exemplo, adiantou que todos os eventuais beneficiários devem estar inscritos nos centros de emprego.

Com este leque de questões em pano de fundo, vão reunir na próxima semana o Conselho Nacional da CGTP (quarta-feira) e o plenário nacional de sindicatos (dia 16, quinta-feira).

Administração Pública unida por profundas alterações

A cimeira de sindicatos consolidou a Frente Comum, exigiu aumentos salariais de 8,5 por cento e ratificou as «bases reivindicativas» a apresentar ao Governo.

A 3ª cimeira de sindicatos da Administração Pública reuniu em Lisboa, na semana passada, representantes de 30 organizações sindicais, que debateram e aprovaram «o quadro de reivindicações e orientações para a negociação com o 13º Governo constitucional, tendo em vista a defesa e melhoria dos serviços públicos e a dignificação do estatuto socioprofissional dos seus trabalhadores» - como se afirma na resolução aprovada na fase final dos trabalhos.

O documento saído da reunião de dia 2 considera que «os resultados eleitorais - para os quais é justo realçar o papel da luta persistente e corajosa desenvolvida pelos trabalhadores e pelos sindicatos da Administração Pública, que souberam denunciar e combater a arrogância e a prepotência, a corrupção e o compadrio, a insensibilidade social e as políticas antitrabalhadores do Governo Cavaco Silva - traduzem uma inequívoca vontade de mudança de atitudes e de políticas, justificando expectativas que não podem nem devem ser defraudadas».

Os sindicatos dos trabalhadores do Estado entendem, neste quadro, que «a legislatura agora iniciada deve ser marcada por uma profunda alteração na atitude e no comportamento governamental para com os serviços públicos, os seus profissionais e os seus sindicatos», o que afirmam nas «Bases reivindicativas para uma plataforma comum», ratificadas na cimeira e que, segundo decisão também tomada dia 2, deverão ser entregues durante uma audiência a pedir ao primeiro-ministro.

Iniciar negociações

O pedido de audiência a António Guterres «tem como pressuposto uma nova atitude de

diálogo e negociação, assente no respeito pelo papel essencial que os sindicatos desempenham numa sociedade democrática e, como objectivo, garantir o empenhamento do mais alto responsável pela Administração Pública para o rápido início de um processo negocial que se quer amplo, profundo e profícuo», e que deverá ter quatro «eixos prioritários» definidos na cimeira sindical:

- a defesa, melhoria e democratização dos serviços públicos;
- o reforço da negociação colectiva e da participação dos trabalhadores na fixação das suas condições de trabalho;
- a estabilização do emprego público;
- e a dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores.

Independentemente deste «amplo, profundo e profícuo» processo negocial que pretendem iniciar rapidamente, os sindicatos presentes na cimeira salientaram que é «indispensável a satisfação positiva e com carácter imediato» de algumas das propostas incluídas nas «Bases reivindicativas», nomeadamente:

- a revogação do DL 247/92 (lei dos disponíveis) e adopção de medidas legislativas que ponham termo ao recurso sistemático e ilegal a forma de trabalho precário, desburocratizem as normas de ingresso e regularizem as situações existentes, garantindo a vinculação dos trabalhadores que estejam a satisfazer necessidades permanentes dos serviços;
- a revisão de medidas restritivas do regime de emprego aprovadas pelo Governo anterior (sobre matérias como a aposentação, as férias, faltas e licenças, os recibos verdes);
- a garantia «inequívoca» de disponibilidade para negociar a

reestruturação de carreiras e estatutos profissionais e a integração nos índices 100 do adicional de 2 por cento criado em 1992.

Frente Comum

O documento final de dia 2 informa que a 3ª cimeira sindical «consolidou a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, como um importante espaço de articulação e coordenação das dinâmicas e das vontades dos sindicatistas da AP, em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores dos mais diversos sectores e categorias profissionais, con-

Somadas razões dão 8,5 por cento

Na cimeira de sindicatos da Administração Pública foi aprovada uma proposta de actualização dos salários, em 1996, no valor de 8,5 por cento, com o objectivo de «estancar e inverter a espiral de desvalorização dos salários reais». Como critérios fundamentais que levaram à definição daquela percentagem, os sindicatos apontam:

- a actualização do índice 100 da tabela do Regime Geral (salário mínimo na Administração Pública) para valor não inferior ao salário mínimo nacional;
- o crescimento real dos salários por forma a fazer face à inflação, iniciar a recuperação das perdas salariais dos últimos anos e garantir a aproximação gradual aos níveis salariais praticados nos restantes países da UE;
- a participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade esperados.

A proposta sindical tem ainda em conta que os salários dos trabalhadores do Estado «foram dos que mais se degradaram ao longo dos anos, em resultado do recurso sistemático à contenção da verba dispendida na massa salarial como mera medida de controlo da despesa pública e do défice orçamental».



Representantes de 30 organizações sindicais dos diversos sectores da Administração Pública participaram na cimeira de dia 2

firmando-a como a mais representativa estrutura sindical do sector e um interlocutor impres-

cindível e incontornável para qualquer iniciativa que vise o regime e âmbito da Administra-

ção Pública ou a fixação ou alteração das condições de trabalho dos seus profissionais».

Como encolheu o salário mínimo

Anos	Função Pública	Nacional	Diferença
1982	12 100\$	10 700\$	13,1%
1983	14 200\$	13 000\$	9,2%
1984	16 600\$	15 600\$	6,4%
1985	20 300\$	19 200\$	5,7%
1986	23 600\$	22 500\$	4,9%
1987	26 400\$	25 200\$	4,8%
1988	28 200\$	27 200\$	3,7%
1989	31 600\$	31 500\$	0,3%
1990	35 400\$	35 000\$	1,1%
1991	40 200\$	40 100\$	0,2%
1992	43 500\$	44 500\$	-2,2%
1993	45 600\$	47 400\$	-3,8%
1994	47 000\$	49 700\$	-5,4%
1995	49 400\$	52 000\$	-5,0%

Inflação e salários na Administração Pública

Anos	Inflação (*)	Salários
1982	22,4%	16,0%
1983	25,5%	17,0%
1984	29,3%	16,4%
1985	19,3%	21,6%
1986	11,7%	16,4%
1987	9,4%	11,5%
1988	9,6%	8,0%
1989	12,6%	9,1%
1990	13,4%	12,0%
1991	11,7%	13,5%
1992	9,5%	8,0%
1993	6,8%	5,0%
1994	5,4%	0,6%
1995	4,5%	5,0%

(*) - dados do Gabinete de Estudos da CGTP-IN



Montemor-o-Novo reivindica verbas do PIDAC/96

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo reclamou a inclusão no PIDAC para 1996 de verbas para a construção da Barragem dos Minutos, a recuperação do Convento de N² Sr² da Saudação e do Castelo, a construção do Centro de Dia para Idosos no Escoural e do Lar Residencial para deficientes da Associação 29 de Abril, a remodelação do Quartel dos Bombeiros Voluntários e da construção da bancada no campo de jogos do G.U.S.

Para o município, de acordo com uma nota distribuída a propósito desta matéria aos órgãos de comunicação social, o PIDAC aplicado na área concelhia e no Alentejo em geral tem sido irrisório e não tem contemplado projectos fundamentais para o desenvolvimento da região. Referido é, concretamente, o caso da Barragem dos Minutos, cuja construção é fundamental para a resolução do abastecimento público da água, bem como a recuperação do Convento de N² Sr² da Saudação, que, transformado em pousada, poderia desempenhar um papel fundamental no incremento turístico da região.

Montijo recupera embarcações tradicionais...

A Câmara Municipal do Montijo deliberou recentemente celebrar um novo protocolo com a Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA) com vista à recuperação de mais duas embarcações destinadas à instrução das artes de mear.

Sob a custódia daquela sociedade cooperativa passam agora a estar três embarcações (um anterior protocolo atribuiu-lhe já a recuperação de um outro barco) que - depois de reparadas e entregues ao Município - para além de servirem a organização de cursos de mear, têm em vista, simultaneamente, a promoção de acções de sensibilização para a salvaguarda da natureza e a realização de passeios turísticos.

As embarcações, segundo nota chegada à nossa Redacção, poderão ser utilizadas por toda a população e preferencialmente pelas escolas, associações e grupos, mediante autorização da autarquia.

... e aprova PDM

Da Câmara do Montijo chega-nos igualmente a informação de que foi aprovado, em 27 de Outubro último, pela Assembleia Municipal, por unanimidade, o Plano Director Municipal.

Na ocasião, todas as bancadas da Assembleia Municipal - PS, PSD e CDU - expressaram o seu regozijo pelo facto de, definitivamente, o Montijo ter um documento enquadrador de toda a actividade que respeite ao ordenamento do seu território.

Jacinta Ricardo, presidente da Câmara, depois de manifestar a sua satisfação, observou que o "PDM só terá plena eficácia depois de ser publicado em Diário da República", deixando no entanto claro que "estamos já a trabalhar com ele como referência enquadradora da nossa actividade".

Semana Cultural e Desportiva na Moita

Tem início no próximo sábado, prolongando-se até ao dia 19 de Novembro, a XVII Semana Cultural e Desportiva do concelho da Moita, na qual se inclui a exposição relativa à II Bienal de Fotografia.

Entre as actividades previstas no programa deste ano e que se distribuem pelas freguesias do concelho destaca-se o já referido certame de fotografia que contou com a presença de 44 participantes.

Do programa da Semana Cultural consta ainda o início do projecto "Biblioteca Viva 1995/96", bem como múltiplas actividades inseridas na recente vertente dos "desportos radicais". Programados estão igualmente debates, concertos, dança, exposições e cinema.

A organização desta iniciativa é da Câmara Municipal com os apoios das juntas de freguesias, Câmara Municipal de Lisboa, IBA e colectividades do concelho.

Basquetebol em cadeira de rodas

Integrada no "Mês do Deficiente em Almada" - uma iniciativa da Câmara Municipal - realizou-se no passado dia 4, no Pavilhão Municipal do Laranjeiro, a final da Supertaça de Basquetebol em Cadeira de Rodas entre as equipas da APD Lisboa e do Grupo Desportivo de Alcoitão.

Para o próximo dia 19, pelas 10 horas, está entretanto agendada uma prova de atletismo de seis mil metros, com partida e chegada junto às instalações do Clube Lisnave, em Cacilhas, para atletas deficientes de várias áreas de deficiência (visual, auditiva, paralisia cerebral, mental, paraplégicos e outros)

Habitação social mobiliza Junta Metropolitana de Lisboa

- Reclamado um novo relacionamento com o Poder Central

Os debates sobre habitação social no território da Área Metropolitana de Lisboa, ocorridos nos dois primeiros encontros promovidos pela Junta Metropolitana (Janeiro e Outubro do corrente ano), determinaram a necessidade de esta intervir junto do Poder Central no sentido de ser revisto o enquadramento jurídico e financeiro da habitação social, designadamente do Programa Especial de Realojamento (PER) e de serem implementadas políticas e medidas sociais complementares que corrijam os desequilíbrios e as carências existentes.

Das conclusões dos referidos encontros, avulta, concretamente, a necessidade de vir a ser adoptado um novo relacionamento com o Poder Central que possibilite, entre outros aspectos, a alteração da Lei das Finanças Locais e da Lei dos Solos, bem como das condições do RECREIA e da simplificação dos procedimentos administrativos.

Como recorda uma nota da Junta Metropolitana distribuída aos órgãos de comunicação social, os encontros consideraram igualmente necessárias a convergência dos diversos agentes promotores, o apoio às famílias, a reabilitação dos núcleos degradados, a criação de novos programas que integrem os agregados não contemplados no PER e a criação de linhas de financiamento de apoio à reabilitação de parques de habitação municipal.

Aplicação do PER

Os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa assi-



Recuperar um património que é de todos

naram, entretanto, os protocolos de contratualização que têm como objectivo a construção de 33 mil fogos no âmbito do PER, dos quais estão já em construção ou em vias disso dois mil fogos.

No que se refere à aplicação deste programa importa contudo notar, como salienta a nota da Junta Metropolitana, que ele se tem revelado insuficiente, sendo consensual a

ideia de que se afigura imprescindível rever os acordos anteriores do PER com vista à promoção de habitação social por parte das autarquias. Em causa está, concretamente, a necessidade de esses acordos terem condições de financiamento semelhantes, admitindo-se ainda a possibilidade da anulação da parcela de autofinanciamento mínimo obrigatório de 20 por cento nos quadros

Reabilitação urbana

Atribuída nos dois encontros foi ainda uma especial relevância à criação de um programa de financiamento destinado à reabilitação urbana que seja aplicável ao parque habitacional municipal, tendo sido defendida, por outro lado, a revisão do programa RECREIA através da criação de uma linha de crédito a fundo perdido para a parte não comparticipada e a sua

de financiamento aos municípios promotores.

A criação de linhas de financiamento para equipamento social complementar, recorde-se, foi outra recomendação saída dos encontros, que perspectivaram ao mesmo tempo a necessidade de que haja uma "especial ponderação no que toca à interferência do financiamento do PER na capacidade de endividamento das câmaras municipais".

extensão a todo o parque habitacional privado arrendado.

A instituição de um subsídio de renda a articular com a baixa capacidade económica das famílias e a reabilitação urbana, dando particular atenção aos parques habitacionais municipais, foi também defendida nos referidos encontros, a par de uma ponderação das políticas de imigração, emprego e residência.

Recuperação da lagoa de Melides

Dando cumprimento a um dos pontos do acordo de cooperação técnica e financeira recentemente assinado entre o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN), a Câmara Municipal de Grândola e a Junta de Freguesia de Melides, iniciou-se na passada semana a demolição das cerca de 200 construções clandestinas existentes junto à praia de Melides.

Garantidas que estão pelo Município alternativas para os dois únicos casos de primeira habitação ali existentes, o MARN compromete-se a manter - nos termos do acordo -, no quadro do plano de reordenamento da praia e da legislação em vigor, o mesmo número de restaurantes licenciados, concedendo direito de preferência na reconstrução aos actuais proprietários, em ordem a "manter a actividade económica das famílias e a perpetuar os valores tradicionais da gastronomia regional".

De acordo com uma nota de imprensa subscrita pelo Gabinete de Informação e Relações Públicas da Câmara de Grândola, será ainda considerada a criação de um espaço multituosos que integre, pelo menos, locais para a venda de artesanato.

Ainda no âmbito deste Plano de Recuperação e Revalorização da Lagoa de Melides, segundo o mesmo comunicado, cabe ao

MARN, através do Instituto da Água, avançar com "os termos de referência e o processo de concurso para a elaboração do diagnóstico e o estudo de intervenção das acções de reabilitação da lagoa, por forma a que, no prazo máximo de oito meses, a contar do início da demolição, se dê início à realização física do projecto, como meio de garantir a credibilidade, junto da população e demais agentes, das intenções protocolares assumidas pelas entidades subscritoras".



18 e 19 de Maio JCP marca Congresso e Campanha de Afirmação



O V Congresso da Juventude Comunista Portuguesa vai realizar-se nos dias 18 e 19 de Maio próximo, segundo decisão tomada pela Direcção Nacional da JCP em reunião realizada em Lisboa no passado fim-de-semana. Uma decisão que surge numa altura em que a estrutura comemora mais um aniversário e que motivará, até àquelas datas, a realização de uma Campanha de Afirmação da JCP, que inclui uma grande Campanha de Recrutamento e um conjunto significativo de acções em torno do 75º Aniversário do Partido Comunista Português.

A marcação deste Congresso resulta do quadro das orientações traçadas no anterior Congresso dos jovens comunistas, realizado em Abril de 1993, e, segundo se lê num comunicado divulgado após a reunião da Direcção Nacional, «da discussão e definição do plano de actividades da JCP para 1995/96 e da análise da presente situação social e política».

Os objectivos do V Congresso foram assim enumerados pela Direcção Nacional da JCP: em primeiro lugar, aprofundar a análise da situação da juventude e do movimento juvenil, dos seus problemas, anseios e acções, enquadrando-a na realidade nacional que nomeadamente no plano político sofreu consideráveis alterações, e numa realidade internacional que sofreu evoluções significativas». Em segundo lugar para «dar um contributo decisivo para o reforço da JCP, através da análise da experiência e resultados alcançados, mas principalmente, pela aceleração do actual aumento de actividade e influência da JCP, pela responsabilização de novos quadros, pelo enquadramento crescente de novos militantes». Um terceiro objectivo do Congresso é «definir as grandes linhas de intervenção da JCP para os próximos três anos» enquanto um quarto será o de «contribuir para a afirma-

ção do ideal comunista e do projecto do PCP no seio da juventude».

Começa trabalho preparatório

A Direcção Nacional da JCP mandou entretanto os seus organismos executivos para desenvolverem todo o trabalho preparatório necessário para a concretização das iniciativas e decidiu que na próxima reu-

nião, a realizar em 17 de Dezembro, serão adoptadas resoluções finais sobre a Campanha de Afirmação da JCP e o quadro preparatório do Congresso.

A Campanha de Afirmação da JCP e a Campanha de Recrutamento surgem, segundo se lê na nota citada, «no quadro da preparação do V Congresso da JCP», que a Direcção Nacional da estrutura de juventude comunista «entende como um processo dinâmico inseparável do reforço da actividade e luta dos jovens comunistas».

Plano de actividades

Nesta reunião foram ainda traçadas algumas linhas de orientação para o plano de actividades da JCP, «num período desde já marcado pelas Eleições Presidenciais, mas fundamentalmente, pelo avançar decidido da JCP para o seu V Congresso e para uma grande



O IV Congresso da JCP

Campanha de Afirmação», lê-se numa resolução sobre esse tema saído da reunião da Direcção Nacional da JCP.

Sobre o V Congresso e o seu quadro preparatório que marcará a próxima actividade da estrutura, a resolução diz que eles «influenciam duplamente a concretização das linhas de intervenção decididas. Por um lado, pela atenção e energias que exige para a sua preparação e realização, com sucesso, aos diferentes níveis, mas por

outro, porque a concretização das grandes linhas de intervenção da JCP não se podem dissociar da preparação e realização do Congresso».

«A realização, com sucesso, do V Congresso exige e permite em grande medida o concretizar das grandes linhas de intervenção. A reflexão em torno da JCP e o desenvolvimento das suas linhas de trabalho e organização, a realização do maior número possível de reuniões de discussão dos

documentos, a realização de um grande número de iniciativas descentralizadas de afirmação do Congresso e da JCP, a renovação e reforço dos organismos de direcção, serão fundamentais, não apenas para o sucesso do Congresso, mas igualmente para o reforço e dinamização da JCP, para a afirmação das propostas e posições da JCP e para a afirmação ideológica dos comunistas no seio, da juventude», lê-se na referida Resolução.

Trabalhar mais no Secundário

Quatro grandes linhas estratégicas de acção foram propostas pela Direcção Nacional da JCP para a actividade do próximo ano: «a intervenção dos jovens comunistas no sentido do reforço do Movimento Juvenil e da sua capacidade de intervenção», a «dinamização da actividade da JCP e o seu reforço, potencializando, nomeadamente, as novas energias de todos os que recentemente se inscreveram na JCP», a «defesa de uma nova política, que dê resposta à grave situação social, aos anseios e aspirações» dos jovens e a «afirmação política

e ideológica» dos comunistas nas grandes áreas de intervenção que a JCP pretende ver intensificadas.

Na Resolução aprovada na reunião desta estrutura, realizada sábado e domingo passados, dá-se particular significado «ao reforço da intervenção dos jovens comunistas nas escolas secundárias e, conseqüentemente, ao reforço da Organização do Ensino Secundário da JCP».

Estimular a participação de jovens comunistas na vida da escola, no Secundário, no Superior e dos trabalhadores-estudantes, particularmente

junto do Movimento Associativo, é uma das linhas a seguir.

Os jovens comunistas pretendem também contribuir «decididamente» para o sucesso do VI Encontro Nacional de Juventude, «enquanto espaço privilegiado de encontro e reflexão do Movimento Juvenil».

Por outro lado, pretende-se assinalar o 7 de Dezembro, data do 20º Aniversário da Invasão de Timor-Leste pela Indonésia e ajudar para o êxito da Conferência Sindical da CGTP sobre Juventude Trabalhadora e para o reforço da Interjovem.

No Ensino Superior pretende-se dar particular atenção à afirmação da JCP junto dos estudantes, promover uma linha específica de propaganda e iniciativas de afirmação e trabalhar para a realização com êxito do Encontro Nacional de

Estudantes do Ensino Superior da JCP, marcado para 16 de Dezembro.

No plano local, a resolução da Direcção Nacional propõe que se dê grande atenção à criação e reforço de colectivos locais com a dinamização de uma linha de iniciativas que juntem os jovens que aderiram à JCP e aqueles que participaram na Campanha Eleitoral e que contribua para o enquadramento e responsabilização de novos militantes. Neste quadro, merece particular importância imediata a dinamização de iniciativas-convívio e festa que tenham em vista a comemoração do 16º Aniversário da JCP.

Serão realizados Encontros Distritais da JCP nos principais Distritos, estando já marcados nos distritos de Beja, Évora, Santarém, Lisboa, Coimbra, Aveiro e Setúbal.

A Resolução sublinha que os Encontros «deverão propiciar um espaço privilegiado para o reforço da intervenção dos jovens comunistas nas escolas do Ensino Secundário e da Organização do Ensino Secundário».

A intervenção juvenil no quadro do Grupo Parlamentar do PCP na AR passará, no imediato, pela apresentação de iniciativas parlamentares matérias como a revogação da lei das propinas, eliminação do numerus clausus, alargamento da rede de tratamento e reinserção de toxicodependentes e apoios ao associativismo. Na discussão do Programa do Governo e do Orçamento de Estado será dada atenção particular às questões relativas ao emprego e à política de juventude avançando propostas concretas para a satisfação de reivindicações dos jovens.

Em busca de novos 1500 militantes

Integrada no quadro de preparação do V Congresso da JCP e no âmbito do 75º Aniversário do PCP, mas fundamentalmente, «assente no reconhecimento das amplas possibilidades que se abrem hoje ao crescimento da influência dos comunistas, do seu ideal, do seu projecto no seio da juventude», a JCP decidiu promover uma Campanha de Afirmação que, a ser bem sucedida, «será igualmente factor fundamental da concretização das grandes linhas de intervenção da JCP, nomeadamente no plano do reforço e dinamização da JCP e da afirmação ideológica», lê-se no texto da Resolução sobre o Plano de Actividades para o próximo ano, aprovado na reunião do fim-de-semana passado da Direcção Nacional dos jovens comunistas.

Esta iniciativa terá várias vertentes, uma delas será a de uma Campanha de Recrutamento, a decorrer até ao Congresso, com o objectivo de alcançar 1500 novos militantes, a que está asso-

ciada uma atenção especial a dedicar à passagem e entrega dos novos cartões de militante para o ano de 1996, com a marcação de iniciativas para o efeito.

Outra vertente da Campanha de Afirmação será a dinamização, a partir das eleições presidenciais, de uma linha de iniciativas de afirmação da JCP, que inclua a edição de materiais de propaganda, a realização de murais e outras iniciativas.

Finalmente, pretende-se realizar, assinalando o 75º Aniversário do PCP, um vasto conjunto de acções de debate e informação (documentos, exposições ou outras), em torno do tema do ideal comunista, da história e presente do Partido e do papel ímpar que desempenharam os comunistas em Portugal «na luta por uma democracia política, económica, social e cultural, e na luta por profundas alterações para a concretização de uma sociedade livre da exploração e da opressão», lê-se.

Empenho nas presidenciais

A JCP participará empenhadamente no apoio à candidatura de Jerónimo de Sousa às eleições presidenciais de 14 de Janeiro, «contribuindo para a derrota do candidato da direita, Cavaco Silva, e dos seus planos de recuperação do poder político», para que o Presidente da República «desempenhe um papel na defesa do regime democrático, consagrado na Constituição» e para promover «a afirmação da necessidade do papel do PCP para uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural».

Esta outra das decisões tomadas na última reunião da Direcção Nacional da JCP e que está in-

cluída no texto da Resolução sobre o Plano de Actividades da estrutura. Nesse documento, lê-se que «a dinamização de iniciativas da JCP durante a Campanha Eleitoral, de que há que destacar as possibilidades que oferece para tal a Passagem de Ano, de debates em torno de questões centrais para a juventude e a mobilização empenhada para as iniciativas partidárias em torno da candidatura, sendo uma ajuda importante à concretização dos objectivos propostos pelo Partido, contribuirão igualmente para a continuação do reforço da actividade e organização da JCP e a afirmação das propostas para uma verdadeira mudança de política».

Para uma nova política ambiental "Os Verdes" apresentam dez medidas

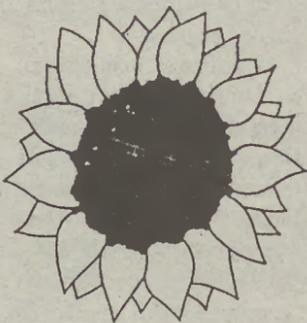
A elaboração do Livro Branco sobre o estado do ambiente em Portugal e a criação de condições para aplicação da estratégia nacional de conservação da natureza, constituem duas das dez "Notas Verdes" - assim lhes chamam - recenseadas pelo Partido Ecologista "Os Verdes" como medidas prioritárias para a política de ambiente que deveria ser adoptada pelo novo Governo.

Confiantes de que "uma mudança de caras" possa responder a uma "vontade de mudança efectiva de política", "Os Verdes" consideram que estas medidas por si agora preconizadas são a trave mestra de "uma política para o ambiente capaz de potenciar um processo de desenvolvimento sustentável".

Em recente conferência de imprensa, onde apresentaram publicamente as suas propostas, "Os Verdes" afirmaram que no conjunto das políticas sectoriais o ambiente deve ser entendido "como uma componente estruturante da decisão e da acção governativa", não podendo nessa medida "ficar sujeito à falácia de compromissos sempre adiados, promessas vagas e, ou iniciativas avulsas, de que resul-

taram no passado um enorme desperdício de meios e frustrações sucessivas".

Ao anunciarem este conjunto de medidas, que resultam do que consideram ser uma "reflexão partilhada" e uma "experiência vivida", "Os Verdes" advogam a



necessidade de "debate e participação alargada dos interessados" de modo a estabelecer

"regras claras para todos, incluindo a exigência de uma acção governativa transparente e consequente".

Entre as "dez notas" por si defendidas contam-se ainda a elaboração da lei de bases para o ordenamento do território, bem como a lei de bases para a gestão e planeamento dos recursos hídricos.

A elaboração do Plano Nacional para a política de ambiente e o ordenamento do território constitui outra das medidas preconizadas pelos "Verdes", que querem ver também executado o plano nacional para a gestão e tratamento de resíduos.

Uma lei de bases para a gestão e planeamento dos recursos florestais é outra das prioridades que gostariam de ver aplicada, assim como uma lei própria relativa ao acesso dos cidadãos aos dados da administração em matéria de ambiente.

Por último, "Os Verdes" defendem um novo enquadramento legal que dê credibilidade à avaliação de impactes ambientais e reclamam a elaboração de um plano nacional para a educação ambiental.

Em Almada, a 25 e 26 de Novembro 6.º Congresso Nacional dos Deficientes

Sob o lema "Em Unidade, pela Integração da Pessoa com Deficiência", decorre nos próximos dias 25 e 26 de Novembro, em Almada, o 6.º Congresso Nacional dos Deficientes, organizado pela União Coordenadora Nacional dos Deficientes (UCNOD).

Em debate, no Complexo Municipal de Desportos "Ci-

dade de Almada" estarão as questões sociais e económicas dos deficientes, o seu movimento associativo, bem como a relação das suas estruturas associativas com o movimento internacional dos deficientes.

No Congresso - para cuja sessão de abertura foi convida-

do o Presidente da República, além de outras personalidades ligadas às questões sociais do País -, participarão 500 delegados, em representação de associações de deficientes, estando ainda presentes várias delegações em representação de organizações congéneres de países europeus.

Solidariedade com Luís Miguel

Inaugurada no passado dia 2, está patente ao público até ao próximo dia 26 do corrente, em Loures, uma exposição-venda a favor de Luís Miguel, o jovem baleado nos acontecimentos na Ponte 25 de Abril em Junho de 1994.

Da iniciativa da Câmara Municipal, com a colaboração da "Quadrante" (Cooperativa dos Artistas Plásticos do Concelho de Loures), a exposição

pode ser visitada na Loja Municipal, situada na Rua da República.

Entre os artistas que se solidarizaram com esta iniciativa contam-se Almeida Ferreira, Ana, Augusto Portel, Custódia Bota, Elsa de Sousa, Fátima Pintão, Iside Carvalho, Isidoro Augusto, Luís Rodrigues, Polaca e Maria Simões.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Para possibilitar referendo sobre Tratado da União Europeia

PCP propõe Revisão Extraordinária da Constituição

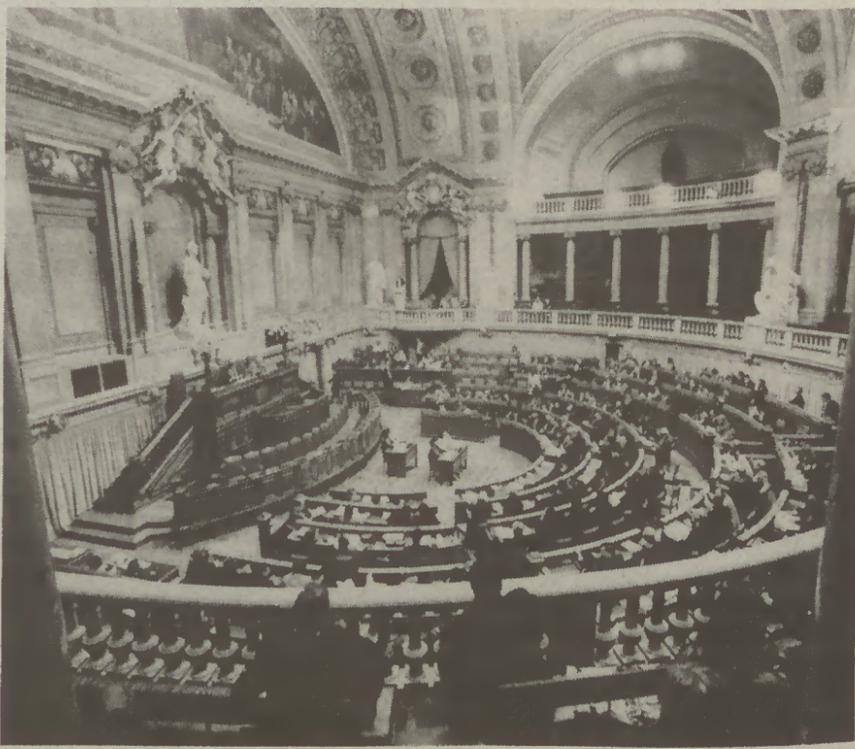
O Grupo Parlamentar do PCP formalizou, na passada semana, no decorrer da conferência de líderes parlamentares, o pedido de agendamento de um projecto de resolução da sua autoria que prevê a abertura urgente de um processo de Revisão Extraordinária da Constituição de forma a tornar possível o referendo acerca da revisão do Tratado da União Europeia.

Esta alteração do regime constitucional do referendo agora preconizada, através de um processo extraordinário de Revisão da Lei Fundamental, não prejudicará, no entender do PCP, a sua revisão ordinária, mais vasta.

Para este mesmo aspecto chamou a atenção o deputado comunista João Amaral na conferência de imprensa que serviu

para anunciar as prioridades legislativas do Grupo Parlamentar do PCP, a que fizemos refererência na última edição do "Avante!", pondo na altura simultaneamente em relevo a necessidade de o Estado português "estar dotado dos meios jurídicos necessários para, em qualquer momento, poder tomar uma decisão sobre a realização do referendo".

Nesse sentido, como observou também na ocasião o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, a consagração da figura do referendo sobre tratados internacionais deve ter "prioridade absoluta", não devendo, por isso, ficar para a Revisão Ordinária, a qual abrangerá muitas matérias e, por essa razão, "prolongar-se-á forçosamente no tempo".



Loures quer salvaguardar interesses vitais Solicitadas reuniões de emergência ao Governo

O presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, solicitou na passada semana reuniões de trabalho urgentes com os ministros do Ambiente, Administração Interna, Equipamento Social, Educação, Saúde, Justiça e Ciência, para análise de assuntos considerados "vitais e inadiáveis" para o concelho.

Os pedidos de audiência foram entregues em mão nos respectivos ministérios pelos serviços da autarquia e a urgência das reuniões tem a ver com a necessidade, segundo uma nota à comunicação social, de conhecer as "posições do novo Governo em relação a matérias inadiáveis", algumas das quais, no entender da autarquia, devem "merecer tratamento em próximas reuniões do Conselho de Ministros e ser contempladas no Orçamento do Estado e no PID-DACF de 1996".

"Com uma grande expectativa de cooperação e diálogo - lê-se no comunicado do gabinete de comunicação social Municipal - o presidente da Câmara de Loures pretende obter resposta do Governo sobre matéria ambiental relevante, como são os casos das ETAR's de Frielas e

São João da Talha, recentemente adjudicadas, e da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos também prevista para S. João da Talha (ETRSU)".

A implementação da Linha de Eléctrico Rápido Campo Grande/Odivelas - um anteprojecto elaborado pela CARRIS a que já foi dada a anuência do município de forma expressa, em moldes a definir - encabeça as prioridades de Loures no domínio do equipamento social.

Ainda neste capítulo, Demétrio Alves quer saber a posição do Governo quanto à concretização dos compromissos anteriormente assumidos pelo Ministério das Obras Públicas e pelas administrações da JAE, CP e Valorsul, na realização da Variante à E.N. 10, redimensionamento da Estação de Mercadorias da CP/Plataforma Logística da Bobadela e a área envolvente ao local previsto para a construção da ETRSU, destinada a área verde equipada.

Não menos importante para os interesses do concelho de Loures é, por outro lado, a necessidade de efectivar os compromissos estabelecidos no âmbito da realização da Expo 98, em termos da rede viária, equi-

pamentos desportivos, culturais e escolares, bem como o denominado Parque Verde Urbano Tejo/Trancão.

Na missiva dirigida ao ministro Alberto Costa, o presidente da Câmara de Loures alerta para a situação de insegurança vivida no concelho, pondo ainda em relevo a necessidade urgente de reactivar as esquadras de Moscavide e Pontinha. O reforço e implantação de forças de segurança pública em diversos pontos do concelho, neste momento sem cobertura policial, materializando o Plano de Reestruturação das Forças de Segurança Pública no Concelho de Loures, constitui outra das medidas reclamada pela autarquia.

Na base dos pedidos de reunião de trabalho com os restantes ministérios estão igualmente razões de peso, na perspectiva do Município, como sejam a definição da política para o pré-escolar (Educação); a carência de equipamentos e infra-estruturas médico-hospitalares e a instalação do Hospital (Saúde); a construção do Palácio da Justiça (Justiça); o desenvolvimento e materialização do pólo tecnológico associado ao INETI, na Bobadela (Ciência).

UE-Marrocos

Acordo pesqueiro depende de concessões agrícolas

A renovação do acordo pesqueiro UE-Marrocos depende de concessões agrícolas da União Europeia aos parceiros comerciais marroquinos, reconheceu a semana passada a comissária europeia encarregada da política de pescas, Emma Bonino, numa declaração divulgada em Bruxelas.

"Um acordo no *dossier* agrícola é necessário à conclusão das negociações das pescas visto que os dois *dossiers* constituem o fermento das futuras relações entre a União e Marrocos", declarou a comissária, empenhada em persuadir os Estados-membros que se opõem a concessões às exportações agrícolas marroquinas.

A Alemanha e a Holanda estão contra os aumentos dos contingentes de flores, enquanto a Bélgica se opõe ao aumento das exportações de tomate, provenientes de Marrocos para comercialização no mercado comunitário, contemplados no projecto de acordo de associação com arranque previsto para 1 de Janeiro próximo.

A comissária Bonino afirma-se no entanto confiante na possibilidade de europeus e marroquinos "concluírem proximoamente" as negociações sobre o acordo de associação (cooperação política, económica e comercial) do qual depende o acordo de pesca que está praticamente pronto. Falta apenas acordar, segundo a comissária, alguns pontos menores relativos às condições de execução do acordo, tais como a duração do repouso biológico.

Emma Bonino prevê que as divergências verificadas no conselho de ministros dos negócios estrangeiros (MNE) dos quinze da semana passada serão resolvidas dentro em breve, viabilizando a retoma da faina da frota comunitária (composta por barcos portugueses e espanhóis) ao largo de Marrocos, tendo mesmo afirmado que o regresso das frotas portuguesa e espanhola a águas marroquinas no final de Novembro é "um objectivo realista".

Recorda-se que o presidente em exercício e ministro da Agri-

cultura e Pescas da Espanha, Luís Atienza, afirmou a inexistência de "vasos comunicantes" entre os dois processos negociais em curso entre UE e Marrocos, referindo-se às negociações sobre a renovação do acordo de pesca e sobre a celebração de



um acordo de associação (cooperação económica aprofundada) prevendo a criação de uma zona de comércio livre até 2010.

Questionado sobre um plano prevendo consideráveis concessões agrícolas da UE a Marrocos, Luís Atienza reconheceu que ambas as negociações se impulsionam mutuamente.

Na expectativa da conclusão das negociações pesqueiras euro-marroquinas, os ministros aprovaram ajudas de espera destinadas aos pescadores portu-

gueses e espanhóis afectados pela suspensão da faina ao largo de Marrocos desde Maio.

As ajudas, no valor de 24 milhões de Ecu (cerca de 4,6 milhões de contos), visam reembolsar as ajudas entretanto facultadas pelos governos portugueses e espanhol.

Espanha e Portugal recebem, respectivamente, 975 mil contos e 3,7 milhões de contos.

Os MNE da União voltam a reunir-se a 10 de Novembro, na capital belga, para concluir o *dossier* do futuro relacionamento UE-Marrocos nas suas várias vertentes.

Desagrado no PE

Os termos do acordo de pescas com Marrocos estiveram em

debate no PE, que sobre a matéria aprovou uma resolução comum, de que damos conta em separado, exprimindo o seu desagrado pela ausência e recusa de informações concretas sobre os termos em que decorrem as negociações.

Ao intervir no debate, também o eurodeputado comunista Honório Novo exigiu uma informação clara e a consulta ao PE "não só sobre os termos do acordo de pescas, como também uma informação e uma discus-

são ampla sobre os termos do acordo global de associação comercial" a estabelecer entre a UE e Marrocos.

Para o eurodeputado, é fundamental que o Parlamento seja informado "designadamente no que respeita às exigências de descargas em Marrocos, às exigências de contratações obrigatórias de pescadores marroquinos", bem como quanto "aos ritmos e valores de redução dos esforços de pesca" nas águas daquele país.

Sublinhando que os comunistas consideram fundamental que um novo acordo de pescas seja estabelecido "por forma a garantir os interesses múltiplos de todas as partes", Honório Novo não deixou de exigir "a correcta ponderação de eventuais contrapartidas a conceder a Marrocos", impedindo que no acordo global "sejam indiscriminadamente liberalizadas as importações de produtos hortofrutícolas, que poderão agravar a já depauperada situação dos agricultores nos países ibéricos, designadamente em Portugal". Idêntica preocupação subsiste em relação à eventual liberalização indiscriminada das importações de conservas de peixe que, a ser aprovada, poderá pôr em risco o sector conserveiro português, "ameaçando o emprego, directo e indirecto, de mais alguns milhares de trabalhadores" - fez ainda notar o deputado comunista.

Sobre as concessões em relação ao sector das conservas foi proposta e aceite (como o "Avante!" noticiou a semana passada) uma emenda à Proposta de Resolução Comum, em que designadamente se afirma ser "necessário ter em conta a preferência comunitária e o facto de estes sectores serem complementares da indústria das pescas e criadores de postos de trabalho, principalmente em regiões pouco desenvolvidas e dependentes do sector pesqueiro".

PE aprova Resolução

Na sua sessão plenária de Outubro, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta de resolução comum sobre o acordo de pescas com Marrocos. Nos considerandos, refere-se a vontade da União Europeia (UE) de concluir o mais rapidamente possível um acordo "justo e equilibrado", salientam-se as "graves repercussões sócioeconómicas" dos "quase seis meses de inactividade da frota comunitária", e constata-se que o PE "foi mantido à margem destas negociações", apesar da sua importância política, orçamental, económica e social.

Tendo em conta estes considerandos, bem como o facto de o acordo global de associação agora relançado vir a ter incidência em matéria agrícola com uma vigência superior à do acordo de pesca, o PE:

1. Constata os progressos realizados durante esta última ronda de negociações;
2. Entende que a Comissão, no seu conjunto, dispunha de meios de pressão que não foram plenamente utilizados;
3. Chama a atenção para as importantes reduções das possibilidades de pesca comunitárias acordadas em praticamente todas as modalidades e, em especial, para o impacto socioeconómico que as reduções irão ter nas zonas afectadas, todas elas inseridas em regiões pertencentes ao objectivo 1 dos Fundos Estruturais;
4. Manifesta a sua preocupação face ao endurecimento das condições obrigatórias para o embarque de marinheiros marroquinos, o que, para além de fazer aumentar a taxa de desemprego nas regiões afectadas, pode levantar graves dificuldades a algumas modalidades de pesca;
5. Pergunta à Comissão se, no âmbito do acordo, as implicações sociais relativas à utilização de mão-de-obra marroquina e ao respeito das condições sanitárias de transformação dos produtos destinados às estruturas de transformação e de comercialização fora da Comunidade foram devidamente avaliadas e tomadas em consideração;
6. Manifesta surpresa com o aumento da compensação financeira a cargo do orçamento comunitário, não obstante as reduções das possibilidades de pesca;
7. Congratula-se com a fixação de um período de vigência de quatro anos, na medida em que tal permitirá o escalonamento gradual das reduções do esforço de pesca;
8. Solicita que a Comissão e os Estados-membros atingidos enfrentem os excedentes de mão-de-obra e de frota gerados pelas condições restritivas do novo acordo, mediante uma reprogramação eficaz dos fundos estruturais comunitários e nacionais;
9. Considera que os períodos de repouso biológico devem ser estabelecidos com total reciprocidade, evitando as discriminações do anterior acordo;
10. Exige, nomeadamente, ser informado das concessões paralelas feitas a Marrocos nos outros sectores abrangidos pelo acordo global de associação e manifesta a sua preocupação pelo futuro do sector hortofrutícola comunitário, atendendo às contrapartidas oferecidas a Marrocos no âmbito da negociação paralela do acordo de associação, contrapartidas estas que deixam sem aplicação o princípio da preferência comunitária neste sector; assim como as concessões ao nível do sector das conservas, devido à importância desta indústria para os países ibéricos, com realce para Portugal, sendo também aqui necessário ter em conta a preferência comunitária e o facto de estes sectores serem complementares da indústria das pescas e criadores de postos de trabalho, principalmente em regiões pouco desenvolvidas e dependentes do sector pesqueiro (emenda proposta pelos deputados comunistas);
11. Considera que, se no âmbito do acordo de pesca forem efectuadas concessões comerciais que serão incluídas no acordo de associação, o acordo de pesca não poderá ter uma vigência inferior à do acordo de associação;
12. Recorda ao Conselho que, nos termos do nº 3, segundo parágrafo, do artigo 228º do Tratado CE, os acordos internacionais com consequência orçamentais significativas para a Comunidade exigem a consulta do Parlamento Europeu, de acordo com o procedimento de parecer favorável;
13. Considera também imprescindível que o Parlamento Europeu seja consultado sobre a aplicação provisória do referido acordo;
14. Lamenta, uma vez mais, que o Parlamento Europeu tenha sido totalmente excluído do processo de negociação, sobretudo quando a Comissão não forneceu uma informação fluida e imediata sobre o desenvolvimento das negociações e dos acordos aprovados;
15. Regista com apreço a pontidão com que a Comissão apresentou, a pedido do Parlamento, a proposta de uma medida específica para a concessão de uma indemnização destinada aos pescadores que tiveram de suspender as suas actividades nas águas marroquinas;
16. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Governos dos Estados-membros afectados e ao Governo do Reino de Marrocos.

Acordo com Canadá

Proposta comunista garante contrapartidas para Portugal

A Comissão das Relações Económicas Externas (REX) do Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 31 de Outubro, em Bruxelas, um relatório de parecer, apresentado pelo eurodeputado do PCP, Honório Novo, sobre uma proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo de Pescas entre a Comunidade Europeia e o Governo do Canadá, da maior importância para Portugal.

No essencial, o parecer con-

sidera fundamental que sejam encontradas contrapartidas noutras zonas para as frotas dos países que efectuaram reduções do seu esforço de pesca e que, além disso, possam ser afectados por reduções decorrentes do presente acordo. Esses países deverão ter "acesso a quotas atribuídas à UE e não plenamente utilizadas, bem como a prioridade na obtenção e/ou alargamento de quotas noutras zonas de pesca".

No documento, afirma-se

ainda a vontade de que os recursos pesqueiros sejam geridos de forma racional e reafirma-se a importância da NAFO, além de que se apela a que seja encontrada uma solução durável e justa para que não se renove a situação verificada este ano que, além de conflituosa, foi prejudicial para todas as partes. A Comissão deseja também que tal situação "tenha em conta os esforços desenvolvidos por todas as partes para reduzir o seu esforço de

pescas e não volte a penalizar os países da UE que já efectuaram reduções significativas do respectivo esforço de pesca", como é o caso de Portugal e Espanha.

Este relatório reveste-se de especial importância na medida em que o seu texto, a ser aprovado em sessão pelo PE - o que deverá acontecer brevemente -, reafirmará princípios políticos a que a Comissão Europeia e o Conselho terão que atender em futuras negociações.

Epidemia

A leptospira é a bactéria causadora da epidemia de "febre hemorrágica" que surgiu na Nicarágua e se espalhou pela América Central, anunciou em Washington a Organização Panamericana de Saúde (OPS).

A epidemia de "febre hemorrágica", cuja origem era até agora desconhecida, causou a morte a pelo menos 16 pessoas na Nicarágua e três outras nas Honduras desde 14 de Outubro passado, continuando a espalhar-se.

Na Nicarágua, o número de pessoas atingidas pela doença ultrapassa as 1.900, segundo os números oficiais divulgados domingo passado.

Mais de 300 pessoas encontram-se hospitalizadas na região oeste do país, nomeadamente no departamento de Leon. Com origem em Achuapa, 200 quilómetros a noroeste de Manágua, a epidemia espalhou-se por todo a parte ocidental da Nicarágua, atingindo depois o norte das Honduras.

Espanha

A pior seca do século em Espanha, que até agora afectava sobretudo o sul do país, estende-se actualmente a algumas regiões do norte, onde quatro cidades estão submetidas desde este fim-de-semana a um racionamento de água. Na Andaluzia restam apenas cinco meses de reservas, revelaram as autoridades locais. A partir de meados de Novembro, o racionamento de água será reforçado. A água é cortada várias vezes por dia na maior parte das cidades andaluzas, o que afecta pelo menos quatro milhões de pessoas. Os agricultores são os primeiros a sofrer os efeitos da seca e as suas principais vítimas. Nos campos, a situação só voltará à normalidade quatro a cinco anos depois da regresso das chuvas. Em Madrid, a situação começa também a tornar-se preocupante pois as reservas estão a 37 por cento da sua capacidade e já se estuda a aplicação de restrições.

Brasil

A corrupção que afecta cerca de 80 por cento dos agentes policiais do Rio de Janeiro é um dos maiores problemas da polícia na luta contra o crime organizado, afirma o próprio comando policial.

Ao lado de uma minoria honesta, a "mão podre" do corpo de agentes ganha cerca de um milhão de dólares por mês, através de negócios ilícitos com as diferentes quadrilhas marginais, disse um oficial da polícia ao "Jornal do Brasil". Segundo este oficial, somente 2.400 dos 12 mil policiais cariocas são fiáveis e honestos. Recentemente foi colocada à disposição da

África do Sul Vitória eleitoral do ANC

O Congresso Nacional Africano (ANC) obteve uma significativa vitória nas eleições autárquicas realizadas no passado dia 2 na África do Sul. As primeiras desde o fim do apartheid e que correspondem à substituição do que restava ainda da administração segregacionista.

Segundo dados divulgados pela rádio sul-africana, 65,7 por cento do eleitorado de 228 das 696 circunscrições votou no ANC.

O ANC ganhou em todas as grandes cidades e mesmo em Ventersdorp, anterior bastião da extrema-direita nazi de Terre-Blanche.

O segundo partido mais votado é o conservador Partido Nacional, de Frederik de Klerk, com 24,7 por cento dos votos. A abstenção é entretanto particularmente elevada, rondando os 60%.

Estas eleições decorrem num momento sensível da vida política do país, com o julgamento de altos responsáveis do regime de apartheid, acusados de envolvimento na escalada de violência que marcou de forma brutal a vida dos sul-africanos.

São réus deste processo, o antigo ministro da Defesa, general Magnus Malan, o antigo chefe dos serviços militares de informação, Tienie Groenwald, e vários oficiais do exército sul-africano.

São acusados directamente do massacre de KwaMakutha, cidade negra na província do Natal, em que em 21 de Janeiro de 1987 foram assassinados cinco mulheres, sete crianças e um padre.

Este massacre terá sido uma das primeiras acções do "grupo de Caprivi" - elementos do partido conservador negro Inkatha,

que se "especializaram" em acções terroristas contra o ANC, e que terão sido treinados num campo especial de treino militar em Caprivi, na Namíbia.

Este campo foi instalado por um Comité especial criado pelo governo de Pretória, para ajudar o Inkatha, de Buthelezi, a massacrar os militantes do ANC. Uma aposta na matança no seio das comunidades negras e numa violência política que, antes do processo político que levou à espectacular vitória do ANC em Abril de 1994, fazia por ano 3.000 a 4.000 mortos.

Por isso mesmo, um dos mais significativos êxitos do actual governo é ter evitado uma guerra civil, enquanto a violência foi sensivelmente reduzida. O que não significa que as tensões não persistam.

De facto prosseguem as provocações do Inkatha na região do KwaZulu-Natal, a delinquência mafiosa é uma realidade, e os esforços no sentido de integração das populações negras em toda a vida do país esbarram com não poucas dificuldades.

Sempre que se trata de privilegiar as camadas mais desfavorecidas depara-se com sérias resistências por parte de sectores da comunidade branca e do Partido Nacional.

Nas universidades, os jovens brancos continuam a ter dificuldades em aceitar que o ensino



Crianças de Joanesburgo. Finalmente uma perspectiva de futuro

superior esteja hoje aberto também aos estudantes negros.

Numa perspectiva de firme defesa da democracia e dos direitos humanos e de debelar tensões, o ANC apostou em instituições como o Tribunal Constitucional, a Comissão dos direitos humanos e a Comissão "Verdade e reconciliação".

É, entretanto, no plano socio-económico, que se joga o fundamental das perspectivas da África do Sul.

Quando das eleições de 1994, o ANC apresentou um Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD), baseado nas preocupações, necessidades, carências profundas das populações negras.

Um programa abertamente oposto ao neoliberalismo e que, nas palavras de Jeremy Cronin,

dirigente do Partido Comunista da África do Sul, estabelece "uma ligação directa entre o crescimento económico e o desenvolvimento, considerado como meio para satisfazer as necessidades sociais, a começar pelo emprego, a habitação, água corrente, electricidade, saúde".

Na prática política a concretização deste programa tem esbarado com inúmeras dificuldades, que de imediato se reflectiram no primeiro orçamento de Estado pós-apartheid.

Assim, o governo renunciou a uma taxa especial sobre os lucros, que deveria financiar o programa de reconstrução e desenvolvimento. Para compensar esta falha, foram agravados os impostos indirectos sobre o tabaco, gasolina e álcool.

Para corresponder minima-

mente às imensas necessidades, em todas as áreas, das populações negras, a parte de despesas sociais no orçamento aumentou em 5%.

Assim, foi possível garantir os cuidados de saúde gratuitos para as mulheres grávidas e crianças até aos sete anos. Medidas para cujo financiamento se recorreu a um aumento de impostos sobre os rendimentos mais elevados.

Alguns progressos foram igualmente registados na distribuição de água e electrificação de algumas regiões.

Mas os problemas irresolvidos não faltam, nomeadamente na área da habitação e do emprego.

Os resultados destas eleições traduzem, na prática, o capital de confiança de que o ANC continua a dispor entre os povos da África do Sul.

Angola

Independência comemorada em Portugal

O 20º aniversário da independência de Angola tem vindo estes dias a ser comemorado em Portugal, num conjunto de iniciativas que inclui um ciclo de colóquios intitulado "Angola, 20 anos de Independência, Paz, Reconciliação, Reconstrução", organizado pela Embaixada de Angola e pela Câmara Municipa-

pal de Lisboa e que termina sábado.

A Independência de Angola foi proclamada a 11 de Novembro de 1975 pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

As comemorações do 20º aniversário da independência de Angola em Portugal tiveram iní-

cio dia 6 de manhã em Braga, com uma sessão de abertura que foi presidida pelo chefe da representação diplomática de Angola em Portugal.

"Não tenhamos ilusões. Só com a paz poderemos materializar a nossa felicidade e atingir os objectivos sociais e económicos que o processo de indepen-

dência nacional nos proporciona", afirmou o embaixador de Angola.

Nestas comemorações, que pela primeira vez excedem significativamente a iniciativa da Embaixada de Angola em Lisboa, participam 13 organizações sociais representativas de toda a comunidade angolana em Portugal, com relevo para a Associação de Estudantes Angolanos (AEAP).

Representantes de antigas associações de participação

angolana em Portugal, como a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e o Clube Marítimo Africano de Lisboa (CMAL), artistas, intelectuais e académicos angolanos e portugueses participam nestas celebrações.

As comemorações do 20º aniversário da independência de Angola em Portugal, a decorrer em várias cidades portuguesas, constam de palestras culturais, exposições artísticas e de diversas actividades desportivas.

Eleições na Polónia

Desempate na segunda volta

A primeira volta das eleições presidenciais, na Polónia, deu uma maioria de votos ao candidato da esquerda democrática, Aleksander Kwasniewski, com 35,1 por cento, logo seguido do actual presidente, Walesa, com 33,1 por cento.

Participaram 28 milhões de polacos, correspondendo a uma afluência às urnas da ordem dos 64,8 por cento, o que torna estas eleições nas mais concorridas desde o início do processo em curso, em 1989.

A segunda volta deverá realizar-se a 19, assistindo-se, desde já, ao concentrar de apoios em cada um dos candidatos.

Significativos são os apoios - e as razões invocadas para esses apoios - ao actual presidente Walesa.

Em comunicado divulgado à imprensa por ex-ministros dos Negócios Estrangeiros, sublinha-se,

em particular, a importância de um presidente com posições "a favor de uma rápida integração do país na NATO e na União Europeia".

A dirigente actual do Solidariedade, Marian Krzaklewski, destaca o fundamento na "tradição cristã" da candidatura de Walesa. A Igreja entrou em força na campanha, a favor de Walesa, realçando o seu carácter claramente conservador.

Contra Kwasniewski, agitou-se o velho espantoso do comunismo e recorreu-se mesmo aos slogans anti-semitas.

As pretensões de Walesa são muito claras. O fundador do Solidariedade defende inequivocamente um regime presidencialista, em que ele, naturalmente, continue a ser o presidente. A sua ambição é um poder absoluto, em que nada, nas orientações da política do país, lhe escape das mãos.

Encontro PCP / PAICV

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, recebeu no passado dia 7, na Socio Pereira Gomes, o secretário-geral do PAICV, Aristides Lima.

Durante o encontro, que se realizou no quadro das tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PAICV, foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e manifestado o desejo de reforçar as relações de amizade e cooperação entre os dois partidos.

No encontro participaram também Sidónio Monteiro, membro do Conselho Nacional do PAICV, e Manuela Bernardino, membro do CC e da Secção Internacional do PCP.

Israel

Depois do assassinato de Rabin, as contradições e as incógnitas

O assassinato de Yitzhak Rabin, também pelas circunstâncias em que ocorreu, assume um carácter quase simbólico. Porque se dá no decurso de uma manifestação de paz, e assim reflecte as contradições que atravessam a sociedade israelita e a contestação da extrema-direita, mesmo a um processo político para uma autonomia palestina, eivado de sérias limitações. Porque o seu presumível assassino já se havia destacado em movimentos, nos colonatos, contra os palestinos. Esses mesmos colonatos que surgem como problema maior em todo o processo de paz.

A grandiosidade desta manifestação a favor da paz, considerada como a maior jamais realizada desde a fundação do Estado de Israel, só comparável há organizada em 1982 para protestar contra a invasão do sul do Líbano pelo exército israelita e contra os massacres de Saabra e Chatilla, testemunha da existência de forças significativas a

favor da continuidade de um processo (contraditório embora) de paz. A concentração na Praça dos Reis de Israel, no centro de Telavive, fora convocada pelo movimento Paz Agora, pelo Partido Trabalhista (no governo), pela organização de esquerda Meretz, pela central sindical Histadout e por vários movimentos e associações juvenis.

Entretanto, a própria concretização do assassinato de um primeiro-ministro - em princípio devidamente defendido pela segurança, pelos serviços secretos - reflecte, de par de possíveis complicitades a níveis do poder, as contradições que estão presentes no processo de paz e de autonomia palestina.

A violência contra a concretização de quaisquer medidas, no quadro da autonomia palestina, a violência contra os palestinos, aliás em crescendo, sempre foi tolerada, senão mesmo estimulada - quer da parte da polícia quer dos colonos. A generalidade dos colonos anda armada e os movimentos e milícias israelitas de há muito proliferam. A sua principal base são os colonatos - em que entretanto os diferentes governos israelitas, e também o de Yitzhak Rabin, apostaram. Na verdade, como



Colonos judeus, armados, na "Cidade velha" de Jerusalém

7 de Novembro assinalado em Moscovo

As comemorações do aniversário da Revolução de Outubro - promovidas pelos comunistas russos - decorrem esta semana com a realização de comícios por todo o país.

Dia 6 realizou-se uma homenagem a Lenine, na Praça Vermelha, e dia 7 organizaram-se marchas pelas principais avenidas de Moscovo.

A seis semanas das eleições parlamentares, marcadas para 17 de Dezembro, e num quadro político e socio-económico muito degradado, as manifesta-

ções do aniversário da Revolução de Outubro estão marcadas pela denúncia e protesto contra as políticas do governo de Boris Ieltsin.

Em conferência de imprensa, que abriu oficialmente as comemorações, os comunistas sublinharam que "sem justiça social, o nosso país nunca conhecerá a paz", e denunciaram as políticas sociais e económicas do governo, e em particular a destruição das estruturas de segurança social, que contribuiu para lançar muitos milhões de pessoas para uma situação de extrema pobreza.

As sondagens continuam a indicar os comunistas como os mais votados nas eleições legislativas, com 15 a 20 por cento dos votos nos círculos proporcionais.

No dia 7 de Novembro, comemoraram-se os 78 anos da Revolução Socialista na Rússia. Para assinalar essa data realizou-se na Sociero Pereira Gomes o tradicional lanche-convívio entre os funcionários do PCP e outros camaradas presentes.

Jaime Serra, membro da Comissão Central de Controlo e do Comité Central do PCP, interveio, começando por salientar que a Revolução de Outubro «lançou o pânico entre a burguesia de todos os países e encheu de alegria e esperança os trabalhadores do mundo inteiro».

«Estava aberta a época da luta pela substituição do capitalismo pelo socialismo», afirmou.

O dirigente recordou ainda que, «mesmo nas prisões fascistas, o 7 de Novembro era sempre

comemorado pelos comunistas. Enfrentando o ódio e a repressão dos carcereiros».

Actualmente, «muitos acontecimentos verificados nos antigos países socialistas, incluindo a Rússia, parecem indicar que passada uma certa euforia inicial após o desmoronamento dos antigos regimes (...) começa a reflectir-se seriamente sobre os reais méritos de soluções socialistas».

No final do seu discurso, Jaime Serra afirmou que «parece ganhar cada vez mais força a ideia de que o século XX não fica assinalado com o fim do comunismo; (...) a existência dos partidos comunistas tornou-se mais necessária do que nunca».

* 9 de Dezembro de 1987 - Início da Intifada, em Gaza. Um movimento popular de contestação da ocupação israelita que rapidamente se iria estender a toda a Cisjordânia e viria a ser decisivo para o início do processo de paz e autonomia.

* 15 de Novembro de 1988 - A OLP proclama o Estado da Palestina.

* 30 de Outubro de 1991 - Conferência de Madrid.

* 3 de Novembro de 1991 - Primeiras negociações bilaterais entre Israel e países árabes, incluindo os palestinos.

* 23 de Junho de 1992 - Vitória dos trabalhistas nas eleições legislativas em Israel.

* 13 de Setembro de 1993 - A OLP e o governo israelita assinam a declaração de princípios que define as medidas de transição para a autonomia palestina.

* 9 de Fevereiro de 1994 - Acordo, no Cairo, sobre questões de segurança na Faixa de Gaza e na região de Jericó.

* 29 de Fevereiro de 1994 - Acordo, em Paris, sobre as relações económicas entre a OLP e Israel.

* 4 de Maio de 1994 - Yasser Arafat e Rabin assinam, no Cairo, um acordo sobre as modalidades de aplicação da declaração de princípios de 1 de Setembro de 1993.

* 1 de Julho de 1994 - Chegada de Arafat a Gaza.

* 25 de Julho de 1994 - Acordo OLP-Israel sobre a transferência de poderes civis para as autoridades palestinas, nos campos da saúde, impostos, assuntos sociais, turismo, juventude e cooperação internacional.

* 24 de Setembro de 1994 - Conclusão, em Taba, no Egipto, do acordo sobre alargamento da autonomia na Cisjordânia.

forma de pôr em causa, na prática, a perspectiva de uma Palestina como Estado viável.

O preço de todas estas ambiguidades, mas também das profundas contradições que atravessam a sociedade israelita, está à vista.

De imediato, a grande questão, que a todos se coloca, é a continuidade do processo de paz, que se pretendeu contestar com o assassinato do primeiro ministro israelita.

Shimon Peres - que de momento não deverá ser posto em causa pela extrema-direita, que naturalmente considerará a ocasião pouco propícia - assumiu a chefia interina do governo, garantindo, nas suas primeiras declarações, que Israel irá prosseguir o processo de paz.

O actual governo conta com um significativo apoio parlamentar. Para além dos deputados trabalhistas e do Meretz, e de apoios pontuais de ex-deputados

da extrema-direita, pode ainda contar com os votos dos deputados comunistas e árabes.

Mas é possível que, ultrapassada esta fase de profundo choque, a direita passa ao ataque, na perspectiva das eleições de Novembro de 96, ou da sua eventual antecipação.

Qualquer mudança, à direita, do poder em Israel, poria frontalmente em causa o processo de paz em curso.

O Likoud, o partido da direita israelita, defende claramente o controlo de Israel sobre a Cisjordânia. A concretização política da mística do "Grande Israel". As posições extremistas não se circunscrevem a acções terroristas de jovens fanáticos. Têm as suas bases ao nível de grandes partidos, e naturalmente do aparelho repressivo.

Depois desta semana de luto e expectativa, os problemas estão todos aí.

Os atrasos e vícios de um processo de autonomia, que atravessa nestes dias uma fase delicada, quando o exército israelita começou finalmente a retirada e estamos a poucos meses da esperada realização das primeiras eleições palestinas, previstas para Janeiro. Os limites do território a ser devolvido ao controlo palestino - cerca de 30% da Margem Ocidental (destinando-se o restante à utilização pelo exército israelita, colonatos e rede de estradas que os servem). Os 140.000 colonos judeus instalados na Cisjordânia. Jerusalém - cuja posse continua a ser reivindicada por Israel, o que corresponde à ocupação de facto da zona palestina e criará obstáculos sérios nas futuras negociações.

Problemas que na verdade passam também pelo interior do Estado de Israel, onde hoje 20% da população é árabe.

população uma "linha telefónica anónima", para a denúncia de casos de corrupção.

Sri Lanka

As agências de auxílio internacionais estão proibidas de operar sozinhas no Sri Lanka para ajudar meio milhão de refugiados tamil deslocados por uma ofensiva militar. Quase 60 por cento das 800 mil pessoas na península de Jaffna, no norte, deixaram as suas casas para fugir aos combates.

Desde 17 de Outubro, soldados governamentais têm estado envolvidos na maior ofensiva da guerra civil que dura há 12 anos.

O Comité internacional da Cruz Vermelha tem sido solicitado para escoltar os comboios de abastecimento e assegurar que eles cheguem realmente aos refugiados.

"Mas, toda a organização de auxílio será conduzida e fiscalizada pelo governo", afirmou Lakshman Kadirgamar, ministro dos Negócios Estrangeiros.

"Não desejamos, neste momento particular, permitir a agências exteriores, incluindo as Nações Unidas, que dirijam qualquer trabalho independente de auxílio no nosso país". Mais de 37 mil pessoas morreram já na guerra por uma pátria tamil independente e os independentistas acusam a maioria cingalesa, que controla o governo e o exército, de discriminação.

Cuba

Uma missão da União Europeia deslocou-se a Havana para conversações com as autoridades cubanas que poderão levar à assinatura de um acordo de cooperação.

A missão é liderada pelo director-geral para a América Latina do ministério espanhol dos Negócios Estrangeiros e inclui ainda o director-geral francês para a América Latina, o conselheiro italiano para assuntos políticos e o director para a América Latina da Comissão Europeia.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos "quinze" decidiram em 2 de Outubro iniciar o diálogo com Havana. A visita desta delegação, que termina amanhã, sexta-feira, é a primeira manifestação concreta dessa decisão.

Palestina

As autoridades israelitas levantaram parcialmente o encerramento das fronteiras da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, imposto desde sábado à noite após o assassinato do primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

Um porta-voz militar israelita disse que podem entrar em Israel os palestinos da Faixa de Gaza com mais de 35 anos que dispõem de uma autorização de trabalho.

Para os habitantes da Cisjordânia, o limite de idade foi fixado em 30 anos.

Ode Trágico-Marítima

(...) Ó fugas contínuas, idas, ebriedade do Diverso!
Alma eterna dos navegadores e das navegações!
Cascos reflectidos devagar nas águas,
Quando o navio larga do porto!
Flutuar como alma da vida, partir como voz,
Viver o momento tremulamente sobre águas eternas.
Acordar para dias mais directos que os dias da Europa,
Ver portos misteriosos sobre a solidão do mar,
Virar cabos longínquos para súbitas vastas paisagens
Por inumeráveis encostas atónitas... (...)

(Álvaro de Campos, «Ode Marítima»)

(...) Complexidade da vida! As facturas são feitas por gente
Que tem amores, ódios, paixões políticas, às vezes crimes -
E são tão bem escritas, tão alinhadas, tão independentes de tudo isso!
Há quem olhe para uma factura e não sintá isto.
Com certeza que tu, Cesário Verde, o sentias.
Eu é até às lágrimas que o sinto humanissimamente.
Venham dizer-me que não há poesia no comércio, nos escritórios!
Ora, ela entra por todos os poros... Neste ar marítimo respiro-a,
Porque tudo isto vem a propósito dos vapores, da navegação moderna,
Porque as facturas e as cartas comerciais são o princípio da história
E os navios que levam as mercadorias pelo mar eterno são o fim. (...)

(Álvaro de Campos, «Ode Marítima»)

Por extraordinário que pareça, Portugal importa actualmente mais de 100 milhões de contos de pescado/ano, quando em 1986 importava apenas 30 milhões. É como uma central eléctrica a abastecer-se de energia no estrangeiro. Em contrapartida, de 1986 para cá foram destruídos cerca de 800 barcos de pesca e dezenas de milhares de postos de trabalho quer na faina, quer a montante e a jusante dela, numa gigantesca operação de abate onde foram já gastos mais de 15 milhões de contos fornecidos pela Comunidade Europeia com o objectivo de «modernizar» a frota pesqueira portuguesa. Chegamos aqui, a modernização resume-se ao atrás exposto: a frota diminuiu em 20%, a produção global caindo 30%, a importação do peixe a disparar para mais de 100 milhões de contos/ano, o que corresponde a um aumento de 170% (cento e setenta por cento!). Pelo meio foram-se perdendo oportunidades de pesca, nomeadamente na zona da NAFO, onde tradicionalmente iam buscar o bacalhau e a palmeta, e na generalidade das águas do Atlântico Sul

(Marrocos, Mauritânia, Angola e África do Sul), sendo os nossos barcos paulatinamente - e por força de acordos comunitários aceites sem oposição pelo governo português - substituídos pela fmeisa e devastadora frota pesqueira de Espanha, que, entretanto, nos vai vendendo o peixe que deixámos de pescar e que faz parte da dieta dos portugueses.

Parece uma história kafkiana, mas não é. Limita-se a ser, nu e cru, um dos resultados da «democracia do sucesso» do cavaquismo.

Destruir sem modernizar

O PCP advertiu atempadamente para estes desenvolvimentos catastróficos nas pescas portuguesas, ciente que estava tanto dos jogos de conveniência dos poderosos da Comunidade, como da subserviência da política cavaquista aos ditames de Bruxelas.

Mas as advertências e a oposição do PCP a esses ditames - nomeadamente no que diz respeito à política de abates

- não se fez, nem faz, num espírito de «contra pelo contra». O que os comunistas sempre contestaram, na questão dos abates, foi que tal política não tivesse sido acompanhada por uma efectiva modernização da frota pesqueira - objectivo, aliás, expresso no envio dos chorudos fundos enviados pela CE. Todavia a política cavaquista na gestão desses imensas verbas enviadas ao abrigo do 1º Quadro Comunitário de Apoio (QCA) foi desviar nada menos que 15,5 milhões de contos para o abate puro e simples de embarcações, desprezando por completo a questão central: a substituição das velhas por novas embarcações.

O delírio dos abates atingiu tais paroxismos que se têm destruído embarcações novas, elas próprias pagas por subsídios comunitários anteriormente concedidos - para não falar dos que receberam o dinheiro do abate de embarcações também novas, que depois vendiam aos espanhóis por tuta e meia!

O trágico em tudo isto é que não se modernizou nada, continuando a inexorável política da destruição pura e simples da nossa frota pesqueira. E o futuro não é mais risonho: no 2º Quadro Comunitário de Apoio, que começou este ano e se vai estender até 1999, está prevista a afectação de um terço das verbas só para abates - qualquer coisa como 25 milhões de contos...

Se não se arrear caminho rapidamente, o afundamento das pescas portuguesas tornar-se-á irreversível. Em rigor, o problema das pescas portuguesas tornou-se uma questão de Estado.

Um Relatório perverso

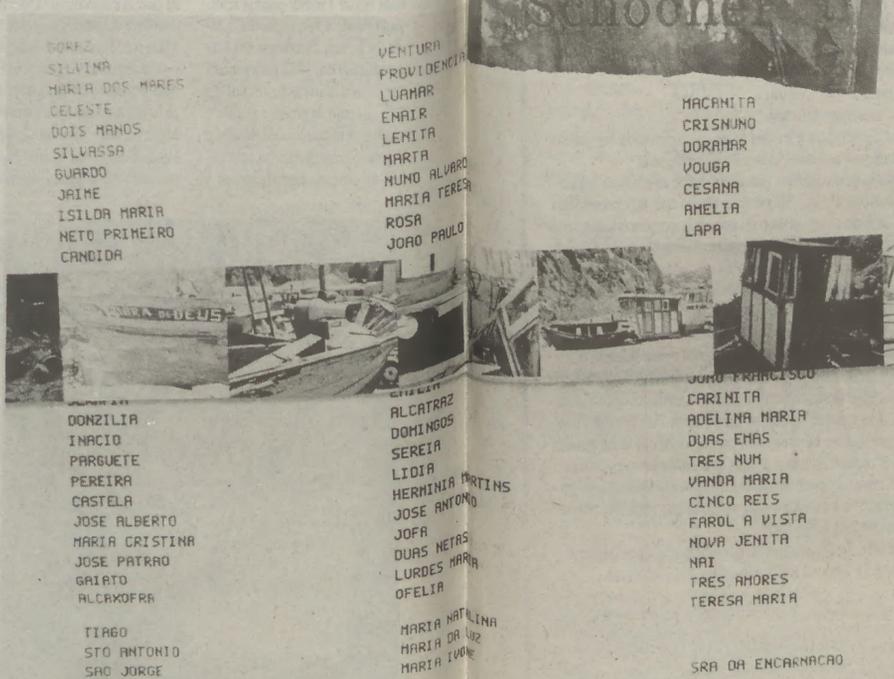
Entretanto, a Comunidade Europeia não dorme em serviço. Implacável no seu objectivo de se desembarçar desta

coisa irrisória chamada pescas, que interessa apenas a meridionais e corresponde a uns míseros um por cento do PIB comunitário (ver texto ao lado), produziu recentemente um Relatório onde preconiza o endurecimento das medidas restritivas neste sector. E fá-lo na base de uma original filosofia, onde o que apenas interessa é «preservar os recursos» sem que, entretanto, apresente quaisquer estudos que fundamentem as medidas restritivas que quer impor em nome dessa «preservação», desprezando por completo as consequências sociais das restrições. Pudera: não batem à porta de nenhum dos «grandes»...

Para a implementação do seu grande plano «moralizador» das pescas, os senhores de Bruxelas aprofundam esta curiosa filosofia de desprezo pelo factor humano dos outros em nome da «preservação dos recursos». Define o citado Relatório que os problemas sociais decorrentes das restrições (reformas antecipadas, subsídios, reciclagens profissionais, etc) são da responsabilidade de cada Estado, cujos governos ficam, assim, com o ónus do desastre; em contrapartida, serão os órgãos comunitários a decidir o número de licenças de pesca a atribuir a cada país, de modo a controlar ao milímetro a execução deste plano, gizado mais uma vez em nome dos interesses dos poderosos da CE, empenhados em abrir as portas ao pescado de países terceiros a quem querem vender produtos e explorar recursos, e desprezando os direitos e necessidades dos países piscatórios da Comunidade «apanhados» nas malhas do negócio.

Cabe, como sempre, ao Governo português defender os interesses nacionais, com a mesma firmeza que os grandes da Comunidade exercem sem hesitação ou reboço em defesa dos seus.

Henrique Custódio



Divulgamos: as duas estrofes acima transcritas da «Ode Marítima» de Fernando Pessoa (por interposto heterónimo «Álvaro de Campos») estão em evidência até 24 de Novembro na Casa Fernando Pessoa, no nº 16 da Rua Coelho da Rocha, a Campo de Ourique, Lisboa. E não apenas as duas citadas estrofes, mas toda a «Ode Marítima» notavelmente homenageada num programa onde imperam a pintura e a escultura de José de Guimarães. Acontece que essa exposição de homenagem a Pessoa começa numa extraordinária composição assim apresentada: a meio da vasta sala do rés-do-chão da Casa erguem-se, insólitos e inconfundíveis, os destroços de um barco; na parede em frente, em todo o seu comprimento, largura e altura, domina-

-nos o que ao longe parece a gigantesca reprodução de um poema, pintado por um também inesperado e estreito lambril. Ao aproximarmo-nos, verificamos que o «poema» se resume à enorme lista dos cerca de 800 barcos portugueses destruídos desde 1986 com subsídios da Comunidade Europeia, e que o «lambril» é uma amostragem fotográfica desses abates a sangue-frio da frota pesqueira nacional. Quanto às duas estrofes por nós seleccionadas da «Ode Marítima», se nelas atentarem poderão também desconfiar que a arca do Pessoa é, afinal, uma enorme cartola donde continuam a saltar heterónimos. Este, lido com jeito e liberdade poética, parece que já topava a CEE à distância, a partir deste povo de marinheiros da beiramar lançados...

A fragilidade de um por cento...

Hoje, a pesca e as actividades económicas dela decorrentes representam cerca de um por cento do Produto Interno Bruto (PIB) da Comunidade Europeia, e, mesmo assim, apenas em consequência da adesão de Portugal e sobretudo da Espanha, de longe a potência piscatória do actual espaço comunitário. Por si mesmo, o facto demonstra a irrelevância desta actividade para a Comunidade em geral e para os seus grandes em particular (falamos, obviamente, da Alemanha, da Inglaterra e da França) que, como se sabe, não têm tradição de pesca marítima nas suas estratégias económicas, nem o pescado fresco nos seus hábitos alimentares.

A pesca, aliás, só passou a ter alguma importância para a Comunidade a partir da adesão de Portugal e Espanha, os dois países que levaram para o gigante capitalista europeu esse minúsculo factor económico. «Minúsculo» para a CE, entenda-se, porque no que toca aos dois países ibéricos, a actividade piscatória há muito que tem um peso socioeconómico significativo e mercados nacionais dela dependentes.

Compreende-se assim que a Comunidade dos grandes subalterne cruamente a questão das pescas, embora nunca esqueça - era o que faltava! - os seus próprios interesses, como se verificou aquando das candidaturas de adesão apresentadas por Portugal e

Espanha. Nessa altura, a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Noruega (os que, entre os países «ricos» da Comunidade, desenvolvem actividade no sector) não estiveram com meias medidas e trataram de salvaguardar as suas posições pesqueiras, introduzindo no Tratado da então CEE o «Princípio da Estabilidade Relativa» que, trocado por miúdos, significou cruamente o seguinte: «o que está, está, e no que está não se mexe». O que equivalia a dizer (e a impor) antecipadamente a Portugal e a Espanha algo também tão cru como isto: «escusam de vir com ideias, nas nossas águas não pescam vocês!».

Mas a vigilância dos grandes da Comunidade aos seus próprios interesses não se ficou, nem fica, por aqui: estão obviamente muito mais empenhados em cativar países terceiros (preferencialmente do chamado Terceiro Mundo), importando-lhes o pescado para, em troca, lhes vender produtos e explorar recursos, do que em proteger «parentes pobres» (neste caso Portugal e Espanha) numa actividade que vale um por cento do PIB comunitário. Daí que, sem reboços, abram as portas ao pescado e às conservas de Marrocos - para citarmos apenas um exemplo neste momento em desenvolvimento -, e desprezem sobranceiramente as consequências ruinosas de tal política sobre, nomeadamente, Portugal.

... e a fraqueza de quem não bate o pé

Sendo líquido que os poderosos da Bruxelas não estão minimamente interessados numa actividade que corresponde a um por cento do PIB comunitário e, ao contrário, não hesitam em dela fazer moeda de troca com terceiros para garantir os negócios que realmente lhes interessam, não surpreende que os acordos impostos pela CE tenham sempre procurado restringir a actividade piscatória de Portugal e Espanha, prejudicando objectivamente os interesses dos dois países.

Todavia, o desprezo de tal atitude não surge equitativamente repartido, longe disso.

Em rigor, a Espanha é quem verdadeiramente levanta problemas aos interesses instalados da CE, em matéria de pescas, dado possuir uma frota poderosa e ser, de longe, a maior potência pesqueira que arribou ao espaço comunitário. Em comparação, Portugal é um parceiro modesto e de fraco peso. Desgraçadamente, o Governo português chefiado por Cavaco Silva nos últimos 10 anos também se portou com modéstia e nenhum peso nas negociações comunitárias sobre a matéria, assinando acordos sempre redigidos para pensar os espanhóis, o parceiro mais poderoso e, apesar de tudo, muito mais atento e combativo na defesa dos seus interesses.

Um exemplo flagrante do que afirmamos desenrola-se neste momento nas negociações entre a CE e Marrocos, sobre o esfor-

ço de pesca nas águas marroquinas a consentir às frotas comunitárias.

Marrocos quer restringir a pesca espanhola, que arrasa os seus recursos marítimos com o peso duma frota de 700 pesqueiros. Entretanto Portugal, com apenas 40 barcos, demanda as costas marroquinas em busca do peixe-espada preto, que Marrocos nem pesca, o que significa que este país do Norte de África não tem qualquer contencioso ou exigência para com a frota portuguesa. Todavia, o Governo de Cavaco Silva não conseguiu separar esta negociação e deixou que a Comunidade embrulhasse, no mesmo saco, a nossa pesca limitada e inofensiva nas águas marroquinas com a devastação dos 700 barcos espanhóis. Resultado: para agradar a Marrocos (com quem os poderosos da Comunidade querem aprofundar outro tipo de relações comerciais), a CE impõe a Portugal restrições que, em última análise, irão compensar as quotas perdidas por Espanha, o único e real responsável pelas queixas e exigências marroquinas...

Ficam assim expostos os critérios comunitários, onde os direitos dos países membros se hierarquizam segundo o poder de cada um. Obviamente que, nesta lógica, quem mais fraco for mais desprezado é - a não ser que bata o pé e defenda os seus direitos.

O que, até aqui e não só em relação às pescas, notoriamente não tem sido feito pelos governos portugueses.

Na crueza dos números

Os factos e os números aí estão, numa evidência do desastre a que os Governos do cavaquismo conduziram o sector das pescas, a sobrevivência de dezenas de milhares de famílias e os interesses nacionais. Uma evidência que dispensa comentários e explica por que é que em 1986 Portugal importava 38,1 milhões de contos/ano de pescado e actualmente importa mais de 100 milhões de contos...

Assinale-se que as fontes destas informações, datadas do final do ano passado, são nem mais nem menos que o IFADAP - um organismo estatal - e a FESMAR.

- Em 1992, Portugal exportou 35 milhões de contos, sendo 14,4 milhões em conservas e 7,9 milhões em peixe congelado.

- No mesmo ano, importaram-se 100 milhões de contos de produtos derivados da pesca, sendo 50 milhões em peixe fresco e salgado, 23 milhões em congelados e 18 milhões em crustáceos e moluscos.

- Na frota longínqua apenas estão a trabalhar 30 das 60 embarcações existentes. Em 1992 só se construiu um navio destinado a esta frota com um investimento estimado em cerca de meio milhão de contos. No ano seguinte não houve qualquer encomenda de construção.

- Cerca de 30% dos Fundos Comunitários ao abrigo do 2º Quadro Comunitário de Apoio (QCA) destinados ao sector das pescas, foram mobilizados para abate de embarcações.

- De 1986 (data de adesão de Portugal à CEE) a 1993 foram abatidas 662 embarcações, no que foi gasto cerca de 15,5 milhões de contos. Deste total abateram-se no Algarve 270, representando gastos na ordem dos 2,8 milhões de contos.

- Dos 3.752 formandos que passaram pelas Escolas de Pesca e pelo FORPESCAS, apenas 10% ficaram a trabalhar no sector.

- Dos 5.946 trabalhadores marítimos afectos à marinha do comércio existentes em 1977, restavam em 1993, ao serviço de armadores nacionais, 1.213 trabalhadores.

Qual o papel de Portugal na UE



CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro
da Comissão Política

CERCA de um ano após a paralisação da frota portuguesa que operava em Marrocos ao abrigo de um acordo comunitário de pescas e após longos meses de complexas negociações surge agora a possibilidade do acordo ser reactivado.

Pouco ainda se conhece sobre a totalidade das concessões obtidas por Marrocos para a viabilização do acordo que envolve, como se sabe, 44 embarcações portuguesas e cerca de 700 espanholas. Entretanto, notícias acerca de importantes contrapartidas obtidas por aquele país em relação a exportações de conservas de peixe para a União Europeia lançaram o maior e mais justificado alarme no sector conserveiro nacional e entre os armadores da pesca de cerco.

O caso não é para menos. De facto as conservas de peixe desde há anos que vêm perdendo peso na indústria nacional. No Algarve estão hoje reduzidas a Vila Real de Santo António e em muito menor escala a Olhão onde singularmente está em curso um importante investimento para a criação de uma nova unidade industrial. As razões do declínio são diversas: desarticulação entre a produção e a transformação; dificuldades no acesso aos circuitos de comercialização; descapitalização das empresas e atrasos tecnológicos; concorrência movida por outros países de mão-de-obra escrava, etc., etc.

Marrocos por intermédio da França já tinha beneficiado de vantagens para a exportação das suas conservas de peixe para a União Europeia em volumes que largamente ultrapassaram as obtidas por Portugal no início do seu período de adesão e antes da consagração do mercado único, facto que reiteradamente foi denunciado e combatido pelo PCP. Tais vantagens como eventualmente as agora obtidas podem não estar dissociadas do facto da indústria conserveira marroquina ter um peso significativo de capitais franceses e mais recentemente de espanhóis.

Assim sendo, a consumarem-se as concessões obtidas por Marrocos, tal facto significaria uma machadada que pode ser final neste sector que ainda hoje emprega cerca de 5.000 pessoas para além dos efeitos que se repercutiriam na pesca de cerco constituída por 100 unidades, empregando mais de 2.000 pescadores. A acrescentar a estas consequências há ainda que contabilizar as perturbações que inevitavelmente também se repercutiriam negativamente no sector das embalagens e na conservação e reparação naval.

As contas são simples de fazer. Portugal exporta 80% da sua produção para mercados no interior da UE. As concessões obtidas por Marrocos, a confirmarem-se, permitiriam a este país a

partir de 1998 exportar livremente, sem pagamento de qualquer taxa, a produção que entendesse, sabendo-se à partida que a custos muito inferiores porque beneficiam dos baixos salários praticados e da total ausência de direitos sociais.

Toda esta situação vem de novo colocar o papel que está reservado a Portugal no quadro da União Europeia. Que país vamos ser, que actividade produtiva vamos manter?

A situação que pode ser criada à viabilização do que resta da nossa indústria conserveira não se resolve com a atribuição de subsídios compensatórios que em muitos casos serviriam para salvar da falência os proprietários das empresas e deixarem na rua mais um contingente de desempregados sem qualquer possibilidade de encontrar tão cedo um posto de trabalho seguro. Veja-se o que se passou com a nossa indústria têxtil.

O problema que está criado à indústria conserveira nacional e como reflexo à frota de cerco, cuja produção é em metade destinada à transformação industrial, não é o de enfrentar hábitos de consumo diferentes devido ao acesso das populações a melhores condições de vida no dizer bacoco do ainda actual comissário europeu Deus Pinheiro habituado às iguarias do cargo que ocupa e usufrui. Porque se assim fosse a próspera Europa Comunitária também não consumiria as conservas de Marrocos. Como não se resolve só com reconversões para produções não se sabe do que nem para quem. O problema é que não há reconversão que resista à concorrência movida por países que protegem investimentos destinados a explorar uma mão-de-obra escrava situação da qual obtêm superlucros.

Aliás, a Comissária Ema Bonino em resposta a uma pergunta formulada por um deputado comunista no Parlamento Europeu é bem explícita quanto aos objectivos ditados pelo núcleo duro dos países mais poderosos da comunidade nesta, como noutras matérias. Diz a senhora a propósito das contrapartidas oferecidas pela UE a Marrocos que... **"em matéria de relações com este país a Comissão lembra que as mesmas se inscrevem num contexto mais lato que o da pesca e que, mesmo no âmbito deste sector, os interesses da Comunidade não se confinam aos da indústria conserveira de um Estado-membro"**. Mais claro não se pode ser!

Neste quadro, que papel está reservado a Portugal como país livre e independente? O papel de fornecedor de uma mão-de-obra barata e desqualificada, receptor de indústrias poluentes, país de intermediação, vendendo sol e praia três meses por ano, cada vez

mais dependente no plano alimentar, e cada vez mais longe de aproveitar em benefício da actividade produtiva nacional os seus recursos próprios, criando emprego e riqueza, com base numa especialização produtiva naquilo que pode e sabe fazer de melhor?

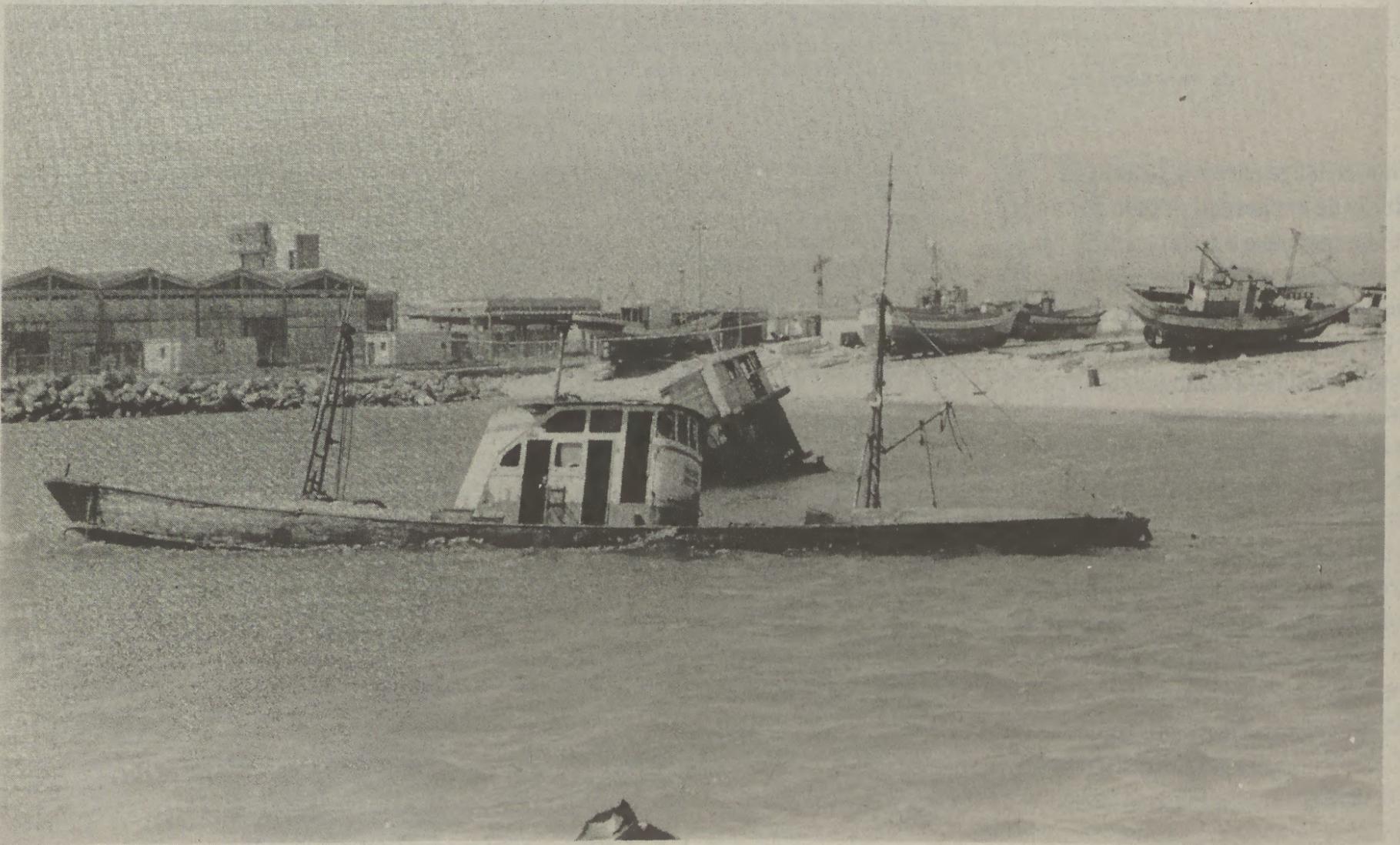
No longo processo de negociações que vai dar corpo ao novo Acordo de Pescas entre a UE e Marrocos foi visível a falta de protagonismo e interesse do então Governo português em defender os interesses nacionais que estavam em causa. É preocupante que após a derrota do Governo de Cavaco Silva os deputados do PS no Parlamento Europeu tenham votado contra uma proposta de um deputado comunista para que a indústria conserveira nacional fosse salvaguardada no quadro do acordo de pescas a estabelecer com aquele país.

São escassos os dias que passaram desde as eleições legislativas de Outubro último. Mas este exemplo traz-nos necessariamente à memória o que nelas para nós estava essencialmente em causa: derrotar a direita e a sua política. Foi também esse o sentido e o objectivo da maioria daqueles que optaram por votar PS.

As orientações expressas pela Comissária Europeia, Ema Bonino, quanto aos objectivos da política dominante no interior da UE e as consequências que dela poderão vir no curto prazo para a indústria conserveira nacional e para o que resta da nossa frota de cerco dão mais força às propostas contidas no Programa Eleitoral do PCP designadamente quanto à extrema necessidade de Portugal assegurar "a defesa do princípio da igualdade de direitos dos Estados, bem como o princípio de que cada Estado dever poder participar nas políticas que considere vantajosas e negociar a exclusão ou derrogações da aplicabilidade das políticas, regulamentos e directivas que entenda que prejudicam interesses considerados importantes".

É na defesa deste princípio, é neste caminho que continuaremos a lutar dentro e fora das instituições.

Toda esta situação vem de novo colocar o papel que está reservado a Portugal no quadro da União Europeia. Que país vamos ser, que actividade produtiva vamos manter?



Fim do bloqueio a Cuba

reclamado ao Congresso dos EUA pela Comissão Nacional Portuguesa

Uma delegação da Comissão Nacional contra o Bloqueio a Cuba entregou na Embaixada dos Estados Unidos da América, no passado dia 31 de Outubro, uma carta dirigida ao presidente do Congresso daquele país, senador Al Gore. Publicamos a seguir o texto integral desse documento, no qual os signatários reclamam a revogação da Lei Torricelli e o arquivamento do projecto Helms-Burton, que visa a reforçar o bloqueio imposto a Cuba.

A Assembleia Geral das Nações Unidas apreciará em breve a situação criada pelo bloqueio que os EUA, desrespeitando Resoluções por ela aprovadas, mantêm contra a República de Cuba.

Foi, portanto, com apreensão que os signatários — cidadãos portugueses com formações e convicções políticas diversas — tomaram conhecimento da Declaração emitida em 5 de Outubro p.p. pelo Presidente Clinton na qual informou que os EUA pretendem reforçar o chamado embargo contra Cuba.

1. Considerando que a Assembleia Geral das Nações Unidas, em três anos sucessivos, aprovou as Resoluções 41/19, 48/16 e 49/9 que expressaram a necessidade urgente de os EUA porem termo ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto a Cuba há mais de três décadas;

2. Considerando que os EUA não cumpriram essas Resoluções;

3. Considerando que o carácter extraterritorial das medidas constantes da Lei Torricelli e do texto do projecto Helms-Burton violam a Carta das Nações Unidas e o disposto em acordos internacionais firmados pelos EUA;

4. Considerando que a Câmara dos Representantes aprovou recentemente o referido projecto Helms-Burton, que visa internacionalizar

o bloqueio contra Cuba e que esse diploma está em estudo no Senado;

5. Considerando que o mencionado projecto de lei tripudia sobre princípios do Direito Internacional universalmente aceites e configura uma política de intimidações, chantagens e pressões sobre países soberanos;

6. Considerando que nesta ano do 50º Aniversário das Nações Unidas a comunidade internacional vem manifestando, através de múltiplas e diferenciadas iniciativas, o seu repúdio pelo bloqueio a Cuba (recentemente condenado pelo Papa João Paulo II) e por todas as medidas tendentes a mantê-lo e reforçá-lo;

Os signatários reclamam:

a) A revogação da Lei Torricelli e o arquivamento do projecto Helms-Burton;

b) A adopção pelo Congresso de medidas indispensáveis ao cumprimento das Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas condenatórias do bloqueio contra a República de Cuba.

O bloqueio a Cuba é um acto ilegítimo e amoral, uma agressão contra o Direito Internacional, incompatível com as tradições democráticas do povo norte-americano.

Pela Comissão Nacional
contra o Bloqueio a Cuba

Abílio Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Évora; Alberto Vilaça, advogado; Alípio de Freitas, professor; Amélia Pardal, técnica superior da administração local; António Abreu, vereador da Câmara Municipal de Lisboa; António Arnaut, advogado; António Avelãs Nunes, professor universitário; António Paulouro, director de jornal; António Pedro Carvalho, dirigente do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC); António Ravara, professor universitário; António Reis, deputado; António Rosa Coutinho, almirante (res.); António Sousa Lara, professor universitário; Aquilino Ribeiro Machado, engenheiro; Arminda Carvalho Fonseca, advogada; Baptista Bastos, escritor; Blasco Hugo Fernandes, engenheiro; Carlos Aboim Inglez, dirigente político; Carlos Brito, dirigente político e director de jornal; Carlos do Carmo, cantor; Carlos Carvalho, dirigente sindical; Célia Soares, técnica juventude na administração local; Cláudio Torres, arqueólogo e historiador; Demétrio Alves, Presidente da Câmara Municipal de Loures; Diogo Duarte, estudante; Eduardo Moradas Ferreira, médico; Eufrazio Filipe, Presidente da Câmara Municipal do Seixal; Fernando Loureiro, médico, dirigente sindical; Fernando Morais, dirigente sindical; Florival Lança, dirigente sindical; Francisco Costa Gomes, Marechal, antigo Presidente da República Portuguesa; Graça Mexia, psicóloga; Idália Custódio, dirigente do CPPC; Isabel Castro, deputada; Jaime Alberto Ferreira, professor universitário; Jaime Grahlheiro, advogado; João Chambel, estudante; João Corregedor da Fonseca, deputado; João Cunha Serra, engenheiro, Presidente do CPPC; João Madeira Lopes, advogado; José Casanova, dirigente político; José Manuel Mendes, escritor, presidente da Assoc. Portuguesa de Escritores; José Barata Moura, professor universitário; José Morais e Castro, actor e advogado; José Saramago, escritor; Luís Azevedo, advogado; Luís Catarino, advogado; Manuel Alegre, deputado; Manuel Carvalho da Silva, dirigente sindical, coordenador da CGTP; Manuel Costa Martins, pintor e arquitecto; Manuel Sá Marques, médico; Manuela Silva, médica; Maria do Céu Guerra, actriz; Maria Emília Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Almada; Maria Santos, dirigente estudantil; Mário Castrim, escritor; Mário Tomé, major (res.); Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Narciso Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos; Odete Filipe, dirigente sindical; Orlando Almeida, Presidente da Câmara Municipal da Amadora; Orlando Leitão, médico; Óscar Lopes, escritor; Pedro Pezarat Correia, brigadeiro (res.); Rui Bernardino, dirigente da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes; Sérgio Carvalhão Duarte, médico; Teresa Neto, professora; Urbano Tavares Rodrigues, escritor; Vasco Gonçalves, general (res.).



Na Primavera de 1994, uma delegação da Comissão Nacional contra o Bloqueio a Cuba foi mal recebida na Embaixada dos EUA. A recepção foi grosseira.

Desta vez, a atmosfera que envolveu a entrega de uma Carta ao Presidente do Congresso foi diferente.

O primeiro contacto, contudo, suscitou preocupações. Quando a delegação atravessou os portões metálicos, um moço da Segurança, um jovem esgaldado com leve sotaque brasileiro, interpelou o grupo para indagar em tom brusco o que pretendíamos. O deputado Corregedor da Fonseca explicou. Apareceu então outro segurança, alto, louro, que repetiu a pergunta. Os modos eram diferentes, o uniforme de corte impecável, as botas, negras, reluziam. Uma imagem que trazia à memória cenas de filmes de Hollywood. Por indicação do segundo segurança, Corregedor dirigiu-se à recepção e repetiu ao que íamos.

Seguiu-se uma espera. Foi dito que a embaixadora não estava, mas o pedido de audiência fora encaminhado e alguém nos iria receber.

Enquanto aguardávamos assistimos a uma minuciosa revista feita a um carro que entrava. O ocupante falava inglês com sotaque americano carregado, mas não escapou a uma inspecção minuciosa. Da mala ao chassis, tudo foi vasculhado.

Transcorridos dez minutos, a funcionária da recepção chamou e quis saber se havíamos escrito uma carta anunciando aquela visita. Perante a resposta afirmativa, que ela conhecia antecipadamente, esclareceu que a nossa entrada na Embaixada fora autorizada.

Houve, então, um breve diálogo entre o recepcionista e o jovem louro da Segurança, ambos, aparentemente, portugueses.

Após um momento de perplexidade, decidiram que a delegação, na totalidade, poderia entrar. Éramos seis: Corregedor da Fonseca, António Abreu, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Armando Fonseca, presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, António Pedro de Carvalho e Cunha Serra, do Movimento Português para a Paz e Cooperação - CPPC, e eu, autor destas notas.

Nova dúvida foi colocada quando já pisávamos a álea ensaibrada do grande jardim.

Era ou não necessário sermos submetidos à revista?

O jovem segurança e a recepcionista trocaram impressões sobre o assunto, hesitantes quanto à atitude a adoptar. Ele resolveu a questão com uma pergunta: «Alguém leva bip-bip ou telemóvel?»

O nosso silêncio trouxe a solução.

«Podem subir. É a primeira porta à esquerda no terraço, depois de subirem a escadaria.»

No amplo vestíbulo, que já conhecia da anterior visita, a delegação era esperada por um funcionário de aspecto inusitado no serviço diplomático norte-americano. Não parecia do State Department; tinha a presença de um gentleman britânico, fez-me lembrar figuras das páginas de Laurence Durrell sobre a gente do Foreign Office.

Alto, de uma elegância requintada, vestindo com apuro um jaquetão escuro, exprimiu-se num português perfeito, rolando os erres de maneira quase imperceptível.

Identificou-se como Milton Charlton e, a nosso pedido, esclareceu ser primeiro secretário da Embaixada. Registei que a idade dificilmente lhe permitirá chegar ao topo da carreira.

Mr. Charlton informou que a senhora Embaixadora, absorvida por afazeres próprios do cargo, não poderia receber-nos, mas delegara nele essa tarefa. Estava ali para nos ouvir.

Corregedor expôs o objectivo da nossa visita e entregou a carta para Al Gore. Os signatários provinham de múltiplos quadrantes da sociedade portuguesa e incluíam um ex-Presidente da República, um ex-primeiro-ministro e ex-ministros, deputados, escritores, autarcas, etc.

Mr. Charlton, sempre polido, respondeu que o documento seria encaminhado ao destinatário.

Tudo foi rápido. Desta vez faltou-me tempo para contemplar os azulejos do átrio, que são, recordo, muito belos.

A cortesia, na sede da Embaixada dos EUA, naturalmente, tem regras e também limites, quando o bloqueio a Cuba é tema e motivo de uma visita.

O encontro transcorreu no átrio. Permanecemos de pé. Não havia, obviamente, cadeiras.

■ Miguel Urbano Rodrigues



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov

Fotografia: Pavel Lebeshev

Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrarias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixonou-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços. CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

ONU Um processo de

Na sessão comemorativa do 50º aniversário da criação da Organização das Nações Unidas, realizada na Fundação Gulbenkian no passado dia 24 de Outubro, e que oportunamente o «Avante!» noticiou, o nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues proferiu uma intervenção cujo texto, na íntegra, publicamos hoje. O título e os subtítulos são da responsabilidade da Redacção.

A partir do Verão de 1990, durante o confuso jogo diplomático que precedeu a Guerra do Golfo, as Nações Unidas começaram a ser instrumentalizadas.

Nessa época, a Organização, que no final da Segunda Guerra Mundial nascera envolvida pelo respeito de toda a humanidade, mantinha ainda uma imagem de prestígio.

O processo de instrumentalização evoluiu rapidamente. Hoje é transparente.

No encadeamento de crises de maior ou menor dimensão eclodidas nos últimos cinco anos, as Nações Unidas assumiram, com frequência crescente, posições que as afastam dos princípios da sua Carta. A prática demonstra que, ao atravessar o limiar da caricatura de nova ordem internacional anunciada pelo presidente Bush em Fevereiro de 1991, a humanidade se afunda dia a dia no pântano de uma perigosa desordem internacional.

Essa tendência acentuou-se com a desagradadação da União Soviética. O mundo, que era bipolar, tornou-se unipolar. Durante mais de quatro décadas o medo de um conflito nuclear apocalíptico fora uma constante. Mas, dialecticamente, o equilíbrio na relação de forças entre os EUA e a URSS não somente evitou a irrupção de qualquer conflito armado na Europa como impediu que americanos e soviéticos se envolvessem directamente em guerras em que o outro participasse. Isso aconteceu nomeadamente na Coreia, no Vietname, no Afeganistão.

Não obstante as suas múltiplas limitações e insuficiências, as Nações Unidas tiveram a oportunidade de desempenhar papéis importantes em crises de enorme complexidade. Resoluções positivas da Assembleia Geral ficaram a assinalar o desenvolvimento de mais de uma dezenas de guerras de libertação nacional, da Argélia às ex-colónias portuguesas. É um facto que Resoluções de carácter vinculativo aprovadas pelo Conselho de Segurança não foram cumpridas. Mas o efeito dessas decisões pesou na consciência da humanidade, mesmo quando foram neutralizados por vetos amorais como aconteceu com a primeira condenação do regime do *apartheid* sul-africano e com a obstrução dos EUA à retirada de Israel dos territórios ocupados da Palestina e da Síria, imposta pela Resolução 242, de 22 de Novembro de 1967.

A hegemonia dos EUA

Tudo mudou a partir do momento em que, rompido o equilíbrio, os EUA adquiriram uma hegemonia absoluta. As Nações Unidas passaram desde então a assumir, em situações de crise, posições incompatíveis com a letra e o espírito da sua Carta.

A Assembleia Geral mantém-se como espaço de diálogo democrático. Continua a merecer respeito generalizado. É um estorvo para a hegemonia norte-americana. Recordarei apenas a Resolução que condenou o ataque ao Panamá e as três Resoluções que condenaram o bloqueio a Cuba e recomendaram ao governo dos EUA que lhe pusesse rapidamente termo.

A maneira entusiástica como Fidel Castro foi recebido nas Nações Unidas teve aliás o significado de uma desautorização claríssima do bloqueio.

Merece também reflexão o facto de o Presidente de Cuba ter sido aclamado pelo povo negro de Harlem e pelos latinos do Bronx. O presidente Clinton não teria ousado entrar sem uma segurança imponente em qualquer desses bairros na maior cidade do seu próprio país.

A Assembleia Geral da ONU, entretanto, não tem poder real. Funciona sobretudo como caixa de ressonância para desabafos de pequenos países. O Conselho de Segurança, órgão executivo, foi instrumentalizado e cumpre hoje, no fundamental, a função de canal e alavanca de estratégias definidas em Washington.

As suas hesitações no auge de crises graves têm sido frequentes, mas não invadiam a situação de dependência a que o reduziram. Elas traduzem sobretudo contradições de interesses

entre os EUA e os seus aliados, como ocorreu nos últimos anos no tocante e os conflitos na ex-Jugoslávia e também contradições emergentes da própria sociedade norte-americana.

Neste panorama de submissão notória à vontade imperial dos EUA, a gestão de Boutros-Boutros Ghali ficará assinalada na história por uma inflexão decisiva. O actual secretário-geral da ONU tomou desde o início do seu mandato posições que vieram facilitar o desenvolvimento da nova estratégia de dominação mundial dos EUA. Citarei nomeadamente a tão louvada Agenda para a Paz e a sua defesa do chamado direito de ingerência.

A tese da diplomacia preventiva, inatacável na formulação teórica, serviu como lince da Agenda para a Paz, ou seja, de suporte para uma política de intervenções militares contrária ao espírito da Carta. Na prática, quem decide quando e onde *intervir* são sempre os membros permanentes do Conselho de Segurança, mais exactamente os EUA e os seus aliados europeus. As intervenções supostamente humanitárias ou alegadamente aprovadas para restabelecer a democracia e a paz têm sido impostas por Washington com o apoio da França e do Reino Unido e o consentimento, por vezes reticente, da Rússia.

Acções ilegítimas

Quando os EUA tomam iniciativas unilaterais sem debate prévio, alargado, obtêm — com maior ou menor dificuldade — a cobertura institucional para acções ilegítimas através de Resoluções do Conselho de Segurança (Somália e Haiti, zonas de exclusão, etc.) ou ignoram simplesmente as Nações Unidas, como aconteceu com a intervenção-pirata no Panamá.

Na Somália, as coisas correram especialmente mal, gerando no Pentágono uma síndrome que reabriu a memória da derrota no Vietname. Uma operação apresentada como cruzada humanitária evoluiu rapidamente para uma mini-guerra colonial de tipo clássico. Perante o malogro do projecto, quando os caixões com soldados norte-americanos principiaram a chegar, o Presidente Clinton atirou as culpas do desastre sobre as Nações Unidas, não obstante esta se haver limitado a dar o aval a tudo o que fora decidido e executado pelo alto comando norte-americano.

Quando Resoluções não cumpridas do Conselho de Segurança são olhadas pelos EUA como fonte de situações embaraçosas para a sua estratégia, o secretário-geral adopta uma atitude invariavelmente ambígua. Recordo as Resoluções relativas a Timor-Leste e o mesmo se pode dizer das questões que envolvem as acções criminosas da Turquia no Norte do Iraque.

É, entretanto, a situação criada no território da ex-Jugoslávia que melhor clarifica a actual instrumentalização das Nações Unidas.

O Conselho de Segurança assumiu, desde o início da desagregação da antiga Federação, incentivada pela Alemanha, um papel de cumplicidade com as políticas intervencionistas. A cumplicidade acentuou-se quando a Cimeira da Aliança Atlântica, em Bruxelas, tomou a decisão de abrir a porta aos *air strikes*, ou seja, aos bombardeamentos aéreos contra os Sérvios da Bósnia. Não obstante a ostensiva intervenção militar da NATO no conflito ser violadora do Direito Internacional e dos estatutos da própria Organização, o Conselho de Segurança aprovou.

Na Primavera passada, quando a Administração Clinton, apoiando e armando ostensivamente as forças da Croácia e do governo de Sarajevo, decidiu impor na Região a *Pax Americana*, o secretário-geral Boutros-Boutros Ghali alinhou sem reservas com a estratégia dos EUA. Um acordo secreto entre



instrumentalização

a ONU e a NATO – muito comentado pela imprensa internacional – precedeu a maciça intervenção dos aviões da Aliança Atlântica e da Força de Reação Rápida. O pretexto para esses bombardeamentos, que fizeram grande número de vítimas, foi um relatório assinado pelo general Rupert Smith, da Forpronu, com base num inquérito-fantasma que nenhum outro oficial pôde acompanhar.

Na Bósnia, os EUA, mais uma vez, fizeram a demonstração prática do papel subalterno que as Nações Unidas devem cumprir no âmbito da sua estratégia de *leadership* mundial. Os EUA não aceitam que as tropas norte-americanas a serem enviadas para a Bósnia sejam colocadas sob comando das Nações Unidas. Exigem que a futura força multinacional prevista pelos acordos impostos em Washington dependa exclusivamente do alto comando da NATO. Por outras palavras: o comando será do Pentágono.

Os interesses da América

Estamos perante mais um exemplo expressivo da aplicação da doutrina sintetizada por Anthony Lake, assessor de

A entrada da Alemanha e do Japão como membros permanentes do Conselho de Segurança e a eventual admissão da Índia, do Brasil e de um país africano não serão determinantes para alterar a situação de instrumentalização hoje existente.

As grandes opções definidas por Boutros-Boutros Ghali nos seus últimos discursos são preocupantes. Os objectivos prioritários da estratégia adoptada apontam para a subalternização das Nações Unidas num mundo unipolar como facto consumado. A retórica do discurso humanista não esconde que as Nações Unidas, pela palavra do seu secretário-geral, aderem passivamente às soluções preconizadas pelo sistema imperial que hoje, pelas armas e pelo dinheiro, impõe a sua vontade à Humanidade.

O secretário-geral reconhece e lembra que um fosso cada vez maior separa na Terra os ricos dos pobres, as nações industrializadas — aliás recheadas de ilhas de pobreza — das não desenvolvidas. Mas a estratégia sugerida pelas Nações Unidas para reduzir distâncias é a do G-7, isto é, a dos Estados com maior responsabilidade na situação criada. O remédio proposto é, registe-se o absurdo, a liberalização total das economias dependentes.

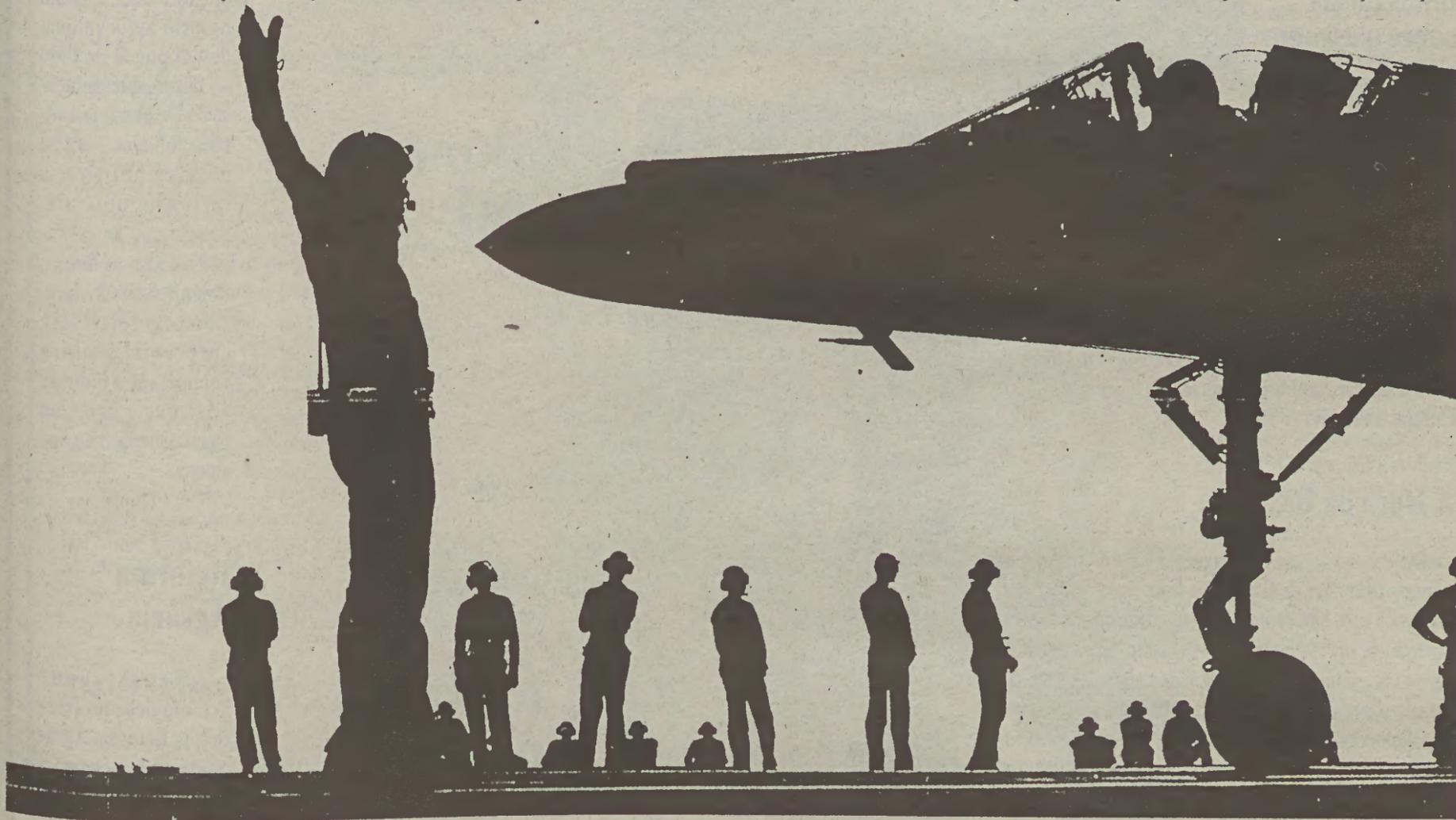
tos externos e internos dos processos desencadeados pela sua estratégia.

O sistema de valores edificado após a II Guerra Mundial ruiu. A religião do mercado sobrepôs-se aos Estados e aos governos que os dirigem. Não conhece fronteiras, não respeita leis nem princípios éticos. A sua lógica promove o desemprego, a miséria, ameaça o ambiente.

Não sou pessimista. Apenas realista. Sinto como dever denunciar a monstruosa aberração de um sistema de relações planetário cuja lógica subalterniza a produção e abriu prioridade absoluta ao jogo do dinheiro. Um sistema no qual as transacções nos mercados financeiros representam hoje cinquenta vezes, repito, cinquenta vezes o valor das trocas comerciais em todo o mundo.

Insisto. Não será com reformas cosméticas e com o simples alargamento do Conselho de Segurança e o reforço dos poderes do secretário-geral que as Nações Unidas poderão cumprir o papel que a sua Carta lhes aponta.

O princípio da igualdade soberana de todos os seus membros — eram 51 e são hoje 252 — era sem dúvida utópico. Mas, de perversão em perversão, chegou-se a uma situação em que a



Clinton para as questões de segurança nacional. Cito: «um só factor deve determinar a natureza multilateral ou unilateral da acção dos EUA: os interesses da América. Deveremos agir no plano multilateral quando isso sirva os nossos interesses e deveremos actuar unilateralmente quando isso corresponda ao nosso desígnio».

Eu estava em Nova Iorque, no final de Agosto, quando o secretário-geral das Nações Unidas fez o elogio entusiástico da intervenção maciça da NATO na Bósnia. Ouvi-lhe um discurso decepcionante no hemicírculo da Assembleia Geral em que se absteve de formular a mais leve crítica aos ensaios nucleares franceses e chineses. Defendeu, então, a reforma do Conselho de Segurança, de modo a fazer dele um órgão mais representativo, democrático e límpido.

Sou, obviamente, como centenas de milhões de outros habitantes do nosso planeta, favorável a uma reforma profunda das Nações Unidas que possa restituir à Organização o prestígio perdido e permitir-lhe desempenhar o papel para que foi criada.

A reforma que está a ser cozinhada é, entretanto, de fachada. Cosmética.

A religião do mercado

Creio de pouca utilidade comentar a chocante evolução das Nações Unidas sem a relacionar com a acção do poder económico não visível que condiciona o seu próprio papel instrumental. Refiro-me concretamente ao mercado de que tanto se fala, o mercado na sua versão ultraliberal, erigido em religião das sociedades e indivíduos.

A ideologia do progresso, que marcou o rumo da Humanidade nos últimos séculos, foi substituída pela ideologia da comunicação. E esta, controlada pelas transnacionais, está ao serviço da ideologia do dinheiro.

Desviadas dos grandes objectivos da sua Carta, as Nações Unidas foram hoje colocadas ao serviço dos interesses e do projecto egoísta daqueles que controlam o saber e poder.

A desordem económica e política que alastrou com a unipolaridade limita pelo seu lado, dialecticamente, a capacidade de decisão do poder imperial dos EUA e, o que não é menos grave, a sua capacidade de avaliar e entender os efei-

ONU foi transformada em instrumento da ambição imperial dos EUA e de uma política de globalização irracional que diviniza o mercado.

Que fazer? Obviamente que não pretendo ter resposta para a questão. As Nações Unidas, como lembrou Pizarat Correia, são indispensáveis. Confio no Homem. Nas situações mais angustiantes e desesperadas, ele tem conseguido encontrar sempre uma saída, sem renegar valores e princípios inerentes à sua condição.

A História ensina que o poder dos impérios e os sistemas de dominação por eles gerados é efémero. Os povos e os indivíduos, esses, transformam-se na busca de novos rumos, mas continuam. Os impérios acabam.

As palavras comovidas e sofridas que hoje aqui ouvimos de Diogo Pinto, o presidente do Conselho Nacional da Juventude, ao relatar-nos a experiência que viveu em Moçambique, confirmam que a esperança de mudar o mundo se renova entre a juventude de geração para geração. Confie-mos.

Livros & Publicações

Ensaio sobre a Cegueira

Mais um título — um romance — a acrescentar à importante obra de José Saramago. De novo um tema moral — quase uma parábola, quase mesmo um ensaio ficcionado, sobre a cegueira que se apodera do mundo. Desta vez o autor não foi buscar um tempo histórico para mais facilmente dizer o que diz. Usa o presente, também ele um tempo histórico, para reflectir, através da ficção, e nos dar a reflectir o mundo que se vive e que por vezes cega. Na abertura, um conselho — «Se podes olhar, vê. Se poder ver, repara». Um romance para ler com olhos de ver. Da **Caminho, no Campo da Palavra**, em 40 mil exemplares, para já.

Era bom que trocássemos umas ideias sobre o assunto

Um título convidativo de Mário de Carvalho que, desta vez, afastando-se das saborosas novelas em que o irreal se mistura a cada passo com os passos das personagens, cai no «real». Quer dizer, pega em personagens e situações de um quotidiano que nem toda a gente conhece, e conta uma história que nem toda a gente vive e, vivendo-a, nem todos a vivem assim. Alguns leitores achariam mesmo que seria «bom que trocássemos» com o autor «algumas ideias sobre o assunto». O que decerto é uma das melhores razões para se ler um romance. Da **Caminho, no Campo da Palavra**.

A Hora da Incerteza

De Urbano Tavares Rodrigues, mais um romance a somar a uma obra de ficção que teve o seu começo no início dos anos cinquenta, e cuja voz, transformada pela experiência mas sempre com os mesmos fios condutores do encantamento perante a vida e da solidariedade perante o mundo, se relê com o gostos dos reencontros significativos. «Como posso eu ser tão céptico e tão apaixonado?», pergunta o narrador, como se o autor subisse à boca dessa personagem que conta a história. Uma história de amor, pois. Como Urbano nos tem habituado. Editada pelas **Publicações Europa-América**, no 50º aniversário da casa.

A Praia da Memória

Escrito no Alentejo, acreditamos nós, este livro de contos de Miguel Serrano, cuja prosa rica e inquieta conhecemos de há muito. Mas não são narrativa de além-Tejo apenas, o livro começa por uma série de contos «urbanos», passa para os «contos da planície», termina pelos «contos com animais», em que se fala, sempre, de pessoas. Uma voz que a editora **Escritor** traz a público, num belo volume com uma capa sobre um quadro de Gil Teixeira Lopes.

Da mesma editora, as recentes edições dos contos de Leonilde Leal, «Dissâmara» e do romance pícaro de Luís Cajão, «A Fortuna do Padre Torres».

30 Anos de Poesia

Comemorando os 30 anos da publicação de «A Praça da Canção», a **Dom Quixote** abalan-

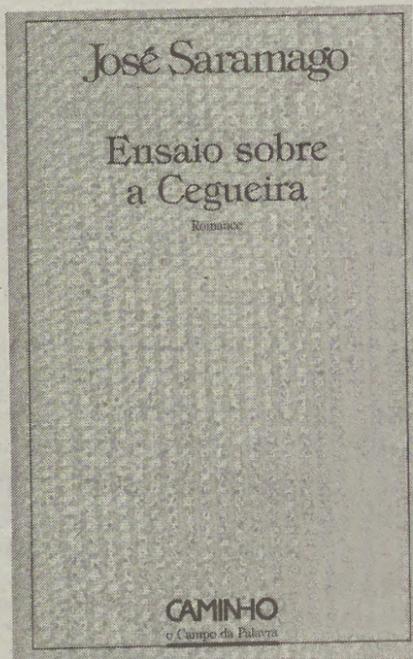
çou-se, e em boa hora o fez, na publicação da **Obra Poética Completa** de Manuel Alegre. Trata-se, é claro, de um nome político, de uma voz política. Mas que abrange mais, como todas as vozes poéticas, do que a sua voz cívica diz. Embora à boca do poeta, ao limiar da sua voz, suba sempre a palavra lutadora pelas liberdades — e nela nos revemos e nos relembramos. Uma sóbria edição, com prefácio de Eduardo Lourenço.

Civismo e Rebelião

A **Europa-América** publicou recentemente dois livros com a assinatura de António de Almeida Santos, o socialista que há pouco viu a sua carreira coroada com a eleição para a Presidência da Assembleia da República. O livro em epígrafe trata, como o próprio autor indica, de um pouco de tudo — desde apresentações de livros a intervenções políticas. Mas é a palavra política, a reflexão política, aquela que se sobrepõe a todas as outras. Polémico, pois claro. Como polémico se apresenta o outro volume, sob o título de «Até que a Pena me Doa». Que lhe não doa a pena...

Reforma Agrária

«Reportagens Sociológicas no Interior da Reforma Agrária», assim se chama o trabalho de Zillah Branco, a nossa colaboradora, que desde há muito conhece, acompanhou e escreveu sobre o tema, numa «época de participação transformada em utopia». Com um prefácio do camarada José Soeiro, que viveu por dentro a saga revolucionária de uma das mais importantes conquistas de Abril. Uma edição da **Associação dos Municípios do Distrito de Beja**.



Manuel Alegre

30 Anos de Poesia

Prefácio de Eduardo Lourenço

Publicações Dom Quixote

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS

CIVISMO E REBELIÃO

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS

Até que a pena me doa...

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA



Luís Cajão
A FORTUNA DO PADRE TORRES
ROMANCE PÍCARO



Escritor



Leonilde Leal
DISSÂMARA

Escritor

Viagens em
InglaterraO inimigo
interno■ Manoel
de Lencastre

Recentemente publicado, o livro «The Enemy Within» (O Inimigo Interno – A Guerra contra os Mineiros), da autoria de Seumas Milne, examina a histórica greve dos mineiros britânicos, em 1984-85, e os assombrosos acontecimentos que levaram à sua conclusão. Este livro é de tal importância que a sua publicação teve de ser repetidamente adiada devido à necessidade absoluta de análises e pareceres quanto ao seu escaldante conteúdo por parte de advogados especializados no campo das acções judiciais por «libel» (difamação).

Mas o combate, a terrível vingança dos «tories», de toda a reacção na Grã-Bretanha, do imperialismo, contra os mineiros do (N.U.M.), hoje um pequeno sindicato abrangendo cerca de 25 000 trabalhadores apenas, não cessa. Recentemente, numa consulta aos seus filiados, o sindicato registou uma votação de 83,4% a favor de uma declaração de greve pelo aumento dos salários. Mas os «lords»-juizes Henry e Pill, e a «lady»-juíza Butler-Sloss, decidiram que a greve seria ilegal porque os dirigentes sindicais haviam projectado o seu início um segundo mais tarde do que seria admissível, nos termos da lei. Por outras palavras: a greve, para ser autorizada pelo tribunal, teria de estar oficialmente declarada um segundo antes da meia-noite no dia para que estava marcado o seu começo – não, à meia-noite precisa, o que já constituía um crime, segundo o juízo dos juizes e da juíza.

E a «lady»-juíza, Butler-Sloss, disse tudo, afinal, numa pequena frase:

«Se tivéssemos autorizado a greve à meia-noite, toda a gente nos consideraria como se vivéssemos num país de cucos.»

Mas é isso, exactamente, que acontece. Estas pessoas não vivem no país real. Vivem, como a juíza teve medo de admitir, num verdadeiro país de cucos. É isto uma democracia?

Em plena «season»

Um dos mais notáveis êxitos de produção da TV britânica (BBC 1) foi a série «Orgulho e Preconceito», recentemente terminada, que se baseia, como é evidente, no conhecido romance de Jane Austen. Através das excelentes cenas filmadas, sentimo-nos transportados a algumas realidades da época que a autora toca – à Inglaterra rural do Hertfordshire, a um mundo de «gentlemen», «squires» e de uma aristocracia de princípios e métodos draconianos servida por pequenas multidões de criados, tudo envolto na atmosfera do país imperial.

Ao contrário das classes dirigentes francesas que tendiam a instalar-se em Paris, os poderosos de Inglaterra concentravam-se nas províncias e, especialmente, nos «shires» ou «home counties» (distritos mais chegados a Londres). Só visitavam a capital em ocasiões específicas. Mas a vida real não era bem aquela que o produtor da série, Andrew Davies, pretendeu mostrar. A existência mesmo das filhas de um «country gentleman» não podia ter sido tão confortável, fácil e simples. Lydia e Wickham, casaram, evidentemente. Bingley e Jane, também. Elizabeth confrontou Lady Catherine, corajosamente, acabou por casar com Darcy. Tudo extremamente bem realizado. O que nunca se viu foram os

bastidores de uma sociedade que sofria o peso da mais tirânica e rígida separação de classes sociais. Viu-se uma certa Inglaterra, aquela que é mais agradável ao sentir des-cuidado do grande público (quase 10 milhões de telespectadores). Mas, evidentemente, Jane Austen não é Charles Dickens. E muito menos o é Andrew Davies.

Entrámos, portanto, na época dos grandes espectáculos e dos acontecimentos de «época», em Londres. As nossas férias portuguesas e algarvias

e aqui é que reside a excepção, o homem, antes de desaparecer algures no Canadá, teve o decente cuidado de liquidar todas as dívidas do clube. Um caso único.

Ilusão do Império

Vamos testemunhar o regresso do Império. Pelo menos, alguns aspectos da sua atmosfera mais grandiosa. Foi bonito ver as mais altas patentes da «Royal Navy» darem início às comemorações do bicentenário da morte do almirante Néelson, em Portsmouth, a bordo do «Victory». As celebrações vão prolongar-se ao longo de dez anos (1) e as grandes batalhas serão feitas regressar ao imaginário do povo britânico — São Vicente será recordada em 1997, a batalha do Nilo (Aboukir), em 1998, o bárbaro bombardeamento de Copenhague, em 2001, Trafalgar, em 2005.

Para quem se ache familiarizado com a História de Inglaterra e a do império, devemos esclarecer que a acção militar-naval de Horatio Nelson esteve na base da reconstrução imperial que parecia menos possível depois da perda das colónias americanas. Nelson e a esquadra sob o seu comando protegeram as ilhas britânicas do terrível perigo representado pelo império do mal de então, a França napoleónica. Foi Nelson o defensor máximo deste país nos gravíssimos dias do «grande medo», quando começavam a tomar-se medidas concretas para fazer frente à projectada invasão dos exércitos de Napoleão.

Pitt, o segundo, filho do grande Chatham, era primeiro-ministro. A Inglaterra vivia horas de pavor. E Londres transformara-se num centro de pilotos, espões, contrabandistas e capitães do mar, todos procurando trazer a Pitt as últimas notícias da invasão que, evidentemente, nunca se materializou. O jornal «Morning Post» publicava os mais alarmantes despachos, diariamente. Viviam-se dias indecisos. O Tamisa achava-se coalhado de navios e marinheiros. Soldados, espalhavam-se por St. James e Hyde Park. Piccadilly, Drury Lane, o Strand, eram centros de vida nocturna onde Londres mostrava muitas das suas maiores feridas.

Os feroces almirantes Cornwallis, Cotton, Nelson, Collingwood, Hardy venceriam a esquadra francesa da qual Napoleão, aliás, desconfiava. A 10 de Março de 1805, Nelson, em perseguição a Villeneuve, o principal almirante operacional francês, aportou a Lagos. Tinha dois problemas: não conhecia a rota do inimigo que navegava para as Antilhas, e necessitava abastecer-se de água. Exigiu o respectivo fornecimento ao comando naval português. Mas este apenas

aceitou fornecer água para beber. Então, o coração de pirata e o espírito intolerante e vingativo do almirante Nelson, revelou-se.

«Quando se viu alguém dizer aos ingleses: ou bebem água, ou lavam as camisas. Quando se viu um oficial português ameaçar abrir fogo perante a sugestão britânica de ir a terra buscar água?», perguntou, rancorosamente.

Às 11.25 horas da manhã de 21 de Outubro de 1805, yma segunda-feira, a mensagem histórica foi assinalada de bordo do «Victory»: «A Inglaterra espera que cada um cumpra o seu dever.» Isto, era ao largo do cabo de Trafalgar onde se produziu a mais sangüinária e cruel batalha daquela época. O resultado deixou a Grã-Bretanha no domínio dos mares e, conseqüentemente, em posição de alargar o seu poderio através do mundo e construir o segundo império.



(há três meses, apenas) já se distanciam tão terrivelmente no tempo e parece, na verdade, que nunca existiram – Algez, Armção de Pêra, Ferreiras, a histórica Silves, onde estais?

Na «Royal Opera» de Covent Garden, apresentam a «Tosca» e o «Gotterdammerung»; na «English National Opera» (todas as produções cantadas em inglês) levam à cena o «Cosi fan Tutte» e a «Carmen». No «Royal Ballet» de Covent Garden, exhibe-se o «Swan Lake». Todos os dias encerram empresas. Mas o governo produz estatísticas segundo as quais o desemprego diminui a olhos vistos. Um guarda-redes famoso foi arrastado à reunião de credores por não pagar as suas múltiplas dívidas contraídas devido a mal sucedidos negócios em propriedades e cavalos. Ao contrário, o presidente de um clube de futebol escocês fugiu e desde há um ano que ninguém consegue pôr-lhe a vista em cima. Mas,

Orçamento Comunitário ameaça Fundos Estruturais

O Orçamento das Comunidades vai ser o grande tema da sessão plenária de Dezembro do Parlamento Europeu, que o apreciará em segunda leitura, antes da votação final. O debate do projecto começou em Outubro no plenário de Estrasburgo, com os eurodeputados a aprovarem mais de um milhar de propostas de alteração, e muita polémica em torno das opções políticas, económicas e financeiras do Conselho de Ministros dos Quinze e respectivas consequências para os países da União. Intervenientes activos neste processo, os eurodeputados comunistas Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo falaram ao "Avante!" sobre as principais questões em análise, em que uma vez mais estão em causa interesses vitais para Portugal, designadamente no que se refere aos Fundos Estruturais. Uma oportunidade também para denunciar o sistemático silenciamento de que os deputados comunistas são alvo por parte da generalidade dos órgãos de informação portugueses, mesmo quando, como é o caso, Joaquim Miranda é um dos relatores da Comissão de Orçamentos e as suas propostas de rigor, contenção e justiça em relação às despesas administrativas reuniram tal consenso que se prevê - caso inédito no PE - a sua aprovação final sem mais debate na segunda leitura.

Na proposta de Orçamento em debate fala-se muito de política de rigor e já há quem afirme que está em curso uma "guerra" Norte-Sul que poderá pôr em causa os Fundos Estruturais. Em Portugal, onde mal chega o eco da actividade dos deputados comunistas, a situação tem passado quase despercebida. Afinal, o que é que se passa?

Joaquim Miranda - Nós saímos de um processo que me parece particularmente interessante; nos últimos meses, dois deputados comunistas tiveram funções extremamente importantes no Parlamento Europeu: Sérgio Ribeiro, que enquanto Questor assumiu a presidência do

momento, estamos a falar de 1,189 por cento, quando até 1999 devíamos chegar a 1,22 e quando o "Pacote Delors II" ia até 1,27 por cento. Estes números são elucidativos do espírito prevalecente na construção desta União Europeia.

JM - Exacto. Isto quer dizer que também aqui se está a verificar a tal contenção orçamental, com reflexos negativos para os países do Sul.

Uma segunda questão de fundo respeita às despesas agrícolas - FEOGA-Garantia - que particularmente interessam aos países do Norte e que sobem neste Orçamento cerca de 10,6 por cento; as despesas com os Fundos Estruturais, que interessam sobretudo aos países do Sul,

sobem apenas 10,4 por cento. Ou seja, as despesas com os países do Norte - e sublinho que as despesas do FEOGA-Garantia estão perto dos 50 por cento do total do Orçamento -, têm uma evolução mais rápida do que os Fundos Estruturais.

Foi por essa razão que o ex-ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, falou de "grande injustiça no orçamento agrícola"?

JM - Não, não. Arlindo Cunha foi relator de parecer da Comissão de Agricultura para este processo orçamental e, na minha opinião e no que respeita aos interesses de Portugal, foi um mau relator, porque teve como principal preocupação o reforço das despesas agrícolas, esquecendo que ao aumentar essas despesas estava a aumentar a transferência de verbas para os países do Norte.

É importante esclarecer que nós defendemos também mais apoios para a nossa agricultura, mas tendo presente os esquemas existentes em termos comunitários, as regras que estão definidas, o que nós sabemos em termos práticos é que quanto mais verbas vão para o FEOGA-Garantia mais se verifica transferência de verbas para o Norte e não para o Sul. Por isso é que nos interessa muito mais reforçar as categorias orçamentais particularmente vocacionadas para o Sul.

Enquanto Arlindo Cunha se insurge contra este Orçamento dizendo que há poucas verbas para a Agricultura, eu considero, pelo contrário, que houve uma subida dessas verbas demasiadamente elevada relativamente às restantes despesas e, em particular, aos Fundos Estruturais.

Um terceiro aspecto que me parece importante salientar, este marcadamente no âmbito do Parlamento, e que julgo ser a nota mais negativa desde processo orçamental até ao momento, respeita às diferentes tentativas que houve no sentido de criar um clima de suspensão em relação aos Fundos Estruturais.

Estás a referir-te aos escândalos na aplicação desses Fundos? JM - Não propriamente. É claro que nós somos os primeiros a denunciar e a criticar a forma como os Fundos Estruturais são aplicados, nomeadamente em Portugal, mas estamos conscientes de que, quando essas críticas surgem no PE, vindas de deputados dos países do Norte - ingleses, alemães, entre outros -, o que se pretende não é, como nós desejaríamos, uma melhoria da aplicação desses Fundos, mas pô-los em causa - Joaquim Miranda

vinda da Comissão de Ambiente, veiculada por um deputado alemão, foi ao ponto de sugerir que 50 por cento dessas verbas fossem colocadas em "reserva".

É de sublinhar que fomos nós, os deputados comunistas, a estancar este processo. Se algo ficou ainda de negativo nesta primeira leitura do Orçamento no Parlamento, a verdade é que esta tentativa de colocar parte das verbas dos Fundos Estruturais em "reserva" não vingou pela nossa intervenção, primeiro na reunião de coordenadores da Comissão de Orçamento e depois na própria reunião da Comissão de Orçamento.

O perigo de tal vir a suceder está então afastado? JM - Julgo que esta operação não vai parar por aqui; comportamentos de alguns comissários, o próprio relatório que está para surgir do Tribunal de Contas relacionado com a aplicação dos Fundos Estruturais, são elementos indiciadores de que há toda uma campanha orientada contra estes Fundos com os objectivos que já referi.

SR - Esta campanha tem ainda outras manifestações, que se tornaram mais visíveis no processo orçamental, mas que se revelaram igualmente em audições feitas noutras comissões, com o pretexto de serem audições contra a fraude e com a mesma intenção de dizer que os Fundos transferidos são aplicados de forma fraudulenta. Como princípio, nós estamos inteiramente de acordo que isto seja discutido e verificado, que haja efectiva luta contra a fraude, mas já não podemos estar de acordo com as perversas intenções que estão por detrás deste processo. Não é certamente por acaso que o Grupo do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformadores (em que se integra o PSD) agenda para 8 de Novembro, em Bruxelas, uma reunião sobre o tema, em que curiosamente não está prevista a presença de deputados portugueses. Resta saber se por desinteresse ou por desconhecimento...

Mas há ou não necessidade de tomar medidas contra a fraude?

JM - Há necessidade de tomar medidas contra a fraude, mas a todos os níveis, como nós temos insistido na Comissão de Orçamento. Há fraudes nas despesas agrícolas, nas chamadas políticas internas, na chamada cooperação, enfim, a todos os níveis. Nós estamos completamente disponíveis e interessados em que exista um efectivo combate à fraude, mas o que acontece é que as intenções que apareceram neste processo foram, de uma forma dominante, no contexto dos Fundos Estruturais. Porque vemos surgirem posicionamentos no mesmo sentido, de diversas origens, e sempre do mesmo tipo de deputados ou de agentes comunitários - sempre do Norte -, somos levados a crer que o que está em causa não é o desejo de combater a fraude, mas muito mais o de pôr em causa os Fundos Estruturais e as transferências comunitárias para os países da coesão.

Nós tivemos ocasião de dizer, aliás, que neste processo, que é muito mais global e não se limita a uma questão financeira, importa ter em conta outros aspectos. Por exemplo, Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda, são beneficiários dos fundos comunitários, como os outros países também são, e porventura até ainda mais, já que ganham com a abertura de mercados, com a colocação dos seus produtos, etc. Por isso é que os Fundos Estruturais não são tanto uma medida de solidariedade com vista ao desenvolvimento mais acelerado dos países do Sul, mas mais medidas de compensação relativamente quer à abertura de mercados, quer ao processo para a moeda única e dos chamados critérios de convergência.

Chamámos a atenção para que tudo isto tem de estar interligado e para que não haja aqui a ideia, como se quer fazer crer, nomeadamente no PE, de que a situação se pode resumir a qualquer coisa do género de "nós estamos a dar-vos dinheiro e vocês estão a aplicá-lo mal". Isto não pode ser visto assim, até porque as vantagens são porventura maiores para os países que fazem as transferências para o Sul.

A ir para a frente essa redução dos Fundos Estruturais não se torna mais

Mesa-redonda com Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo

Texto
Anabela Fino

Fotos
Jorge Caria

difficil alcançar os critérios de convergência definidos para a moeda única? Parece-me uma medida contraditória...

SR - A vida e esta sociedade são feitas de contradições, mas o que se passa é exactamente o contrário. Cada vez se liga mais a transferência de fundos ao cumprimento de condições ligadas a uma estratégia que impõe os critérios nominativos.

A contradição que refere está na imposição de uma política, mesmo que os resultados não venham a ser alcançados. Quando se diz que é fundamental que todos os países atinjam 3 por cento de défice de orçamento, como máximo, sabe-se que tal não vai acontecer, e no entanto impõe-se esta norma. Quando, por exemplo, em relação ao Fundo de Coesão, se diz que para ele continuar deve estar ligado a estes critérios, particularmente o que se chama "os défices excessivos", está a dizer-se que os países, mesmo que não atinjam esses objectivos, têm de cumprir este tipo de política, ou seja, seguir políticas anti-sociais, de diminuição da intervenção do Estado na economia no sentido de corrigir desequilíbrios sociais, etc., que é a política que serve as transnacionais.

Ainda em relação aos Fundos Estruturais, e no caso de Portugal, poderiam ter tido um efeito fundamentalmente benéfico para os outros países, como o Miranda muito bem disse, na medida em que nos abriam vias de comunicação rodoviária, enquanto destruíram o aparelho produtivo. Agora, que as vias estão abertas e vêm lá de fora os produtos que aqui já não se produzem, começam a ter menos interesse os Fundos Estruturais...

JM - Os exemplos de destruição do nosso aparelho de produção são múltiplos, e estão em marcha processos particularmente lesivos para a nossa economia; estou a pensar nas pescas, no tomate, ainda nos têxteis, etc.

Honório Novo - Gostaria de retomar a questão do Orçamento, mas numa perspectiva completamente diferente, que pode ajudar os leitores a avaliar a veracidade e pluralidade da informação que diariamente chega ao país a partir de Estrasburgo. Provavelmente, os dois relatórios a que nos referimos - o do conservador inglês Elles e o do nosso camarada Joaquim Miranda -, são relatórios "topo de carreira" no currículo de qualquer deputado. Pois apesar de um deles ter sido elaborado por um comunista português, de após a sua votação ter sido realizada uma conferência de imprensa em que para além dos dois relatores esteve presente o presidente da Comissão de Orçamentos, apesar de nessa conferência de imprensa terem estado presentes mais de 50 jornalistas dos mais diversos países, que é certo é que nessa conferência de imprensa - tanto quanto nos apercebemos - não esteve um único jornalista português. Se vímos a divulgação que os órgãos de comunicação social fizeram sobre o Orçamento, penso que toda a gente reconhecerá intervenções marginais de dois deputados de outros partidos e um completo silenciamento sobre a intervenção do Miranda que, como não podia deixar de ser, foi determinante em todo este processo.

SR - Já agora, a título de curiosidade, posso dizer que no regresso a Portugal tive oportunidade de ler vários jornais franceses, entre Estrasburgo e Paris, que falavam do relator português, comunista, Joa-

quim Miranda. Depois, entre Paris e Lisboa, tive acesso a jornais portugueses, e aí não se falava do relator português... Devo acrescentar que os jornais franceses não costumam ser muito pródigos em notícias sobre o Parlamento Europeu ou sobre o que se passa na Comunidade.

A Lusa, no entanto, fez pelo menos duas referências ao relator português...

SR - Que não foram aproveitadas pelos outros... HN - Voltando ao problema da destruição da nossa economia, vale a pena falar de um sector que tem estado em destaque nos últimos tempos, o sector das pescas, onde mais uma vez a nossa intervenção foi da maior importância.

Dois questões têm estado na ordem do dia. A primeira refere-se à definição e decisão de um apoio aos pescadores e armadores para compensar a paralisação da frota pesqueira resultante da cessação unilateral do acordo de pescas entre a União Europeia e o Reino de Marrocos. A nossa intervenção fez com que fosse aprovado no PE uma decisão do Conselho, no sentido de alargar no tempo e nos valores esse apoio ao sector pesqueiro, aumentando-o, tal como já havíamos defendido directamente junto da comissão Bonino, numa entrevista que tivemos com ela em Maio.

A segunda questão prende-se com as negociações deste acordo com o acordo mais global de associação comercial com Marrocos. Nesta matéria tivemos uma intervenção muito positiva,

A propósito da coesão económica e social, uma conceituada universidade inglesa afirmou ser ridículo falar de coesão com menos de 2 por cento do PIB comunitário. Neste momento, estamos a falar de 1,189 por cento, quando até 1999 devíamos chegar a 1,22 e quando o "Pacote Delors II" ia até 1,27 por cento. Estes números são elucidativos do espírito prevalecente na construção desta União Europeia - Sérgio Ribeiro

igualmente esquecida pelos órgãos de comunicação social portugueses, no sentido de impedir que a urgência na conclusão das negociações tivesse uma ligação directa com a concessão em matéria comercial mais geral ao Reino de Marrocos, com incidências muito graves em outros sectores também da pesca nacional, designadamente na pesca da sardinha e na indústria de conservas.

Fomos nós que tivemos a iniciativa de incluir uma emenda que ressaltasse estes aspectos, fomos nós que mantivemos uma ligação muito estreita quer com os sindicatos quer com as associações empresariais do sector, que nos fizeram chegar as suas posições. Foi com algum espanto que verificámos que os deputados socialistas votaram contra a proposta de resolução que procurava acautelar as incidências nestes sectores...

Mas a proposta acabou por ser aprovada... HN - Exactamente, apesar da oposição do grupo socialista. De referir, a propósito, que a posição do ministro Jaime Gama, no Conselho de Ministros dos Assuntos Gerais, já depois da sessão do PE, vem de certo modo ao encontro da nossa posição no Parlamento, o que aponta aparentemente para uma dessintonia entre a posição dos deputados socialistas no PE, que por vistos seguem o lobby espanhol de uma forma clara, e a posição do Governo.

Ainda em relação a esta matéria, e dado que pode haver desenvolvimentos na reunião agendada para 10 de Novembro, penso que qualquer decisão no acordo de pescas com Marrocos não pode, de forma alguma, condenar à morte os sectores portugueses da pesca da sardinha e das conservas. Se, durante dez anos, países como a Grécia, Itália, França, tiveram compensações indemnizatórias para as suas indústrias conservadoras pelo impacto da adesão de Portugal e Espanha, é lícito exigir que idênticas compensações sejam atribuídas a Portugal, por um longo período de tempo. Ao Governo caberá, naturalmente, uma grande firmeza na reunião de dia 10.

SR - Ainda sobre esta questão, é de referir a resposta da comissão Bonino a uma pergunta minha sobre a matéria. Textualmente, a comissão afirma que "os interesses da Comunidade não se confinam ao da indústria conservadora de um Estado-membro". Como é evidente, não é isso que está em causa. O que está em causa, é que os interesses da Comunidade não podem imolar uma indústria conservadora de um Estado-membro...

Voltando ao Orçamento, em que medida é que a proposta em debate reflecte as preocupações em relação aos problemas sociais, designadamente no que se refere ao combate ao desemprego e à pobreza?

E já agora, como é que a construção das redes trans-europeias, incluindo a auto-estrada Lisboa-Valladolid, constituem uma forma de combate ao desemprego?

JM - O Conselho Europeu de Essen é que decidiu, como instrumento de combate ao desemprego, aumentar as verbas para as trans-europeias. Podemos discutir se sim ou não esta medida pode ser um meio, mas o que importa salientar é que o aumento decidido, da ordem dos 50 milhões de Ecu, é manifestamente insuficiente e não é com ele que se combaterá o desemprego.

O desemprego decorre, obviamente, das próprias políticas, e só a alteração das políticas neoliberais em curso é que poderá determinar uma inversão da desastrosa situação em que nos encontramos, mas admitimos que algumas medidas podem ser tomadas no campo orçamental.

O aumento em relação às redes trans-europeias é insuficiente, mas isso não é ainda o mais grave. Definido o objectivo de combate ao desemprego por aquela via, o Conselho decidiu simultaneamente não aumentar o Orçamento comunitário, o que significa que este objectivo será prosseguido à custa de outros anteriormente definidos. Isto não podemos aceitar de maneira nenhuma.

Nesta matéria, concordamos plenamente com uma posição assumida pelo PE, enquanto instituição, de rejeitar esta ideia. Se há novos objectivos e deve haver - então devem ser disponibilizados novos meios. Pensamos que se trata de uma orientação correcta do PE, mes-

mo que a verba decidida seja manifestamente insuficiente; ao menos que seja dinheiro novo e não desviado de outros objectivos anteriormente definidos.

O Orçamento comunitário vai a segunda leitura no Parlamento Europeu na sessão plenária de Dezembro. Que perspectivas é que se pode ter sobre o que vai ser aprovado?

JM - Penso que não será um Orçamento positivo, particularmente para países como o nosso, o que vai ser aprovado. Algumas alterações positivas saídas da primeira leitura no PE, mesmo que aceites na segunda leitura pelo Conselho, não vão alterar radicalmente este Orçamento, nem torná-lo num instrumento capaz de dar resposta a questões de actualidade e acuidade como é o caso do desemprego.

Atendendo a que o PE só tem poderes para as Despesas Não Obrigatórias, a posição que vier a ser tomada em Dezembro é essencialmente uma posição política...

JM - É verdade. De resto, sendo verdade e não sendo de minimizar os poderes do Parlamento neste domínio, é igualmente verdade que o PE tem vindo a perder poderes em termos orçamentais. Por um lado, como decorre dos Tratados, o PE só pode interferir nas Despesas Não Obrigatórias, ou seja, em despesas como as do FEOGA não pode introduzir qualquer alteração; por outro lado, mesmo nas despesas em que pode interferir, fá-lo já muito limitado, uma vez que se trata de um orçamento de médio prazo cujas balizas estão previamente definidas. Acresce que os chamados Acordos Institucionais limitam igualmente a capacidade de intervenção do PE, o mesmo sucedendo com o Programa-Quadro (programas de médio prazo, com montantes previamente definidos). Tudo isto leva a que a margem de manobra do Parlamento seja limitada, com a sua importância, sem dúvida, mas sendo cada vez mais um processo político e menos um processo de efectiva intervenção e decisão.

Nós somos os primeiros a denunciar e a criticar a forma como os Fundos Estruturais são aplicados, nomeadamente em Portugal, mas estamos conscientes de que, quando essas críticas surgem no PE, vindas de deputados dos países do Norte - ingleses, alemães, entre outros -, o que se pretende não é, como nós desejaríamos, uma melhoria da aplicação desses Fundos, mas pô-los em causa - Joaquim Miranda

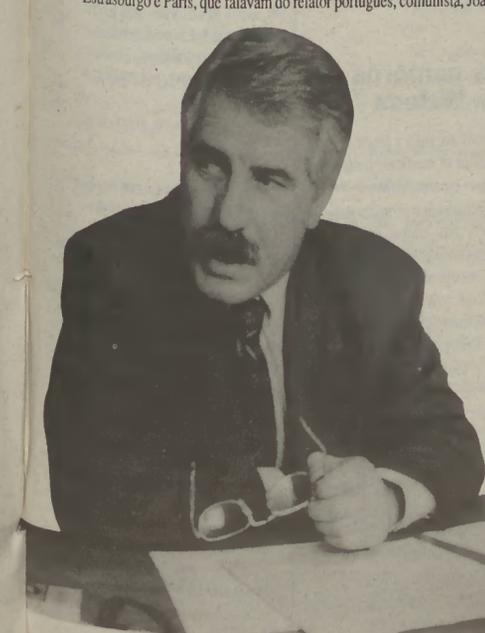
Colégio de Questores, e eu próprio, que tenho a responsabilidade de ser um dos relatores do Orçamento das Comunidades. Esta situação não tem sido suficientemente divulgada em Portugal, mas mostra que os comunistas contam, e contam designadamente no PE.

Em relação ao Orçamento, embora a minha responsabilidade seja particularmente no domínio das despesas administrativas, acompanhei também o conjunto global do mesmo e sobre esta matéria penso que é de sublinhar alguns aspectos.

Em primeiro lugar, a evolução deste Orçamento. No âmbito do que se costuma designar como "Perspectivas financeiras", ou seja, o quadro global de evolução que vai até 1999, constata-se que não alcança o nível de despesas definidas em Edimburgo. Em Edimburgo, apontou-se para uma evolução que ia até 1,22 por cento do PIB comunitário e neste momento, com este Orçamento, estamos apenas com 1,189 por cento do PIB comunitário...

Sérgio Ribeiro - E ia para 1,22 partindo de 1,20... Para se perceber a exiguidade desta verba, basta lembrar que, aquando do chamado "Pacote Delors I", a seguir ao Acto único, foram pedidos vários estudos a diferentes universidades e que, a propósito da coesão económica e social, uma conceituada universidade inglesa afirmou ser ridículo falar de coesão com menos de 2 por cento do PIB comunitário. Neste

Se, durante dez anos, países como a Grécia, Itália, França, tiveram compensações indemnizatórias para as suas indústrias conservadoras pelo impacto da adesão de Portugal e Espanha, é lícito exigir que idênticas compensações sejam atribuídas a Portugal, por um longo período de tempo. Ao Governo caberá, naturalmente, uma grande firmeza na reunião de dia 10 - Honório Novo



PONTOS CARDEAIS

O incoerente

«A mudança de Governo não contraria, só por si, a estabilidade. Mas a estabilidade na mudança é condição para a manutenção da confiança da própria comunidade nacional e internacional.»
Esta afirmação banal só tem importância por ter sido proferida por quem foi - nada menos que Cavaco Silva, o homem que há pouco mais de um mês ameaçava com o caos se o eleitorado afastasse o PSD do poder. Afinal, «a mudança de Governo não contraria, só por si, a estabilidade»... Mas não se ficou por aqui, o ex-primeiro-ministro. No seu novo afã de candidato presidencial, acrescentou à anterior incandescência: «o poder moderador que está pressuposto

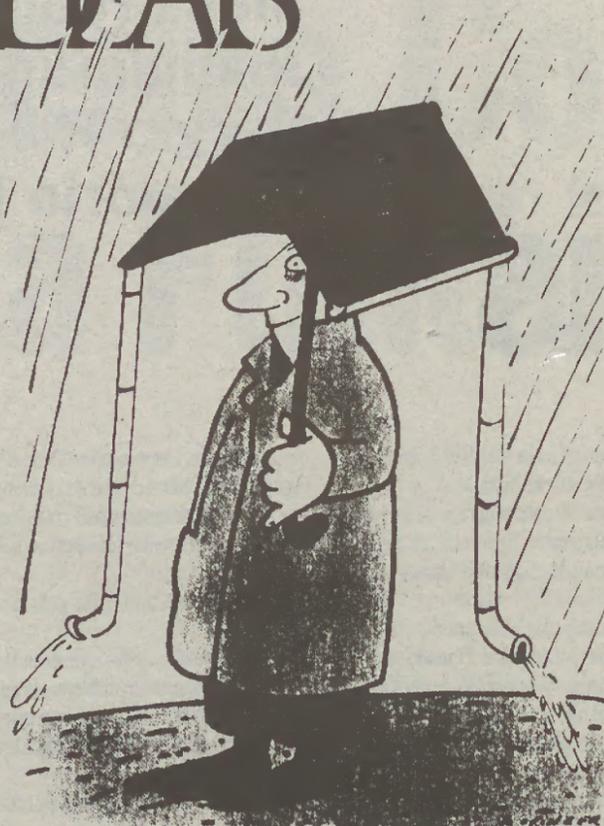
constitucionalmente no órgão unipessoal da soberania que é o Presidente da República, reveste-se de profundo relevo».

Isto dito por um homem que, durante o seu longo consulado de 10 anos como Primeiro-Ministro, não hesitou em afrontar o órgão Presidente da República, chegando ao cúmulo de o acusar de «força de bloqueio» só porque o seu titular usou, exactamente, o tal «poder moderador». Até aqui tivemos um político Cavaco Silva que, como primeiro-ministro, foi reaccionariamente autoritário mas, pelo menos, coerente tanto no reaccionarismo como no autoritarismo. Agora nem isso...

E quer este homem «representar todos os Portugueses» «em nome de Portugal».

O buraco

Segundo as últimas notícias, o competente Governo de Cavaco Silva, que o próprio sempre definiu como um executivo «rigoroso», «responsável» e ao abrigo de «soluções fáceis», deixou um «buraco» orçamental de qualquer coisa como 600 milhões de contos. Reparem que não são seis milhões de contos, que, enfim, não era grande coisa, em termos de Orçamento de Estado, nem 60 milhões, que já seria um bocado escandaloso. Não. O buraco é de seiscientos milhões de contos - até ver... - escavado só nos últimos tempos da governação cavaquista. A pouco e pouco, vai-se sabendo o enorme «buraco» em que o País se meteu, quando



manteve tal gente tanto tempo no poder.

PONTOS NATURAIS

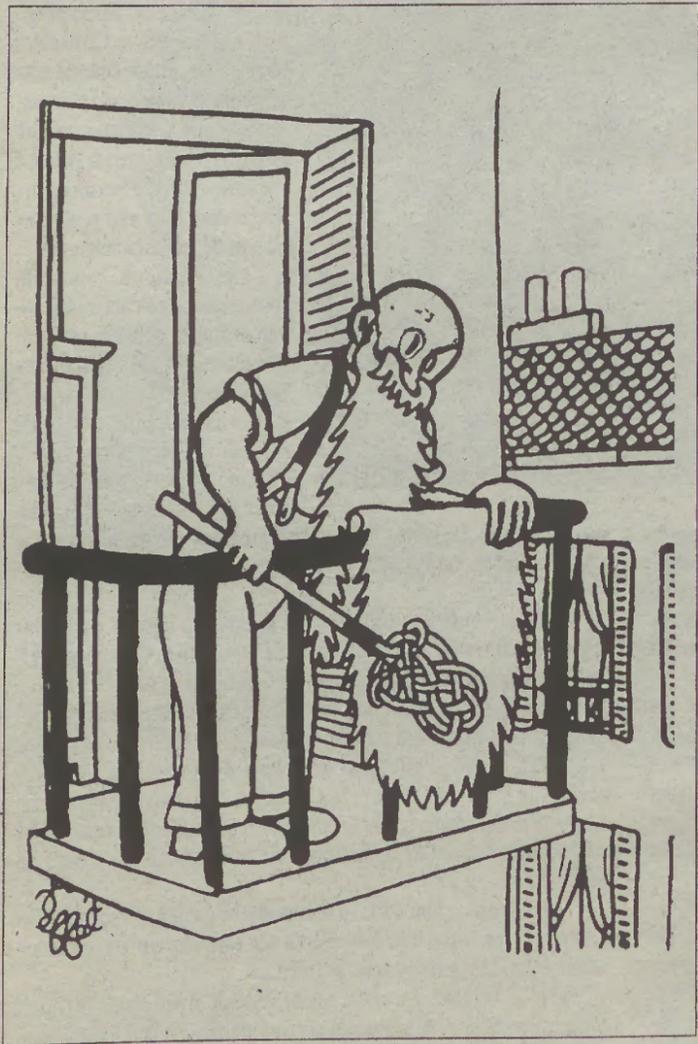
Do meu Diário

D. Dinis

Assim falou D. Dinis aos seus versos:

- Não temais pela vossa fragilidade. Meus castelos morrerão primeiro que vós.

Quem rasa a minha janela é uma ave ou uma cantiga de amigo?



Alentejo

Aquele alentejano fitou em silêncio e de olhos enxutos o repórter desejoso de o ver chorar, para tornar a notícia mais dramática.

Depois voltou as costas e perdeu-se na charneca, em busca de uma sombra com que se entendesse.

As alforrecas

Aquela alforreca desejou chegar depressa ao poder, na esperança de que o Poder lhe ocultasse a alma de alforreca. Quando lá chegou, encontrou outra alforreca irmã gémea. Abraçaram-se. Com duas palmadas. Tão fortes, que o soalho carunchoso da televisão estremeceu.

Salmo 27

De quem terei eu medo?

Devorem a minha alma.

O meu pai me abandone, e minha mãe.

Ainda que um exército me afronte

e se levantem armas contra mim

a cabeça levanto.

A tua face continuarei buscando.

Palavras

Andou, andou por desvairados caminhos à procura de uma palavra onde se pudesse esconder.

Nenhuma encontrou.

Então resolveu esconder-se atrás de muitas palavras.

A contribuição

Quando a nova Administração elaborou a lista dos dispensados com vista à «modernização da empresa», verificou-se que nela estavam incluídos os nomes de todos os trabalhadores progressistas.

Um administrador veio à televisão dizer que só por má-fé se pode afirmar que se trata de um saneamento.

- Nenhuma empresa sobrevive com pessoal excedentário - esclareceu.

Entretanto, foram já admitidos novos trabalhadores, com contratos a prazo, medida considerada como uma contribuição para combater o desemprego.

Mário Castrius

À procura de líder

Uma sondagem divulgada pelo Washington Post demonstra que, a um ano das eleições presidenciais nos EUA, nem o presidente Bill Clinton nem o senador Bob Dole, ambos candidatos à presidência, geram confiança suficiente no eleitorado que, segundo o importante jornal norte-americano, continua à procura de um novo líder.

É compreensível esta hesitação entre faces da mesma moeda, a dificuldade numa escolha que não deixa entrever qualquer alternativa. Mas até às eleições, muita água vai correr nos rios americanos e muitos outros candidatos se perfilam, tanto entre democratas como entre republicanos. Até parece desenharem-se candidaturas de personalidades que ainda não escolheram - elas - o partido que os apoiará...

Os namoros de Walesa

Entretanto, mais a Leste, também se verificam hesitações entre o eleitorado. Mais significativas e promissoras, porém. Nos antigos países socialistas, os comunistas - ou os seus "herdeiros" - somam vitórias, seja em sondagens, seja em eleições. Na Polónia, por exemplo, a primeira volta das presidenciais deixou Walesa em segundo lugar, e Kwasniewski à frente. Walesa, cujo autoritarismo e arrogância pede meças a Cavaco, namora agora os seus antigos amigos e aliados, a ver se disfarça a má memória que deixou e consegue manter-se no poder a que se guindou de joelhos. Poderá vir a ganhar na segunda volta. Mas a derrota da primeira ninguém lha tira.

FRASES da SEMANA

«Cada pessoa tem os seus ritmos. Eu sou sempre muito rápido em tudo o que faço. Rápido a pensar, a falar, a agir, a comer.»

☛ (António Guterres, «Expresso», 4.11.95)

«Não me peçam nada em dez dias.»

☛ (Jaime Gama, «Semanário», 4.11.95)

«Hoje, a defesa de um papel significativo do Estado na economia e nos meios de produção já não corresponde ao ideário de esquerda.»

☛ (António Guterres, «Expresso», 4.11.95)

«Mais dinheiro posto lá fora.»

☛ (Manchete do «Correio da Manhã», 4.11.95)

«Tenho uma certa simpatia por sistemas políticos como o alemão, em que existem duas forças políticas de maior dimensão; à esquerda e à direita, e uma pequena força política central que serve de charneira.»

☛ (António Guterres, «Expresso», 4.11.95)

«Será que a «cavaquização» de Guterres que muitos apreciam, e a «guterrização» de Cavaco, anunciada sem sorrisos nem remorsos, os atirárá, em Janeiro, para os braços um do outro?»

☛ (Nuno Rogeiro, «O Diabo», 7.11.95)

«Fui eu próprio que introduzi no subconsciente dos portugueses a necessidade de estabilidade política.»

☛ (Cavaco Silva, SIC, 31.10.95)

«A candidatura de Cavaco só compromete a estabilidade do processo de mudança iniciado com as legislativas.»

☛ (Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 6.11.95)

«Cavaco Silva só aceitará participar em debates com Jerónimo de Sousa se o candidato comunista se comprometer, por escrito, a ir até às urnas.»

☛ (Diário de Notícias, 7.11.95)

«Cavaco Silva comporta-se como se fosse uma espécie de tabelião da democracia.»

☛ (Jerónimo de Sousa, 7.11.95)

«Aproveito as viagens extensas para ouvir ópera. Uma ida e volta a Vila Real é uma boa ocasião para isso.»

☛ (António Guterres, «Expresso», 4.11.95)

«Paris é quase um McDonald's da cultura.»

☛ (Agustina Bessa-Luís, Diário de Notícias, 4.11.95)

«Desejo que o leitor sofra.»

☛ (Manchete de «A Capital» sobre entrevista a José Saramago, 4.11.95)



16º aniversário da JCP

6.º Encontro Distrital da JCP

11 de Novembro - 10h30
na Cooperativa «A Sacavenense»

Estará presente no Encontro o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão de encerramento, prevista para as 17h30

Porto

Jantar comemorativo
do 16º aniversário da JCP
Sábado, 11, às 20h, no CT da Boavista

(Inscrições até 9/11 - Tel. 02.6095651)

Outras iniciativas comemorativas:

COVILHÃ - Sexta-feira, 10, no CT do PCP
Jantar-convívio às 20h e concerto às 23h
TORTOSENDO - Domingo, 12 - Futebol às 15h no Pav. do Unidos, magusto às 17h30
BELMONTE - Sábado, 11 - Concerto com música de intervenção às 21h30
CASTELO BRANCO - Sábado, 11, no CT do PCP - Magusto às 16h, Concerto às 21h30, Performance teatral às 22h30; Mesa-Redonda sobre as questões da Juventude no final
MONTE-MOR-O-NOVO - Sábado, 11, às 21h30 - Comício-festa às 21h30 e Concerto, às 22h30 no Ginásio Municipal
FARO - Sexta, 10 - Jantar-convívio no CT do PCP, às 20h30
VALONGO - Sábado, dia 18 - Magusto, às 16h
GUIMARÃES - Sábado, 18 - Festa-convívio a partir das 15h
AVEIRO - Sexta, 10, no CT do PCP - Magusto a partir das 21h30
S. JOÃO DA MADEIRA - Sábado, 11, no CT do PCP, debate sobre a história da JCP e a sua intervenção na actualidade

BEJA - Sexta, 10 - festa-convívio em Pias
FERREIRA DO ALENTEJO - Sábado, 11 - Encontro Distrital de Beja da JCP com a participação de Francisco Lopes, a partir das 15h.
Jantar-convívio na Casa do Povo às 19h
COIMBRA - Sexta, 10 - Jantar-convívio no restaurante «Cantinho dos Reis»
VIANA DO CASTELO - Sábado, 18, no CT de Ponte de Lima - Magusto às 21h30
SETÚBAL - Sexta, 10, no CT do PCP - Debate sob o tema «Os dias de ontem e de hoje para um amanhã melhor»
AZEITÃO - Jogo de futebol às 10h - Almoço em Nogueiras e jantar na Freg. de Sado
ALHOS VEDROS - Sexta, 10, no CT do PCP - Jantar-convívio
PINHAL NOVO - Sábado, 11, no CT do PCP - Convívio às 15h
SESIMBRA - Sábado, 11, no CT do PCP - Magusto às 21h30
ALMADA - Sábado, 11, na Casa da Cultura - Convívio às 21h30

Reuniões e plenários das organizações do PCP

- **BARREIRO**
Plenário da célula dos Ferroviários do PCP do Barreiro para discussão da situação política e social e tarefas do Partido (As eleições presidenciais e a luta dos trabalhadores): sábado, 11, a partir das 14h. No final, convívio com castanhas e água-pé. Plenário de militantes da freguesia do Barreiro, com a participação de José Paleta: quinta-feira, 16, às 15h. Almoço-convívio a partir das 13h.
- **CASCAIS**
Plenário da Com. Concelhia sobre as eleições presidenciais: sexta-feira, 10, no CT de Cascais.
- **PAÇO DE ARCOS**
Plenário de militantes da freguesia, preparatório da próxima Assembleia da Organização: sexta, 10, às 21h.
- **S. JULIÃO DO TOJAL**
Plenário de militantes da freguesia sobre as eleições presidenciais e o Plano de Actividades de 1996: sexta-feira, 10, às 21h, no CT do Zambujal.

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

No PORTO

Hoje, dia 9, às 12h, no Hotel Tuela
Apresentação pública da Candidatura de
Jerónimo de Sousa

No SEIXAL

- Quinta da Atalaia
Sábado, dia 11, às 16h

Encontro de Jerónimo de Sousa
com militantes e simpatizantes do PCP

Magusto-convívio

promovido pela Com. Concelhia do Seixal, a partir das 13h

Convívios e Magustos do PCP

Alcobaça

Sábado, 11, às 19h30

JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DO PCP, com a participação de Blanqui Teixeira

Alcabideche

Sábado, 11, a partir das 15h30, no CT do PCP

Magusto

Em Agualva / Cacém

No dia 11, a partir das 15h, no CT do PCP. Convívio com petiscos, castanhas e água-pé.

Algueirão-Mem Martins

No dia 11, às 15h30, no CT de Algueirão

Magusto - S. António da Charneca/Barreiro

Sábado, 11, às 16h, no CT de S. Ant. da Charneca

Magusto - Na Verderena/Barreiro

No dia 11, a partir das 16h, no CT da Verderena

Magusto - Carcavelos

Domingo, 12, a partir das 16h, no CT de Sassoeiros

Magusto - Costa da Caparica

Domingo, 12, às 15h, no CT do PCP

Magusto - Famalicão

Sábado, 11, a partir das 16h, no Largo da Feira. Festa de S. Martinho promovida pelo PCP e JCP. Animação musical com o grupo Cantares da Terra

Lavradão

Domingo, dia 12, na Quinta da Atalaia

Almoço-convívio e magusto Lisboa

Sábado, 11, a partir das 13h, no CT da

Av. Duque de Loulé. Magusto-convívio promovido pelo Sector de Serviços da Cidade de Lisboa

Lisboa/Olivais

No dia 11, a partir das 16h
Convívio com petiscos, castanhas e água-pé. Intervenção política

Lisboa / Colina da Graça

No dia 18, a partir das 16h, CT da Graça
Convívio. Petiscos. Intervenção política

Montijo

Sábado, 11, às 20h, no Pavilhão da Montia. Magusto/Noite de Fados com artistas da região

Odivelas

Sábado, dia 11, às 16h, no CT de Odivelas. Magusto. Com a participação de Fernanda Mateus

Parede

Sábado, 11, a partir das 16h, no CT do PCP

Magusto-convívio Campo / Porto

No dia 18, a partir das 21h. Magusto-convívio da JCP

Queluz

Sábado, 11, às 15h, no CT de Queluz

Magusto-convívio, com a presença de José Casanova

S. Domingos de Rana

Domingo, 19, às 13h, no CT de Tires. Almoço-convívio da freguesia de S. Domingos de Rana, com a participação de José Casanova.

(Inscrições até 16 Nov.)

Setúbal

Sábado, 11, a partir das 16h, na «Taberna da Eduarda» (R. José Augusto Rochas, 4, em S. Sebastião). Magusto com a participação de Ruben de Carvalho

Setúbal

Acções de solidariedade com o Povo de Timor promovidas por Grupos Timorenses e associações juvenis

Sábado, 11

Concentração no Largo de Santa Maria, às 22h Vigília no Largo da Misericórdia, às 23

Domingo, 12

Mural da JCP

Segunda, 13

Sessão de solidariedade no Café com Estória às 21h, promovida pelo CPPC com intervenção de Grupos Timorenses, associações juvenis e JCP

Organização do PCP

da Freguesia da AMEIXOEIRA / Lisboa Almoço-convívio inserido na Campanha dos 150 Mil Contos Dia 11, às 13h, no CT do Lumiar, com a participação de Abílio Martins

CUBA

Turismo e Solidariedade Fim do Ano Tropical

Havana - Cayo Largo - Trinidad - Pilar del Rio 27/12/95 a 5/1/96

(Informações e inscrições: R. Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq. Tel. 3857305)

TEATRO

AUDITÓRIO

CARLOS ALBERTO

Porto, R. das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. BEIJO NO ASFALTO, de Nelson Rodrigues, encenação de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe.

AUDITÓRIO

CARLOS PAREDES

Lisboa, R. Gomes Pereira, 17 (Edifício da JF de Benfica). Tel. 7154565. De 4ª a sáb. às 21h.30, dom. às 17.30. O CONCÍLIO DO AMOR, de Oskar Pannizza, encenação de David Dias, pela Companhia de Teatro Praga.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. PARABENS A VOCÊ, de Hélder Costa.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Sábados, domingos e feriados, às 16.00. ALI-BABA E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. INVENTÁRIOS, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Corte-Real.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às

21.30, dom. às 16.00. FILOPÓPOLIS - Uma Lição de Política, de Virgílio Martinho, encenação de Joaquim Benite, pelo elenco do Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. A LOUCA DE CHAILLOT, de Jean Giraudoux, encenação de Rui Mendes, pelo elenco do Teatro Nac. D. Maria II - Sala Estúdio: de 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. ROSA, MINHA QUERIDA ROSA, de Josette Boulva e Marie Gatard, encenação de João Canijo, com Glicínia Quartim e Zita Duarte.

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES, de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.15. O DIA SEGUINTE, de Luís Francisco Rebelo, encenação de João Leite.

PALAVRAS CRUZADAS

13x15 crossword grid with numbers 1-15 indicating starting positions for horizontal and vertical words.

HORIZONTAIS: 1 - Foi chefe do sistema político e militar francês; com asas. 2 - Invólucro filamentosso construído pelo bicho de seda; realiza...

VERTICAIS: 1 - Gastei; ilha de Indonésia. 2 - Banheira; nome de letra; nome de homem. 3 - Actínio (s.q.); concedem; executar. 4 - Sossego; fulgor (fig.); o que dá impulso...

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Danton; Bocage. 2 - Feno; ligar; dama. 3 - Zebra; árida. 4 - Lei; cal; ião. 5 - Ir; lata; alor; ar. 6 - Cós; sólidos; anã. 7 - Além; Maria; açor. 8 - Ralos; Man; avisa. 9 - Sabujo; armada. 10 - Sim; sus; ira. 11 - Os; Lis; Ega; al. 12 - Tom; rol; eta. 13 - Abada; ali; solas.

VERTICAIS: 1 - Nicar; gota. 2 - Dez; rolas; sob. 3 - Anel; selas; má. 4 - Nobel; móbil. 5 - Rias; sumira. 6 - Ola; tom; só. 7 - Ni; calamos; lá. 8 - Goa; IRA; um. 9 - Ba.; ladinas; si. 10 - Ora; loa; eu. 11 - Rios; amigos. 12 - Adiar; avara. 13 - Gado; ácida; el. 14 - Ema; anosa; ata. 15 - Arara; olas.

MATEMÁTICA

DXXXVI - 9 DE NOVEMBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995X085 Por: HANS & PAUL JOHNER Deutsches Wochensach. 27.1.1904

Pr.: [3]: Pb7 - Bq4 - Rf7 Bh4 - Br.: [6]: Ps. b6, e5 - Cd4 - Ta8 - Rh6

Chessboard diagram for problem DXXXVI showing a position with pieces on a8, b7, c6, d5, e4, f3, g2, h1.

Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X086 Por: FILIPP SIEMIONOVITCH BONDARIENKO 1ª Menção Honrosa Ukrainian Sports Committee Tourney, 1952

Pr.: [4]: Ps. a2, f6, f7 - Rf2 Br.: [6]: Ps. a3, b2, f4 - Cf5 - Bd1 - Rq2

Chessboard diagram for problem DXXXVI showing a position with pieces on a8, b7, c6, d5, e4, f3, g2, h1.

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXVI

N.º 1995X085 [H. & P.J.]: 1. Th8!, B6; 2. Bd8, Bc4; 3. e6+, B:e6; 4. Cf3. -; 5. Dg5 e #

N.º 1995X086 [F.S.B.]: 1. Cd4!, al - D; 2. Cb3, Da2; 3. f5, R3; 4. Bh5, Rf4; 5. B:f7, R6; 6. B6, Rf4; 7. Cq1, Da1; 8. Ba2, R:f5; 9. Bb1, Rg4; 10. Cb3+ e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DXXXVI - 9 DE NOVEMBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995D085 Por: ALBERT LECOCQ França, 1936

Pr.: [9]: 7-8-9-10-17-18-20-26-45 Br.: [9]: 29-33-34-36-37-38-43-47-50

Damas board diagram showing a position with pieces on a8, b7, c6, d5, e4, f3, g2, h1.

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D086 GOLPE N.º 145 In TRATADO COMPLETO DO JOGO DAS DAMAS CLASSICAS De: Henrique da Cunha, 1ª Edição, Porto, Liv. Progredior, 21.V.1943

1. 11-15, 22-18; 2. 6-11, 27-22; 3. 2-6, 31-27; 4. 12-16, 23-19; 5. 16-20, 19-12; 6. 8-15, 28-23.

Diagrama {Pr. [11]: 18-21-22-23-24-25-26-27-29-30-32; Br. [11]: 1-3-4-5-6-7-9-10-11-15-20 Br. +}

Damas board diagram showing a position with pieces on a8, b7, c6, d5, e4, f3, g2, h1.

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXVI N.º 1995D085 [A.L.]: {O célebre gambito LECOCQ} 1. 37-31!! (26:37); 2. 29-23!! (18:40); 3. 43-39!! e as Pretas não podem defender-se, simultaneamente, de: 4. 39-34, 38-32! B+ N.º 1995D086 [H.C.N.V.N.]: 7. 10-13, 23-16; 8. 15-19, 22-15; 9. 13-31 - D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 9

Mulheres do Sul

«Fried Green Tomatoes» (EUA/1991). Real.: Jon Avnet. Int.: Kathy Bates, Jessica Tandy, Mary Stuart Masterson, Mary-Louise Parker. Cor, 124 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Van Gogh

«Van Gogh» (Fr./1991). Real.: Maurice Pialat. Int.: Jacques Dutronc, Alexandra London, Gérard Séty, Bernard Le Coq, Corinne Bourdon. Cor, 152 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

Um Inimigo do Povo

«An Enemy of the People» (EUA/1977). Real.: George Schaefer. Int.: Steve McQueen, Bibi Anderson, Charles Durning, Michael Higgins. Cor, 105 min. Ver Destaque. (01.30, Canal 1)

SEXTA, 10

Sob Suspeita

«Under Suspicion» (EUA/1991). Real.: Simon Moore. Int.: Liam Neeson, Laura San Giacomo, Kenneth Graham, Alphonso Emmanuel. Cor, 96 min. «Thriller». (22.00, TVI)

Solaris

«Solaris» (URSS/1972). Real.: Andrei Tarkovsky. Int.: Donatas Banionis, Natalya Bondarchuck, Yuri Jarvet, Anatoli Solonitsin. Cor, 146 min. Ver Destaque. (23.50, TV2)

Tratamento Mortal

«The House on Sycamore Street» (EUA/1993). Real.: Christian Nyby II. Int.: Dick Van Dyke, Cynthia Gibb, Stephen Caffrey. Cor, 90 min. Policial. (00.30, TVI)

Quick

«Quick» (EUA/1993). Real.: Rick King. Int.: Teri Polo, Martin Donovan, Jeff Fahey, Robert Davi, Tia Carrere. Cor, 115 min. «Thriller» Policial. (01.25, Canal 1)

Os Comandos do Ar

«Gunbus» (Gr.Br./1986). Real.: Zoran Perisic. Int.: Scott McGinnis, Jeff Osterhage, Terence Harvey, Keith Buckley, Ronald Lacey. Cor, 90 min. Guerra. (03.20, Canal 1)

SÁBADO, 11

A Balada de Gregorio Cortez

«The Ballad of Gregorio Cortez» (EUA/1982). Real.: Robert M. Young. Int.: Edward James Olmos, James Gammon, Tom Bower. Cor, 95 min. Ver Destaque. (16.30, SIC)

O Galá de Auto-Estrada

«Highway Heartbreakers» (EUA). Real.: Paul Schneider. Int.: John Schneider, Linda Gray, Heather Locklear, Tracy Nilson. Cor, 95 min. Comédia. (17.30, TVI)

Sob o Signo do Mal

«The Lawless Breed» (EUA/1952). Real.: Raoul Walsh. Int.: Rock Hudson, Julia Adams, Mary Castle, John McIntire, Hugh O'Brien. Cor, 83 min. Ver Destaque. (19.30, TV2)

Pulsões Explosivas

«Shattered» (EUA/1991). Real.: Wolfgang Petersen. Int.: Tom Berenger, Bob Hoskins, Greta Scacchi, Joanne Whalley-Kilmer. Cor, 94 min. Ver Destaque. (00.20, Canal 1)

Confia em Mim

«Trust Me» (EUA/1989). Real.: Bobby Houston. Int.: Adam Ant, David Packer, Talia Balsam, William DeAcutis, Joyce van Patten. Cor, 100 min. Comédia. (00.50, TV2)

Os Melhores Anos das Nossas Vidas

«The Best Years of Our Lives» (EUA/1946). Real.: William Wyler. Int.: Fredric March, Myrna Loy, Dana Andrews, Teresa

Wright. P/B, 162 min. Ver Destaque. (01.10, TVI)

Febre de Matar

«Extreme Justice» (EUA/1993). Real.: Mark L. Lester. Int.: Lou Diamond Phillips, Scott Glenn, Chelsea Field, Ed Lauter, Yaphet Kotto. Cor, 101 min. «Thriller» Policial. (02.30, Canal 1)

DOMINGO, 12

Howard e o Destino do Mundo

«Howard the Duck» (EUA/1985). Real.: William Huyck. Int.: Tim Robbins, Lea Thompson, Jeffrey Jones, Paul Guilfoyle. Cor, 108 min. Comédia / Fantasia. (17.10, SIC)

Tonya e Nancy: O Escândalo

«Tonya and Nancy: The Real Story» (EUA/1994). Real.: Larry Shaw. Int.: Alexandra Powers, Heather Langenkamp, James Wilder. Cor, 87 min. Drama. (17.30, TVI)

A Última Jornada

«Angel and the Badman» (EUA/1947). Real.: James Edward Grant. Int.: John Wayne, Gail Russell, Harry Carey, Bruce Cabot. P/B, 100 min. Ver Destaque. (19.20, TV2)

Valmont

«Valmont» (EUA/1989). Real.: Milos Forman. Int.: Colin Firth, Anette Benning, Meg Tilly, Fairuza Balk, Sian Phillips, Jeffrey Jones. Cor, 132 min. Ver Destaque. (00.00, SIC)

Aldeia em Fuga

«Blood Alley» (EUA/1955). Real.: William Wellman. Int.: John Wayne, Lauren Bacall, Paul Fix, Joy Kim, Berry Kroger. Cor, 110 min. Aventuras. (00.45, TV2)

SEGUNDA, 13

O Cardeal (1.ª Parte)

«The Cardinal» (EUA/1963). Real.: Otto Preminger. Int.: Tom Tyron, Carol Lynley, Romy Schneider, John Huston, Jill Haworth, Raf Vallone. Cor, 83 min. Drama. (22.00, TVI)

Ruptura Explosiva

«Point Break» (EUA/1991). Real.: Kathryn Bigelow. Int.: Keanu Reeves, Patrick Swayze, Gary Busey, Lori Petty, John McGinley. Cor, 118 min. Drama. (22.50, SIC)

O Túnel

«The Tunnel» (Gr.Br./1935). Real.: Maurice Elvey. Int.: Richard Dix, Leslie Banks, Madge Evans. P/B, 91 min. Ver Destaque. (01.10, Canal 1)

TERÇA, 14

O Cardeal (2.ª Parte)

«The Cardinal» (EUA/1963). Real.: Otto Preminger. Int.: Tom Tyron, Carol Lynley, Romy Schneider, John Huston, Jill Haworth, Raf Vallone. Cor, 83 min. Drama. (22.00, TVI)

O Príncipe da Noite

Real.: David Schmoeller. Int.: Klaus Kinski, Talia Balsam, Barbara Whinnery. Cor, 82 min. Terror. (01.05, Canal 1)

QUARTA, 15

Pesadelo no Cinema

«Popcorn» (EUA/1990). Real.: Mark Herrier. Int.: Jill Schoelen, Tom Williard, Dee Wallace Stone. (01.45, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 9

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.20 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 Casados de Fresco
22.30 A Idade da Loba
23.20 Malta Gira
00.10 Murphy Brown
00.40 24 Horas
01.10 Remate
01.30 Um Inimigo do Povo

TV 2

- 16.35 NBA
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Star Trek - O Caminho das Estrelas



Os Queen: domingo à noite no Canal 1

- 19.30 Musical: «In Concert» Nº 13
20.20 Os Gigantes da II Grande Guerra
21.20 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Van Gogh
01.25 Ver Artes
01.55 Art Blakey

SIC

- 11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Surprise
23.20 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 No Fim do Mundo

TVI

- 10.30 Animais em Acção
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Mulheres do Sul
00.30 TVI Jornal + Primeira Fila
01.30 Cagney & Lacey

Sexta, 10

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 Isto É Agilido
22.00 A Idade da Loba
22.50 Quem é o Quê?
23.35 Murphy Brown
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Contos Assombrosos
01.25 Quick

TV 2

- 16.30 Automobilismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá

SIC

- 11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI

- 10.30 Caixa de Perguntas
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Sob Suspeita
24.00 TVI Jornal
00.30 Tratamento Mortal

Sábado, 11

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.00 Clube Disney
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Automobilismo
14.15 Top +
15.20 Jovens Americanas
16.15 Uma História Amarga
17.10 Chefe, Mas Pouco
17.45 Pantanal
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.50 Isto Só Vídeo
21.30 Contrato para Matar
22.30 Parabéns
00.20 Pulsões Explosivas
01.55 24 Horas
02.30 Febre de Matar
04.15 Automobilismo
06.30 Musical: «Johnny Griffin»

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Grande Área
16.00 Andebol
18.00 Circo
18.45 Para Além do Ano 2000
19.30 Sob o Signo do Mal
21.00 Trio de Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.30 Cantares de Amigo
23.35 Remate
23.45 Jogo Falado
00.15 Tribunal de Polícia
00.50 Confia em Mim

SIC

- 09.00 Buérré
12.30 Portugal Radical
13.00 Felicidade
14.00 Muita Lóco
15.00 Dra. Quinn
16.00 Cosby Show
16.30 A Balada de Gregório Cortez
18.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.50 Minas e Armadilhas

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Troféu Carina
15.25 Hora do Recreio
16.30 Christy
17.30 O Galá da Auto-Estrada
19.30 Telejornal + Grande Plano
20.55 Feita à Medida
21.30 Doido Por Ti
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.10 Os Melhores Anos das Nossas Vidas

TVI

- 10.30 Caixa de Perguntas
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Sob Suspeita
24.00 TVI Jornal
00.30 Tratamento Mortal

A «série a anunciar» segunda-feira no Canal 1 será, afinal, sobre as grandes batalhas da 2.ª Guerra Mundial

Domingo, 12

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
13.50 Jovens Americanas
15.15 Emoções Fortes
15.45 86-60-86
17.15 Robocop
18.05 A Festa dos Preços
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.50 Marco Paulo - Especial II
22.00 Queen - O Fenómeno
23.25 O Renegado
00.15 24 Horas
00.50 Paixões
01.40 No Calor da Noite

TV 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 A Terra e os Homens
11.55 Regiões
12.55 Vida por Vida
13.05 Euronews
14.00 Automobilismo (Fórmula Um)
14.15 Motocross
15.45 Atletismo
17.15 Basquetebol
18.45 Atletismo
19.20 A Última Jornada
21.00 O Mundo de Cá
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Automobilismo (Fórmula Um)
00.45 Aldeia em Fuga

SIC

- 09.00 Buérré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 Príncipe de Belair
15.10 Olho de Falcão
16.10 Os Imortais
17.10 Howard e o Destino do Mundo
19.10 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.30 Chuva de Estrelas
24.00 Valmont

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.45 Olho Popular!
17.30 Tonya e Nancy: O Escândalo
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodigio
20.50 Jogo do Ganso
23.15 Últimas Notícias
23.40 Modelo e Detective

TVI

- 10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Cardeal (Parte I)
24.00 TVI Jornal
00.30 Cagney & Lacey



Conte Comigo, uma peça de António Torrado encenada por Artur Ramos: terça na TV2

Segunda, 13

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 A Idade da Loba
21.50 Noite de Reis
23.20 Vermelho e Negro
00.20 24 Horas
00.50 Remate
01.10 O Túnel

TV 2

- 16.30 Uma Família Feliz
17.40 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Série a anunciar
20.25 Tales of the City
21.20 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «In Concert» Nº 14

SIC

- 11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Camilo & Filho, Lda.
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.50 Casos de Polícia
01.10 Último Jornal
01.25 No Fim do Mundo

TVI

- 10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Cardeal (Parte I)
24.00 TVI Jornal
00.30 Cagney & Lacey

Terça, 14

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Portugal-Irlanda
22.45 A Mulher do Sr. Ministro
23.15 A Idade da Loba
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.05 O Príncipe da Noite

TV 2

- 16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.10 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Rotações
20.20 Programa Discovery
21.30 Lendas e Narrativas
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Teatro - «Conta Comigo»
23.40 Coleção Platinum

SIC

- 11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Camilo & Filho, Lda.
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.50 Casos de Polícia
01.10 Último Jornal
01.25 No Fim do Mundo

TVI

- 10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Cardeal (Parte II)
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal de Negócios
01.00 Cagney & Lacey

Quarta, 15

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Portugal-Irlanda
22.50 Nico d'Obra
23.20 A Idade da Loba
24.00 Prova Oral
01.30 24 Horas
01.30 Remate
01.45 Pesadelo no Cinema

TV 2

- 16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.05 «Beat That»
19.35 Comboios Como Não Há Outros
20.35 Irei para Longe
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 África Selvagem
23.50 Musical: Canções de Julie Andrews

SIC

- 11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Número Um
00.30 Último Jornal
00.45 Salas da Morte
Toda a Verdade

TV 2

- 10.30 O 8º Dia
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Cardeal (Parte II)
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Cagney & Lacey



Por isto e por aquilo...

Mulheres do Sul

(Quinta, 22.00, TVI)

Com um argumento que se desenvolve a partir das revelações e do crescente contacto íntimo entre uma senhora de meia idade e uma outra senhora que habita num lar para idosos, *Mulheres do Sul* é um filme contado em *flash-back*, regressando a uma outra história de amizade entre duas mulheres - esta passada nos anos 30, no Alabama. Ao contrário do que às vezes se passa no cinema, a estrutura desta obra não é a do *filme-dentro-do-filme* mas a da *história-dentro-da-história*, e é a primeira delas (que nos transporta ao passado) que ocupa a maior parte

do filme. Obra de estreia realizada por um produtor, Jon Avnet, reside talvez no facto de se tratar de uma experiência inicial alguns problemas de estrutura - particularmente na aparente ocorrência de dois «fins», no filme. Mas as interpretações de Jessica Tandy (Oscar para a Melhor Actriz Secundária) ou de Mary Stuart Masterson tomam extremamente agradável a visão do filme.

Van Gogh

(Quinta, 22.50, TV2)

Realizado por um dos mais destacados cineastas europeus contemporâneos - Maurice Pialat - *Van Gogh* debruça-se sobre os últimos tempos de vida do grande pintor, quando regressa a Auver-sur-Oise em 1890. São estes os tempos em que se aproxima o seu grande e definitivo confronto com os problemas que interiormente o atormentam, constituindo o filme como que um estudo da sua angústia, solidão e desespero. Uma grande interpretação de Jacques Dutronc no papel de *Van Gogh*. O filme já esteve previsto para Setembro último, no mesmo canal.

Um Inimigo do Povo

(Quinta, 01.30, Canal 1)

Adaptado por Arthur Miller de uma peça de Ibsen, *Um Inimigo do Povo* conta-nos a história de um cientista que se opõe à população de uma pequena comunidade na luta que esta desenvolve contra uma instalação poluente da água. O interesse em rever este filme prende-se com o facto de se tratar de um dos filmes pertencentes à derradeira (e, a todos os títulos, dramática) fase da carreira de um brilhante actor - Steve McQueen. Como aconteceu com outros azares nessa época, desta vez o filme ficou na «prateleira» e demorou bastante tempo a ser explorado, sem êxito, no circuito comercial.

Solaris

(Sexta, 23.50, TV 2)

Contemporâneo de uma das mais significativas obras cinematográficas do domínio da «ficção científica» - 2001, *Odisseia no Espaço*, de Stanley Kubrick - *Solaris* foi talvez a primeira obra que de forma mais espectacular revelou internacionalmente Andrei Tarkovsky - e o confronto entre ambos constituiu, à época, uma peça simbólica da mais bem grave e preocupante situação de *guerra-fria* entre as duas grandes potências mundiais. Deixando de parte esta curiosidade, que hoje já bem pouco significado adquire junto dos mais jovens espectadores de televisão, mais importante é o facto de esta obra de Tarkovsky ter, por um lado, revelado ao público ocidental o elevado apetrechamento técnico dos estúdios soviéticos e, por outro lado e sobretudo, a portentosa arte deste grande cineasta a que a TV 2 começa a dedicar um reduzido mas importante ciclo. Em *Solaris*, estamos perante uma obra intensamente metafísica (traduzida de forma adequada em esplendorosas imagens) na qual um psicólogo é enviado a uma nave espacial para investigar algumas mortes misteriosas e é surpreendido por fenómenos inexplicáveis...

A Balada de Gregorio Cortez

(Sábado, 16.30, SIC)

O filme é baseado num acontecimento real, acontecido no início do século nos EUA, em que um jovem mexicano matou um *sheriff* e conseguiu andar fugido durante duas semanas, desbaratando a perseguição que



Mary-Louise Parker e Mary Stuart Masterson, numa fotograma de «Mulheres do Sul», de Jon Avnet, e as suas duas brilhantes protagonistas: Kathy Bates e Jessica Tandy

lhe foi movida por um grupo de captura de 600 pessoas. A chancela da estação pública de televisão norte-americana - e da sua conceituada série *American Playhouse*, já aqui por diversas vezes referida - parece não ter bastado para que a SIC achasse melhor horário para a transmissão deste filme do que a *matinée* de uma tarde de Sábado, o que é estranho se se considerar que se trata de um filme com boas referências (ainda por cima, uma estreia na televisão portuguesa) e que a estação de Camaxide até tem um espaço cinematográfico intitulado *Noite de Estreia!* Mas os desígnios da «guerra de audiências» são insondáveis...

Sob o Signo do Mal

(Sábado, 19.30, TV 2)

O filho de um pastor pretende partir para a Califórnia, cansado da autoridade que sobre ele exerce o seu pai. Mas, durante uma partida de *poker*, acaba por matar em legítima defesa um batoteiro, e depois exerce os seus dotes de excelente atirador tirando desforço sobre outros homens que o provocam. Fugido após este incidente, é preso e passa vinte anos na prisão. No regresso a casa, verifica que o seu filho enveredara pelo mesmo caminho e é então chegada a hora de o corrigir, na tentativa de o persuadir a não seguir as mesmas pisadas. Trata-se de um *western* notável, excelentemente realizado por um mestre do género - Raoul Walsh.

Pulsações Explosivas

(Sábado, 00.20, Canal 1)

Com umas pinceladas de «erotismo», de mistura com algum «suspense» em arremedos de Hitchcock, *Pulsações Explosivas* é um filme realizado nos EUA por um europeu, Wolfgang Petersen, realizador relativamente característico para a estética do cinema alemão, com algumas obras fortemente comerciais e bem conseguidas e um pendor para o cinema industrial que, precisamente, lhe abriu as portas de Hollywood (cf., apesar de tudo, o bem melhor *Na Linha de Fogo*, transmitido há duas semanas pela TVI). Mas neste filme as personagens, embora esforçadamente desempenhadas por Tom Berenger, Bob Hoskins e Greta Scacchi, não têm «espessura» suficiente para aguentar uma história que nasceu a partida demasiado complicada. Na realidade, era na aparente simplicidade que Hitchcock se revelava um Mestre.

Os Melhores Anos das Nossas Vidas

(Sábado, 01.10, TVI)

Três desmobilizados da guerra que se conhecem no regresso de avião à terra natal são confrontados com as duras realidades do quotidiano: Homer Parrish depara com as reservas da própria família em relação à sua situação de incapacitado e rejeita o amor de uma sua amiga de infância, por considerar tratar-se de um acto de caridade; Al Stephenson encontra a sua situação familiar completamente transformada e passa a dedicar-se à inserção social de outros desmobilizados da guerra; Fred Derry chega à conclusão de que a sua jovem mulher era afinal bem diferente do que ele julgara antes de partir para a guerra. William Wyler ergue aqui um intenso drama social num filme (rodado em apenas quatro meses) que ficou a marcar uma época, por se ter debruçado corajosamente sobre a

realidade do reencontro com a sociedade civil de milhares de soldados que se bateram no teatro da II Guerra Mundial e que, no regresso, não vêm encontrar a recompensa a que julgavam ter merecimento. Esplendorosamente fotografado por Gregg Toland, esta obra é de um realismo intenso, patente aliás no próprio convite dirigido a um mutilado de guerra, Harold Russell, para, junto de outros actores profissionais, interpretar uma das principais personagens do filme. É, neste domínio da programação, o acontecimento televisivo da semana - e, ainda por cima, um clássico que (tanto quanto nos recordamos) nunca foi exibido nas televisões portuguesas nos últimos anos. A não perder.

A Última Jornada

(Domingo, 19.20, TV 2)

Um *western* apenas razoável, realizado por James Edward Grant, um velho companheiro de estrada de John Wayne como escritor de alguns dos argumentos dos seus filmes, e que aqui se debruça sobre as aventuras



Um fotograma de «Os Melhores Anos das Nossas Vidas», de William Wellman

de um pistoleiro em fim de carreira, que é acolhido no seio (e nos braços) de uma família *quaker*... É o primeiro filme produzido por Wayne.

Valmont

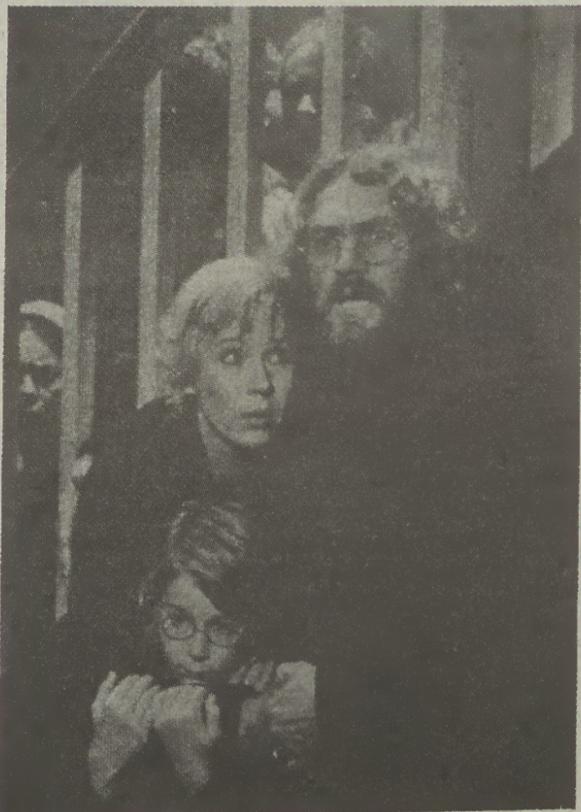
(Domingo, 00.00, SIC)

Dizem as crónicas que este filme, adaptado por Milos Forman e Jean-Claude Carrière do romance de Duclos *As Ligações Perigosas*, apresenta a curiosidade de ter sucedido em apenas seis meses a uma outra versão cinematográfica do mesmo romance - essa realizada por Stephen Frears. Uma outra curiosidade é que a estrela principal, Annette Bening, foi também uma hipótese longamente considerada pelo realizador britânico, acabando por ser preterida em favor de Michelle Pfeiffer. Mas a comparação entre estas duas adaptações - ambas brilhantemente postas em cena - não se fica por aqui: nesta, Milos Forman opta por um desenvolvimento da intriga mais subtil e recatado, sendo as cenas faustosas e visualmente espectaculares próprias destes «filmes de época» substituídas, com vantagem, pelos jogos de bastidores e de alcova que imaginamos no romance original. Pena é que, ao lado de Annette Bening, o «herói» principal e co-estrago das intrigas sexuais, Colin Firth, apenas se faça notar pela óbvia adequação física - mas que dizer da beleza irradiante de Meg Tilly?...

O Túnel

(Segunda, 01.10, Canal 1)

«The Tunnel», de origem britânica, rebaptizado como «The Transatlantic Tunnel», será a menos interessante das versões quase simultâneas que buscaram inspiração numa mesma história de D. Kellermann - a da construção de um túnel transatlântico (a versão alemã, de Kurt Bernardt, de 1933, seria uma referência importante para o cinema germânico, pelo menos até à guerra). A apelar à classificação de «ficção científica» sobretudo pelos curiosos cenários futuristas em que se apoia, o interesse do filme acaba por decorrer em primeiro lugar das tensões dramáticas que se desenvolvem entre os construtores, e do brilho de um intérprete, Richard Dix, que os britânicos foram buscar à galeria das «estrelas» americanas dos anos 20/40.



Steve McQueen e a sua escolha inesperada e quase derradeira: «Um Inimigo do Povo» é Ibsen adaptado por Arthur Miller

■ Correia
da Fonseca

Graciliano na TV

A regra não-escrita que aponta para que a crítica de TV não se ocupe, salvo a título excepcional, dos filmes ditos comerciais que, muito ou pouco comercializados, são transmitidos pelas televisões, mostra-se de acatamento cada vez mais difícil. Por um lado, é sabido que a transmissão de tais filmes ocupa um espaço de crescente importância nas diversas «grelhas», com frequência surgindo como os momentos mais relevantes das programações diárias. Por outro lado, a generalizada queda das emissões na mediocridade mais rasteira, quando não na mais reles, coloca a crítica numa situação de algum embaraço. Já muitas vezes disse, e nem sequer foi ela apenas a fazê-lo, quanto havia a dizer para caracterizar o aviltamento verdadeiramente criminoso a que os chamados critérios comerciais (e mais os que não o são mas com eles se acobertam) conduziram a TV. Bem sabe que a repetição das denúncias, embora justificada pela repetição dos factos denunciados, não leva à mínima rectificação dos comportamentos. Sendo assim, há-de continuar a falar das escovas de dentes da Teresa Guilherme, dos vídeos de Virgílio Castelo, dos saracoteios de João Baião, da prostituição «soft» que passa pela apalpação de rabos e pelos «strips» toscos para a obtenção de prémios quase sempre pelintras? É pelo menos natural que não queira persistir nesses alvos gastos e que, não o querendo, passe a prestar mais atenção aos filmes. Não a todos, naturalmente, mas pelo menos a alguns.

No «lugar de refúgio»

Infelizmente, nem todos podem falar de Cinema e de filmes com a múltipla e ampla capacidade com que o faz Francisco Costa, como aqui mesmo se viu na passada semana, ainda que a propósito de uma série de TV. Pelo que me diz respeito, porém, não resisto a referir-me pelo menos a dois filmes recentemente transmitidos pela TV2, canal que cada vez mais se confirma como lugar de refúgio para o telespectador português que já não suporta a permanente coabitação com o teléxico dominante. Para isso, invoco duas atenuantes: o que se me afigura ser a importância cultural dos filmes de Nelson Pereira dos Santos e meu permanente deslumbramento, aliás inteiramente justificado, pela obra de Graciliano Ramos, porventura o maior escritor brasileiro de sempre. De entre os filmes de Pereira dos San-

tos transmitidos pela «2», escolhe «Vidas Secas» e «Memórias do Cárcere», ambos baseados nas obras homónimas de Graciliano, para me referir a eles. Porque são uma tentação a que não quero resistir, é certo, mas também porque fazê-lo me parece quase imperativo a quem comenta a Televisão portuguesa, hoje.

«Vidas Secas» foi, no estrito plano cinematográfico, uma obra mais conseguida. Ali, a trágica viagem de Fabiano, de Sinhá Vitória, do filho, da cachorra Baleia, retiramos através do Nordeste devastado pela seca, é narrada com uma sabedoria audiovisual que se assume como obra-prima diferente embora fiel à obra-prima escrita que é o romance. «Vidas Secas», filme, parece-me fazer parte, e em lugar de topo, da grande cinematografia brasileira. De «Memórias do Cárcere» hesitaria em dizer o mesmo (e mais ainda acerca de «Jubiabá», que o mesmo cineasta realizou sobre o romance de Jorge Amado e que a «TV 2» também transmitiu agora). Aí, porém, o carácter documental sobreleva todo o resto, mesmo a solidez e maturidade que caracterizam todo o filme. E nesse aspecto, que de resto está longe de ser o seu único mérito, surge como verdadeiramente precioso.

Como se sabe, as «Memórias do Cárcere» foram escritas por Graciliano Ramos na sequência da sua prisão, em 35, quando a ditadura de Getúlio abateu sobre comunistas e outros democratas uma repressão policial feroz de que aliás há testemunho nas obras de outros escritores, mesmo na de Jorge Amado que, contudo, não a sofreu directamente. O que acontece com o depoimento de Graciliano, porém, é que a contenção e o rigor da sua escrita, contrastando com o abundante lirismo de outros, lhe reforça o impacto, a credibilidade, afinal, a capacidade de emocionar o leitor. Nelson Pereira dos Santos conseguiu preservar tudo isto no seu filme. Ter-lhe-ia sido fácil aflorar, ao menos por vezes, as fronteiras do melodramatismo que o tema propiciava: a acção de «Memórias do Cárcere» decorre quase inteiramente em prisões ou campos de concentração com tudo o que essas sinistras realidades habitualmente comportam, e mais ainda na década brasileira de 30. Mas o realizador quis, e conseguiu, situar-se como o escritor e merecê-lo.

Caminho aberto

Para o telespectador português, desde 76 alimentado quotidianamente por telenovelas brasileiras que só por excepção se

revelam óptimas, o filme «Memórias do Cárcere», se tivesse sido largamente visto (o que decerto não aconteceu dada a sua passagem na «2») teria sido fundamental para uma ideia justa acerca da vida brasileira neste século. De resto, também «Vidas Secas», mais de meio século decorrido sobre o livro, mantém uma desgraçada actualidade no essencial, o que não passará pela cabeça de quem tem do Brasil uma visão que oscila entre estórias de amores e intrigas completada com as notícias de que aquela é terra de muitos assaltos e outras delinquências. O que foi a onda nazifascista no Brasil e a epopeia da Resistência inclui-se na vasta ignorância que por cá se vai tendo acerca do mundo em geral e, o que talvez seja pecado maior, do Brasil em particular, apesar de algumas alusões incluídas, quase sempre marginalmente, em tele-estórias que de lá nos chegam. Que me lembre, a agora repetida «Kananga do Japão» foi disso o exemplo mais claro e directo. Porém, «Memórias do Cárcere» foi outra coisa e, quanto a esse aspecto, situou-se num nível superior. Na verdade, nunca as produções brasileiras para a TV que foram transmitidas entre nós haviam prestado informações sequer aproximadas acerca dessa fase fundamental, e ainda com vivos reflexos sobre a actualidade, da História recente do Brasil, «país irmão».

Por aqui claramente se entenderá que, a par da eventual avaliação dos méritos exclusivamente cinematográficos (se é que os há) dos filmes que passam na Televisão, a sua transmissão a domicílio implica questões que têm directamente a ver com a TV, a sua função social específica, os méritos ou deméritos das programações. Fica assim aberto o caminho para a justificação quase óbvia para a intervenção da crítica de TV quanto a essa presença, mesmo que isso envolva possíveis riscos de conflitos de âmbito ou de colisão com a crítica de Cinema, sua vizinha mas não sua homóloga. As mais das vezes, essa intromissão em aparente seara alheia é inútil, dispensável, até desaconselhável. Não, porém quando uma dupla com Nelson Pereira dos Santos/Graciliano Ramos vem contar o que é a tragédia nordestina ou vem dar testemunho sobre o poder nazifascista brasileiro, mais tarde retirado em boa ordem mas nunca vencido.

Embora sem intuítos publicitários, mas sem dúvida com o propósito de eventual estímulo à leitura de um enorme escritor, convirá lembrar que as principais obras de Graciliano Ramos, incluindo as incomparáveis «Vidas Secas» e «Memórias do Cárcere» (em dois volumes), estão editadas entre nós pela Caminho.



Prisioneiros políticos na Casa de Correção. Rio de Janeiro, 1937

de FOICE

Quá, quá

O Manel Arrã era o tolo da terra. Inofensivo, pesadão, lerdo de ideias por uma qualquer mal-formação congénita num tempo em que a assistência médica era um luxo inacessível à generalidade das bolsas, Manel Arrã cresceu num mundo que só acidentalmente se cruzava com o nosso. Porque a vida era madrastra e a família tinha mais com que se preocupar, ganhava o sustento quando a fome apertava fazendo pequenos trabalhos, transportando fardos nas costas largas, ou simplesmente estendendo as manámulas ao primeiro que encontrasse, com um sorriso desarmante na sua cara de sapo exigindo "dá", "dá".

Escusado será dizer que a sua condição de tolo o livrou dos tormentos da escola, pelo que Manel Arrã passava os dias na beatitude do largo da igreja confraternizando com vira-latas, atazanando bichos-de-contas, perseguindo gafanhotos, apanhando flores para as raparigas de quem era fiel enamorado, explorando formigueiros, caçando borboletas, e um sem-número de outras coisas interessantes que nos faziam ficar verdes de inveja quando na calmaria das tardes o víamos passar pelas janelas abertas da sala de aulas onde não entrava uma brisa nem o ar bulia com o coro das vozes engrenadas nos meandros da tabuada (dois vezes três seis, três vezes nove vinte sete, quatro vezes cinco vinte...), e o papaguear dos verbos, ou sofríamos as tormentas das cópias com as mãos suadas e distraídas a borrar cadernos de linhas apertadas.

Foi num desses dias, se a memória não me falha, que Manel Arrã teve um sonho de pássaro. Trocou as brincadeiras pela contemplação e passava dias inteiros de papo para o ar extasiado com o bailado das cegonhas, o cabriolar dos pardais, o frenesim das andorinhas, aprendendo-lhe as voltas, o bater das asas, os voos picados, o planar suave dos fins de tarde.

Manel Arrã teve um sonho de pássaro e embebedou-se de azul. Quis voar. Era vê-lo no pelourinho a bater os braços antes de se lançar a correr rua abaixo na esperança de levantar voo, até cair no primeiro buraco da calçada, para logo se levantar e tentar de novo. Foi a nossa hora de vingança. Com a crueldade própria dos verdes anos, passámos a ansiar a saída da escola para perseguir o tolo com vozes esganiçadas berrando a plenos pulmões "quá, quá, só lhe falta o rabo", "quá, quá, só lhe falta o rabo".

A história acorreu-me à memória um dia destes, já a noite ia alta, depois dos ossos do ofício me terem forçado a acompanhar notícias, entrevistas, comentários, onde com algum espanto e muita perplexidade assisti à metamorfose de Cavaco Silva em homem de consensos, de diálogo, pluralista, democrata, humanista, universalista, e sei lá que mais. Não era um espectáculo de ilusionismo, nem sequer um bater no peito em arrependimento tardio, mas o mais descarado, despudorado e demagógico virar de casaca a que me era dado assistir nos últimos tempos. A coisa fez-me sede. Ia eu a caminho da cozinha quando dei por mim a cantarolar baixinho "quá, quá, só lhe falta o rabo". Vá-se lá saber porquê!

■ AF

Octávio Teixeira na apresentação do Programa do Governo.

"A contradição está entre as propostas de ordem social e a prioridade ao cumprimento dos critérios de convergência de Maastricht"

Iniciado terça-feira, com uma intervenção de apresentação pelo Primeiro-Ministro, António Guterres, prossegue hoje - depois de uma pausa destinada a permitir uma reflexão mais aprofundada sobre o seu conteúdo - o debate do programa do Governo.

Nas suas linhas gerais, o discurso de Guterres pautou-se por um enunciado de intenções e princípios, de onde sobressaiu o declarado empenho do seu Governo em valorizar o diálogo e o papel das oposições e o desejo de contribuir para dignificar a acção do Parlamento.

Tal como o Programa do XIII Governo Constitucional para os próximos quatro anos, o Primeiro-Ministro retomou na sua intervenção, pode dizer-se, numa escala mais comedida, os grandes objetivos e promessas do programa com que o PS se apresentou ao eleitorado.

Embora assumida pelo próprio - ao declarar explicitamente não pretender repetir no discurso as medidas enunciadas no Programa, antes fazer uma avaliação dos grandes desafios e estratégias a seguir -, a verdade é que o tipo de intervenção adoptado por Guterres não permitiu descortinar com clareza - para além das referidas declarações de princípio - a natureza das medidas e políticas concretas que irão nortear a acção do elenco governativo.

Mais claro foi sem dúvida Guterres quando se referiu a toda a espécie de constrangimentos, designadamente às "fragilidades", "limitações" e "pesados obstáculos" - assim lhes chamou - que impendem sobre o País, situação que tratou de enfatizar com denodo - num claro esforço de alargar desde já o campo de manobra do Executivo e amortecer o peso das críticas face a ineficácias futuras, associando-a ao legado do Executivo anterior que considerou uma "herança" que "lança sobre este Governo um enorme ónus político".

Clarificar o debate

É de esperar, pois, que seja no decorrer dos trabalhos das sessões plenárias de hoje e amanhã, quando sectorialmente forem abordadas mais em concreto as propostas e medidas do Programa do Governo, que seja possível perceber verdadeiramente quais as suas opções e orientações, qual a sua real vontade de ir ao encontro dos desejos de mudança e expectativas expressos nas umas em Outubro último pelos portugueses.

Saber mais exactamente, por exemplo - e esta foi a questão central com que o líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, interpelou o Primeiro-Ministro no pe-

ríodo de pedidos de esclarecimento que se seguiu à sua intervenção -, como tenciona o Governo compatibilizar as intenções expressas designadamente no plano social (rendimento mínimo garantido, combate ao desemprego, reforço das dotações para a educação, maior justiça fiscal) com os objetivos enunciados de conferir prioridade ao cumprimento dos critérios de convergência nominal do Tratado de Maastricht.

"Existe uma contradição no Programa do Governo entre os meios necessários para cumprir este desiderato de mais solidariedade e o princípio explicitado de

se manter a todo do custo "no quadro dos países que deve aceder à moeda única", sob pena, disse, da "perda de credibilidade da economia" e de virem a ocorrer efeitos nefastos "no bem-estar e no poder de compra dos trabalhadores".

Sistema político

Outro domínio susceptível de melhor clarificação no decorrer do debate que hoje prossegue refere-se às questões do sistema político e do regime dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Trata-se de um capítulo, como assinalou o deputado comunista João Amaral, onde o Governo PSD deixou um "rasto extremamente negativo de autoritarismo, intolerância e prepotência, incluindo a violação de direitos, liberdades e garantias", um rasto que se resume, sublinhou, "por uma gran-

Orientações para o Côa

Um dos poucos temas em que António Guterres ultrapassou no seu discurso o mero enunciado de intenções e explicitou de forma concreta o modo como o Governo pensa intervir foi no caso das gravuras de Foz Côa.

Considerando-as uma "enorme oportunidade científica, cultural e económica", o Primeiro-Ministro afirmou que se a "excepcional valia dos achados" se vier a confirmar - e para esse trabalho de avaliação propôs o lançamento de um Plano de Intervenção Arqueológica do Côa que "sintetize a informação" e proceda ao levantamento exustivo do património -, então, garantiu, "o projecto da barragem deverá ser definitivamente abandonado".

Reconhecendo que existe "um problema de aproveitamento da valia eléctrica no rio Douro", Guterres defendeu a necessidade de serem acelerados os trabalhos de "estudo, projecto e execução de uma barragem alternativa, noutra afluente" e preconizou a consolidação do que já foi realizado, "sem afectar as gravuras, para deixar em aberto todas as opções para o futuro".

ser dada prioridade ao cumprimento dos critérios de convergência", observou Octávio Teixeira, antes de concluir que "manter a prioridade à moeda única é negativo para o País e pode comprometer toda a parte social".

Para o líder da formação comunista é este, pois o grande dilema com que o Governo terá de se confrontar, isto é, "as propostas de ordem social", por um lado, e os "constrangimentos ditados pelos critérios de convergência de Maastricht", por outro.

Um dilema que o chefe do Executivo, diga-se em abono da verdade, reconheceu ser "um problema central que tem a ver com opções de fundo em relação ao bem-estar dos portugueses", mas em relação ao qual a sua resposta não veio propriamente trazer elementos tranquilizadores, na medida em que, a este propósito, insistiu na tese da inevitabilidade de Portugal

de degradação da vida democrática".

Ora a verdade é que em relação a uma área tão sensível e de capital importância como esta, onde, segundo as palavras de João Amaral, se exige "uma profunda alteração", embora se vejam "sinais de mudança claramente positivos" no Programa do Governo, não é menos certo que também nele se podem encontrar "questões que não estão devidamente clarificadas", "algumas omissões", e também questões que suscitam "interrogações".

Está neste caso, por exemplo, a questão das leis eleitorais, em relação às quais pese embora Guterres tenha referido "não querer uma lei que reduza a proporcionalidade" não explicou convenientemente como é que - foi João Amaral a lembrá-lo - reconhecendo o PS que os projectos do PSD apresentados na anterior Legislatura eram no

sentido de "distorcer a proporcionalidade", como é que o PS vai fazer, repita-se, na revisão das leis eleitorais, com o sentido que lhes quer dar (para as quais são precisos dois terços dos deputados da Assembleia da República), sabendo-se que precisa dos votos do PSD e este quer distorcer o referendo princípio da proporcionalidade.

Introduzido por João Amaral foi também o tema da regionalização. Para o deputado do PCP trata-se de saber, concretamente - e foi este o sentido da pergunta que formulou a Guterres - como é que esta "vai ser feita", já que é clara e reconhecida a oposição em relação a este processo manifestada por certos quadrantes com expressão no interior do Parlamento.

"A regionalização tem de ser feita com quem a quer fazer; nós, pela nossa parte, queremos que o processo avance efectivamente", sublinhou o deputado comunista, não sem antes expressar a sua convicção de que "existe uma clara vontade do País no sentido de ela se realizar".

Abordada igualmente por João Amaral, como exemplo de "algumas omissões e de falta de clareza" no Programa do Governo, foi a questão dos SIS. Considerando sem dúvida positiva a reformulação do sistema de fiscalização - aliás desde há muito defendida pelo PCP - João Amaral foi no entanto mais longe ao colocar também a questão dos limites materiais de actuação dos SIS. Ora sucede que neste domínio, lembrou, o "Programa diz muito pouco ou nada", do mesmo modo que nada diz sobre quem dirige esses serviços.

E dirigindo-se directamente ao Primeiro-Ministro, a este propósito, sublinhou: "com um general Pedro Cardoso como secretário-geral ou com o actual director do SIS, seguramente que o SIS e os Serviços no seu conjunto não são reconduzidos às funções que devem ter, isto é, de combate à alta criminalidade, à criminalidade organizada, e manterão uma função de polícia política que é de todo inadmissível em Estado democrático".

Referenciados por João Amaral - antes de aludir à questão da democracia nas empresas - foram ainda os direitos fundamentais de algumas categorias profissionais, perguntando a este respeito, concretamente, referindo-se às polícias, se o Governo vai manter como dirigentes da PSP oficiais gerais das Forças Armadas, se vai manter a GNR como estrutura fortemente militarizada, se vai ou não arquivar o caso do presidente da Associação Sócio-Profissional da PSP, vítima de um processo inequívoco de perseguição política.

■ JC

